



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

ARIANE SOUSA MENDES

A “PALMATÓRIA DA CIDADE”: GÊNERO, BRANQUITUDE E
MORALIDADES NOS JORNAIS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
(1932-1951)

CACHOEIRA
2024

ARIANE SOUSA MENDES

A “PALMATÓRIA DA CIDADE”: GÊNERO, BRANQUITUDE E
MORALIDADES NOS JORNAIS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
(1932-1951)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor Thiago Barcelos Soliva.

CACHOEIRA
2024

M538p

Mendes, Ariane Sousa.

A "Palmatória da cidade": gênero, branquitude e moralidades nos jornais de Santo Antônio de Jesus (1932-1951). / Ariane Sousa Mendes. Cachoeira, BA, 2024.

119f.:Il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva

1. Mulheres na comunicação de massa - Bahia. 2. Mulheres – Bahia. 3. Feminismo – Bahia – Usos e costumes. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 305.420981

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

ARIANE SOUSA MENDES

“A “PALMATÓRIA DA CIDADE”: GÊNERO, BRANQUITUDE E MORALIDADES NOS JORNAIS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS (1932-1951)”

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre(a) em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira - BA, 08/03/2024.

EXAMINADORES(AS):

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO BARCELOS SOLIVA**
Data: 12/09/2024 11:35:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva
(UFSB – Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA INES CAETANO FERREIRA**
Data: 13/09/2024 14:47:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira
(UFRB – Examinadora Interna)

Prof. Dr. Wilson Rogério Penteadó Junior
(UFRB – Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente
 **IONARA MAGALHAES DE SOUZA**
Data: 12/09/2024 17:31:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ionara Magalhães de Souza
(UFRB – Examinadora Externa ao Programa)

CACHOEIRA/BA
2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus e aos seres de Luz que me guiaram até aqui.

In memoriam

A minha avó Fia (Joana Batista de Souza) me ensinou toda a delicadeza do amor em família.

Ao meu avô Cinô (Raimundo Mendes Luz) a quem eu conheci muito pouco, mas que foi grande inspiração desta pesquisa.

Aos Meus

A minha família, em especial a minha Mãe Crisolêda Mendes, meu alicerce e apoio para todas as horas e ao meu pai Edvino Malheiros, grande incentivador das minhas empreitadas estudantis.

A mama Loka Nan (Nancy Assis), e Cau (Cláudio Paim) que fazem parte do meu caminhar acadêmico desde a graduação. Sou feliz por tê-los comigo!

Aos conselheiros, amigos e orientadores, que dispuseram sempre do seu tempo e conhecimento me dando forças e fortalecendo a Fé para enfrentar os dias mais difíceis. Pai Luis e Pai Ranon, muito obrigado!

A Rosa Amélia, por ser essa amiga/mãe, sempre tão generosa e gentil em nossas trocas.

A minha amiga, irmã Jamile Milza, de Cruz das Almas para a vida. A nossa lealdade e companheirismo nos fortalece!

A Lívia, pelo companheirismo e amor presente nesses anos, e também pela compreensão durante o desgastante processo de escrita.

Ao programa de mestrado....

As amigas Gleisa, Bárbara, Vanhise e Luíza, pelas trocas vivenciadas ainda em 2015 e pela torcida por conclusão em 2023.

Aos colegas de 2021, que compartilharam comigo essa árdua luta.

À Dra. Maria Inês Caetano, a mulher incrível, hoje amiga, que posso dizer que foi uma das maiores parcerias que o programa e a vida poderiam me oferecer.

Ao Dr. Thiago Barcelos Soliva, que me acolheu no estágio, na orientação e encarou esse trabalho conjunto de forma fluída e viva, se tornando a Luz que eu precisava para seguir com esse propósito.

A UFRB/CCS

Agradeço aos amigos que estiveram comigo ao longo dessa caminhada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/CCS: Maitê, Cirlene, Ednogleide, Bianca e Flávia Henrique (minha Dira).

Aos amigos da PROPAAE, em especial a Ionara que com sua doçura e firmeza me incentivou e me preparou para ir além da gestão da PROPAAE no Centro.

Aos amigos e companheiros Nelsiane, André, Neto, Priscila, Nete, Regina, Mariana Balen, Joana, Florisvaldo, Gerlan, Luciane, Carol e Marivaldo, por dividirem “a dor e a delícia” de fazerem acontecer esta universidade.

A Carlos Alberto, grande chefe e amigo, que vibrou de alegria na minha aprovação no curso e foi um grande “mestre” na gestão da PROPAAE, nos anos em que estive à frente da mesma.

Aos queridos Anderson, Nicélia, Liliane (eterna PROPAAE/CCS) e Vanessa que cotidianamente trabalham e vivem a Universidade ao meu lado, dividem os sentimentos e acontecimentos diários.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar como o feminino é retratado nas publicações dos jornais *O Palládio* e *O Detetive*, presentes em Santo Antônio de Jesus no período compreendido entre de 1932 a 1951. A partir de uma abordagem interseccional, busca-se compreender a construção de diferentes convenções relacionadas às mulheres e seus corpos em um contexto interiorano, combinado a um período histórico fortemente marcado pela ideia de branqueamento. A metodologia adotada procura abarcar não apenas a interpretação dos textos escritos, mas também a do momento em que foram produzidos, a avaliação de seus autores, bem como, daqueles a quem estes foram destinados. Nessa perspectiva, procuramos analisar como o projeto de modernização e branqueamento em curso naquele momento impactou na construção de representações sobre as mulheres frente a uma elite branca que se constituía.

Palavras-chave: Feminino.História. Jornais. Gênero. Branquitude

ABSTRACT

This work aims to investigate how the feminine is portrayed in the publications of the newspapers O Palládio and O Detetive, present in Santo Antônio de Jesus in the period between 1932 and 1951. Using an intersectional approach, we seek to understand the construction of different conventions related to women and their bodies in a rural context, combined with a historical period strongly marked by the idea of whitening. The methodology adopted seeks to encompass not only the interpretation of written texts, but also the moment in which they were produced, the evaluation of their authors, as well as those for whom they were intended. From this perspective, we sought to analyze how the modernization and whitening project underway at that time impacted the construction of representations about women in the face of a white elite that was constituted.

Keywords: Feminine. History. Newspapers. Gender. Whiteness

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACMSAJ Arquivo da Câmara de Municipal de Santo Antônio de Jesus

APMSAJ Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES

1. FIGURA I - Aspecto de um dia de feira
..... 30
2. FIGURA II - Feira de Santo Antonio de Jesus,
1957..... 30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Procedimentos Metodológicos	18
Estrutura dos capítulos	19
CAPÍTULO I – A PHASE DE INQUIETAÇÃO: ESPAÇOS, MUDANÇAS, E CONTINUIDADES NA SANTO ANTÔNIO DE JESUS DO PERÍODO	21
1.1 A cidade de Santo Antônio de Jesus: o tradicional e o moderno	22
1.2 Os jornais, os jornalistas e suas influências em uma cidade do interior	36
CAPÍTULO II - O DESTINO DAS MULHERES SANTOANTONIENSES	45
2.1 O ideal de mulher santoantoniense	47
2.2 “A sombra do Himeneu”: casamento, virgindade e moralidade	54
2.3 Maternidade e Família	63
CAPÍTULO III - “AS LETRAS E A LIBERDADE”: MULHERES, CORPOS E DISSIDÊNCIAS	70
3.1 Voto feminino, as primeiras discussões sobre o divórcio e o “fim das famílias”	74
3.2 Dissidências nas ruas e suas representações nos jornais	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na cidade de Santo Antônio de Jesus a partir das primeiras décadas do século XX mostram como os elementos que transformaram a cidade em um ambiente mais moderno começaram a imprimir na sociedade um ritmo diferente em suas relações com o antigo e o novo. Nesse sentido, as políticas implementadas na cidade durante o período refletem a corrida nacional em torno de transformações que pretendiam tornar os ambientes urbanos mais higiênicos e modernos. Mas também transpõem particularidades decorrentes de uma complexidade urbana própria, que cada vez mais dialogava com políticas que tinham como objetivo a transformação social.

Todo esse contexto nos permite perceber significativas modificações na vida de homens e mulheres da cidade, que tiveram início com as ideias “modernas” e “civilizadoras” implantadas pelo governo Vargas a partir da década de 1930. Neste período, o “progresso” iniciado pelas transformações urbanas trouxe consigo uma série de mudanças nos hábitos culturais da cidade que ajudaram a transformar sua dinâmica social. Cabe ressaltar, no entanto, que esse cotidiano tinha díspares significados para os sujeitos de diferentes classes cor/raça que compunham a população do município e, por conta disso, esse processo não atingiu a todos os sujeitos com a mesma proporção.

A maioria da população brasileira daquele período não tinha sequer reconhecida a sua cidadania, pois por serem de classe, raça e gênero distinto àqueles que perfilavam como representantes das elites brasileiras acabavam tendo seus direitos usurpados em favor da manutenção do sistema de poder vigente. Aos homens brancos, letrados e “bem-nascidos” caberia o poder de ditar os rumos que a sociedade deveria percorrer a fim de atingir o “sonhado” patamar dos países europeus.

O estudo deste contexto histórico, visa descortinar não apenas as desigualdades delimitadas pelo projeto de poder das elites nacionais e locais, mas permitir que as vozes silenciadas dos dissidentes, rebeldes e diferentes possam emergir e trazer novas

perspectivas ao que se pretende investigar. Sendo assim, a interseccionalidade das categorias raça, classe e gênero se tornam relevantes para que se possa pautar não apenas uma retórica capaz de situar a coletividade e a individualidade dos sujeitos, mas que possa contribuir “para mudanças de paradigma no pensamento sobre como as relações de poder mutuamente construídas determinam os fenômenos sociais” (Collins, 2022, p.67).

No bojo deste sistema de poder, os discursos escritos possuíam uma relevância significativa e estratégica para que o projeto de modernização fosse implantado nos mais longínquos recônditos deste país, pois também representava um recurso utilizado para disseminar ideias e localizar o poder das elites. Com isso, fica evidente que quando se fala em discursos de jornais se estabelece que este pretendia ser um instrumento norteador do projeto elitista civilizacional que se pretendia implantar naquele momento.

Nesse sentido, nas cidades do interior, os jornais continuavam a ser um dos principais meios de comunicação “popular”, pois noticiavam os acontecimentos locais, nacionais e internacionais mais relevantes. Contudo, apesar de ser uma importante fonte de informações acerca da vida urbana local, poucos tinham acesso a informação produzida pelos jornais porque a maioria da população naquele momento era analfabeta.

A circulação de diversos jornais na cidade de Santo Antônio de Jesus, segundo Isaías Alves (1967), ajudava “a traduzir a vivacidade” da mesma e permitia, sobretudo, o “desenvolvimento do humor” daqueles que tinham contato com os esses semanários noticiosos. Sem dúvida, alguns desses veículos de informação se constituíam como importantes e tradicionais formas de transmissão de informações, contudo, muitos outros, menos tradicionais e duradouros, se afirmavam como humorísticos voltados para o divertimento dos seus leitores.

De acordo com Alves (1967), jornais que circularam pela cidade por um período mais significativo e duradouro foram: *O Combate*, *Município*, *O Palládio*, *O Comércio*, *Atualidade* e *O Progresso*. Além destes, circularam com alguma regularidade: *A Mocidade*, *A Tribuna*, *A Grinalda*, *A Palestra*, *O Rato*, *O Gato*, *O Grilo*, *O Coração*, *O*

Papagaio, A Tesoura, A Pérola, O Cromo, O Edem, O Alex, A Briza, A Morte, A Alvorada, O Segredo, O Binóculo, A Vespa, A Borboleta, O Mequetrefe e O Detetive.

Dentre todos os jornais citados, *O Palládio* se destacou como principal semanário da cidade, bem como “de toda extensão que compreendia o rio São Francisco e seus domínios sertanejos” (Almanak Laemmert, 1891 a 1940). *O Palládio* procurou se firmar, em pouco mais de meio século, como principal veículo de notícias da cidade de Santo Antônio de Jesus e região, divulgando desde leis e decretos municipais até relatos sobre acontecimentos internacionais, como a Primeira e Segunda Guerra Mundial e até uma possível invasão do Brasil pelos Alemães, dentre outros acontecimentos importantes.

A primeira edição de *O Palládio*¹ saiu em 15 de novembro de 1901 e desde então foi um veículo de comunicação que conquistou leitores e admiradores. Anualmente, em diversas edições do jornal, é possível perceber que a comemoração do aniversário de fundação do semanário é festejada com diversas comunicações das instituições municipais e com o reconhecimento de muitos leitores.

Antônio Mendes de Araújo, editor chefe e criador de *O Palládio*, teve uma rápida passagem pelo jornal *O Combate*, e pela Gazeta *Boa Nova* em Conceição do Almeida, onde foi redator. Ao se estabelecer na cidade de Santo Antônio de Jesus, utilizou sua experiência nas publicações anteriores para produzir um jornal que prestasse as mais diversas informações sobre a cidade e a região.

Se instituindo como um jornal sem fins lucrativos e que se mantinha unicamente com o apoio de seus assinantes, conseguiu uma posição importante frente aos demais concorrentes ao obter apoio junto ao governo de Góes Calmon para a compra de materiais e maquinário necessário à impressão de uma tiragem de duas mil cópias

¹ É importante destacar que o Palládio alterou a forma de grafia do nome. No período de 1901 a 1940 o nome era grafado da seguinte forma: Palládio, sendo alterado para Paladio, eliminando uma letra e o acento. Nas citações utilizadas registramos na referência o nome como estava grafado na fonte ora encontrada. Vale lembrar que o decreto nº 20.108, de 22 de julho de 1931, que dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional, trazia como uma das propostas do documento a eliminação das consoantes geminadas: sábado, belo, efeito, em vez de sabbado, bello, effeito. Contudo, alvo de muitas críticas de populares, esse decreto não foi implantado de maneira imediata, pois o governo Vargas anulou o padrão proposto. Somente quatro anos mais tarde, por pressão de professores, algumas novidades foram incorporadas.

Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20108.htm

semanais. Assim, a produção que era realizada a partir de uma chapa de chumbo, a qual demandava imenso trabalho, passou a ser feita em máquina rotoplana “Diamant”, tornando o processo mais eficiente e rápido.

Durante o tempo em que circulou como semanário em Santo Antônio de Jesus, contou com o apoio de diversos santo-antonienses de “destaque” nos círculos políticos locais e estaduais, a exemplo dos professores Rômulo Almeida e Isaías Alves, fundador da Faculdade de Filosofia da Bahia, o poeta Silvestre Evangelista e do escritor Fernando Pinto de Queiroz, membro da Academia de Letras de Feira de Santana.

Em 30 de maio de 1952, ao completar 80 anos, Antônio Mendes de Araújo faleceu e, depois de sua morte, seu filho não demonstrou nenhum interesse em continuar com as publicações semanais do jornal. Com isso, o semanário foi desativado e todo o maquinário utilizado para a sua manutenção foi doado para um museu que, infelizmente, não permitia a visitação pública.

Outro jornal que também teve sua importância na cidade de Santo Antônio de Jesus foi o semanário *O Detetive*, que oferecia aos leitores publicações nas manhãs de domingo. Com uma tiragem muito menor que a do *Palládio*, este “micro periódico”² tinha um slogan de capa que o intitulava como “jornalzinho humorístico, literário e noticioso”, capaz de informar sobre uma diversidade de fatos e ser espirituoso com outra infinidade de assuntos.

O Detetive, dirigido por Arthur M. da Silva e redigido por Estevam M. de Sampaio, entre o final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, apresentava notícias sobre a vida social e cultural da cidade. Nesse sentido, o município passou a ser retratado não somente a partir de uma visão institucional, mas valorizando também todo o movimento empreendido pelos sujeitos nos diferentes espaços sociais que estes ocupavam.

Diferentemente do jornal *O Palládio*, *O Detetive* nunca contou com muitas contribuições de assinantes e nem obteve apoio de figuras políticas ou do governo, dificultando assim o trabalho de sua equipe e a sobrevivência do mesmo. Nesse contexto,

² Na publicação de 09 de julho de 1950, intitulada “Muita raça, não há dúvida...” os editores definem o jornal como “micro periódico domingueiro”. Acervo particular.

cobrava por cada publicação avulsa, em 1950, a quantia de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos), sendo depois majorada, no ano seguinte, para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), a fim de garantir o pagamento das despesas com tipografia e impressão.

Não sendo tão duradouro quanto outros periódicos mais tradicionais que circularam pela cidade, “O Sherloquinho de Santo Antônio de Jesus”³ logrou uma sobrevivência muito maior comparada com outras folhas de mesma dimensão. Com isso, cumpriu sua função ao retratar as festas religiosas, os concursos de beleza, os carnavais e a vida social dos diversos tipos que circulavam pelas ruas da cidade.

Esta fase da imprensa brasileira, “intitulada como moderna” (Hohlfeldt; Valles, 2008, p. 73), se destacou por um maior desenvolvimento dos meios gráficos e uma grande expansão das gazetas e folhas jornalísticas pelo interior do país. Com isso, procurou-se aperfeiçoar o conteúdo daquilo que era publicado, bem como melhor definir a forma do que era entregue nas gráficas para fins de impressão. Este mesmo período traria alterações sociopolíticas para o país que influenciariam de maneira significativa a imprensa e todos os profissionais que estavam envolvidos na produção dos jornais impressos. A “Revolução de 30, passando pelo Estado Novo, em 1937, com a implementação da censura, e a volta da liberdade de imprensa, em 1945” (Hohlfeldt; Valles, 2008, p. 73), são contextos expressivos para se perceber as concepções, escolhas e discursos daqueles que se encontravam nessa realidade dialógica entre o que era permitido escrever e o que se pretendia que fosse entendido.

O Palládio e *O Detetive*, tão diferentes em sua concepção e em sua forma de retratar a cidade, foram o ponto de partida para pensar as mudanças que ocorriam entre 1932 e 1951 no âmbito do país e da cidade. Sendo assim, mesmo tendo formas tão díspares de retratar o ambiente e os sujeitos, a análise destes periódicos pode ajudar a ampliar a percepção e as múltiplas possibilidades de se entender o cotidiano de todos os envolvidos no processo histórico pelo qual passava Santo Antônio de Jesus naquele momento específico.

³ Termo utilizado no artigo “Nosso aniversário” em oito de julho de 1951. Acervo particular.

Sendo neta de Raimundo Mendes Luz, um antigo poeta, jornalista e colaborador de diversos jornais que circulavam na região do Recôncavo, a busca por seu rastro nesses periódicos me possibilitou o contato com essa fonte tão rica. Nesse sentido, percebi que o projeto iniciado como uma atividade para homenagear o meu avô poderia ser também uma maneira de entender como as mulheres eram retratadas naqueles jornais.

Ressalto que a coleção encontrada não é grande, pelo contrário, comparada a outras pesquisas temos um número pequeno de jornais, perfazendo noventa e três exemplares de *O Palládio* e noventa de *O Detetive*. No entanto, acredito que a análise dos dois jornais é muito rica e promissora, no sentido de ser fiel ao objetivo desta pesquisa, que se refere à análise das representações do feminino no período, garantindo que esses papéis assumidos pelas protagonistas da trama sejam discutidos.

Com a análise dos periódicos, percebemos de maneira muito cristalina os projetos das elites da cidade, que realçavam tendências dominantes, procurando difundir as ideias de ordem e progresso dentro da sociedade. Além das informações sobre o contexto histórico, esse material traz, em várias edições, uma série de informações sobre as mulheres e a forma como estas eram representadas naquele momento histórico.

Através de propagandas, poesias ou artigos informativos, assuntos como família, maternidade e casamento ganhavam cada vez mais espaço e eram expressos em discursos a partir de representações que dialogavam desde “uma divisão extrema de papéis entre os sexos até uma atitude conciliatória entre os sujeitos” (Bomeny, 2000, p. 123). Nesse sentido, as relações de gênero estabelecidas entre os sujeitos eram transpostas para os jornais a partir de um viés tradicional que acabava delimitando os espaços femininos.

Nos jornais da cidade, os discursos acerca da “pureza”, “sensibilidade” e “submissão”, como características inerentes ao gênero feminino, buscavam restringir o espaço dessas mulheres a fim de garantir a manutenção dos mecanismos discriminatórios presentes nos principais ambientes sociais. Porém, muitas mulheres não se confinaram nos limites geográficos de suas casas e construíam relações de trabalho e

amorosas nas ruas dos centros urbanos, subvertendo os valores morais apresentados no projeto da modernidade.

As imagens femininas dos jornais santoantonienses se apresentam de maneira a “estimular” as representações históricas formuladas para manter a mulher em um espaço de sujeição. A representação de mãe presente nos jornais está sempre ligada ao ideal cristão da Virgem Maria, e esta demonstra quais papéis e lugares homens e mulheres exerciam dentro de seus lares a fim de edificar os limites estabelecidos pela sociedade para a consolidação dos caracteres simbólicos historicamente construídos.

Apesar das tentativas femininas para transpor novas imagens sobre a crescente luta em torno da conquista cotidiana do mercado de trabalho, e a importância dessa nova força para o desenvolvimento do país, o governo incentivava a volta da mulher ao lar como única forma de garantir a preservação da família. Nesse contexto, apesar de existirem ideias que poderiam transformar a vida dos sujeitos envolvidos, é importante levar em consideração que,

Uma das formas de dominação em uma sociedade é calcada na tradição, a crença na santidade das ordens e dos poderes existentes desde sempre, cujo conteúdo não se tem à possibilidade de alterar, funcionando como o cimento que une as ordens sociais. (Weber, 1999, p. 9)

Não podemos pensar os sistemas simbólicos ocorridos na sociedade estudada como algo estático, pois

Aquilo que predomina em toda mudança é a persistência da substância antiga: a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa. É por esta razão que o princípio da mudança se baseia no princípio da continuidade. (Sahlins, 1990, p.190)

O recorte temporal escolhido também é bastante representativo para o estudo acerca das mulheres, por testemunhar algumas “conquistas” provenientes das lutas e discussões do movimento feminista daquele período. Nesse contexto, a instituição do voto feminino em 1932 e sua confirmação na constituinte de 1934 dão sustentação ao argumento de que alguns avanços foram marcantes para que se pudesse vislumbrar transformações sociais futuras.

Em 1951, iniciam-se as primeiras discussões em relação à criação e instituição da lei do divórcio no país. Naquela época, tanto mulheres quanto homens não estavam convencidos de que o divórcio traria melhorias do ponto de vista jurídico e social à vida dos sujeitos, e os debates sobre o assunto se estenderam por todas as esferas da imprensa do país, mostrando que Igreja e Estado lutaram para manter o caráter indissolúvel da instituição do casamento.

A ideia de iniciar a pesquisa a partir das análises dos discursos presentes nos jornais de Santo Antônio de Jesus surge da necessidade de se entender situações até então esquecidas ou pouco discutidas no cotidiano das mulheres em contexto interiorano. Sendo assim, a expectativa acerca do problema proposto é que este possa servir de mote para analisar ações individuais e coletivas que permeavam a realidade pesquisada.

A fim de melhor analisar aquele momento, é importante também perceber que os jornais de Santo Antônio de Jesus não buscavam representar todas as mulheres que circulavam na cidade na referida época, muito pelo contrário, apresentavam com muito destaque, em sua maioria, as mulheres de classe média e as que faziam parte da elite branca local. Nesse sentido, fica evidenciado que as mulheres negras e de classes populares não eram retratadas com tanta frequência e quando havia algum tipo de exposição delas, eram simplesmente criticadas por não se adequarem às normas comportamentais propostas pela elite da cidade.

A compreensão de como os marcadores de raça, classe e gênero estavam presentes na sociedade santoantoniense local, se apresenta como algo necessário para melhor especificar de que forma estas podiam operar conjuntamente, e como suas intersecções afetavam as mulheres brancas e como as diferenciavam de todas as outras. Sendo assim, pretende-se antes de tudo, “articular e/ou responder às necessidades das mulheres marginalizadas antecipando as várias formas pelas quais as vulnerabilidades de raça e gênero poderiam se entrecruzar” (Crenshaw, 2002, p. 174) e trazer à tona as formas de preconceito presentes nas sociedades, demonstrando os parâmetros desiguais com os quais mulheres brancas e negras eram retratadas.

Racializar a realidade brasileira é entender que desde o processo de colonização, a participação de todos os sujeitos nos espaços de poder deu-se de forma, estrategicamente, desigual. Nesse esquema,

Precisamos ressaltar que os estudos críticos da branquitude nasceram da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. (Silva, 2017, p. 21)

A partir disso, é importante entender que a raça foi fundamental para estabelecer os princípios fundadores da ideia de modernidade, pois ela foi primordial para promover a separação entre os sujeitos. Nesse contexto, foi oportuno para a “auto definição da classe média, mas também para o policiamento das ‘classes perigosas’: a classe trabalhadora. ”(Mcclintock, 2010, p.20) A branquitude no entanto, é muito mais do que apenas um código que fundamenta a segregação entre os sujeitos, na verdade funciona como um

Conjunto de dispositivos de biopoder que administra, através do controle dos corpos no espaço, a alocação de recursos materiais e simbólicos de várias ordens, garantindo os privilégios daqueles grupos que sempre ocuparam o poder e seus interstícios. (Maia, 2019, p. 260)

Ademais, é importante pensar que a branquitude fundamenta uma ideologia muito sofisticada e que se atualiza todos os dias. Por isso, é importante salientar que “as décadas de 1920 e 1930 no Brasil assistiram à consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formadores de opinião e críticos sociais.”(Skidmore, 2012, p. 244) Com isso, fica perceptível que muito mais do que fontes de informações, os jornais serviram como lugar de propagação de ideias de uma elite branca que começava a se formar em Santo Antônio de Jesus e buscava disseminar seus símbolos a fim de que estes fossem capturados nesse espaço de importância tanto em relação ao ambiente físico propriamente dito quanto à ambiência social coletiva.

A ideia de modernidade proposta à época, tal qual como aponta Quijano (2005), desponta como uma perspectiva hegemônica onde a Europa/Ocidente emergiria como modelo dominante a ser seguido. Neste bojo teórico, o padrão mundial de poder seguiria a tônica do processo colonial ocorrido na América, onde a sociedade foi marcada pelo

“colonial/moderno e capitalismo eurocentrado” (Quijano, 2005, p 126), exaltando assim a necessidade dos homens brancos liderarem os processos em favor da formação de um “Estado-nação moderno à européia” (Quijano, 2005, p 132).

Nesse contexto que se descortina, a utilização da imprensa em favor da propagação de um projeto político e social, que se pretendia de poder, muito mais do que versar sobre divulgação de ideias, versava sobre controle. Um domínio insidioso e estratégico que pretendia a partir da aceção da palavra escrita presente nos jornais, penetrar não apenas a mente dos leitores, mas também suas vidas e a forma como estes compreendiam a dinâmica de suas relações com o outro.

Os discursos sobre a moralidade da época apontam para uma sexualidade que precisava ser controlada e reprimida a fim de evitar qualquer tipo de transgressão ou dissidência. Sendo assim, o objetivo maior era evitar relações desenfreadas que terminassem por culminar no crescimento da população negra e mestiça pelo país. Foucault aponta que,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1988, p 100)

Com isso, é imprescindível reconhecer que as tecnologias de biopoder e biopolítica, apresentam o sexo como um articulador da disputa política da vida, pois “de um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (Foucault, 1988, p. 158). Sendo assim, é significativo analisar, quando e como o controle da sexualidade saiu da esfera das relações íntimas dos sujeitos e passou a ser um objeto de preocupação coletiva e do estado.

No Brasil, como bem sinaliza Miskolci, as preocupações em torno de um cuidado com a sexualidade viriam de todas as instâncias que visavam produzir um país livre de degenerescências. Nesse sentido, em sua análise sobre o Brasil, Miskolci afirma que:

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergiria na intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguiam os objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril. (Miskolci, 2012, p.42)

Para além dos conceitos já trabalhados, é preciso alargar o olhar para outras preocupações, pois como bem coloca Stoler, as observações sobre as tecnologias apontadas e utilizadas por Foucault em suas análises tratam basicamente de uma sociedade burguesa europeia, e estas acabam não dando conta de representar as experiências sofridas por outros sujeitos, corpos e discursos presentes em outras partes do mundo. Sendo assim, nações que passaram pelo processo de colonização, como no caso do Brasil, além da dinâmica que circunda os discursos acerca da sexualidade e do controle, ainda precisamos compreender os atravessamentos experienciados pelas questões em torno das relações de raça, classe e gênero a partir de uma especificidade própria.

Nesse contexto, é importante destacar que o processo colonial produziu uma marca social indelével, e esta causou um desequilíbrio que foi experimentado pelos sujeitos colonizados ao longo curso histórico que se seguiu. As mulheres neste sistema, foram as que mais sentiram a marca da colonização, pois neste processo elas “tinham de negociar não só os desequilíbrios em suas relações com seus próprios homens, mas também o barroco e violento conjunto de regras e restrições hierárquicas que estruturavam suas novas relações com os homens e as mulheres do império” (Mcclintock, 2010, p. 21).

Diante dessa análise, é possível entender que o lugar ao longo da história relegado às mulheres foi o de coadjuvante em relação aos homens. Em muitos momentos inclusive, as forças das hierarquias vivenciadas pelo patriarcado terminavam por

escamotear os rastros deixados pelas mulheres para que se continuasse a esconder ou negar os processos históricos aos quais estas seguiam vivenciando.

Neste sentido, a historiadora Joan Scott (1995) explicita que é necessário entender não apenas as relações de gênero são hierarquizadas a partir de um sistema engessado e dual, mas também é preciso compreender as formas como são construídos os significados culturais dessas diferenças, posicionando-as dentro do sistema hierárquico.

Ademais, é importante salientar que refletir sobre os conceitos de gênero vão ajudar a entender como as mulheres dentro desse cenário histórico e social apresentado por meio dos discursos presentes nos jornais, se portavam diante de uma realidade que perpetuava a exploração e uma condição de subalternidade. Nesse sentido, os discursos femininos podem nos levar a alguns rastros sutis que nos permitam compreender como se davam os processos de resistência a alguns aspectos da sociedade apresentada.

Diante dessas questões levantadas, estudar as convenções de gênero e o contexto social que as envolve, precisa ser cercado de conceitos que permitam visualizar os atravessamentos vivenciados e seus posicionamentos em face de um sistema de poder que visava a sua dominação e obediência. Por isso, o trato com as fontes escolhidas necessita de um olhar dialógico que permita não apenas se pautar pelo discurso que ecoa e transmite a força das palavras escritas em um dado período do passado, mas também pelos silêncios construídos pelos sistemas de poder da branquitude que parecem revelar de maneira muito mais assertiva as desigualdades que visam subalternizar os sujeitos.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho está pautado a partir de uma pesquisa qualitativa e estruturado a partir de um método focado na análise de conteúdo. Nesse sentido, a análise dos jornais necessita de uma conduta metodológica própria, por meio da qual se consiga abarcar não apenas a interpretação dos textos escritos, mas também a investigação contextual do momento em que foram produzidas, a avaliação de seus autores, bem como daqueles a quem estas foram destinadas.

Salientamos a necessidade de historicizar as fontes, a fim de compreender “as

condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido” (Luca, 2005, p.132) para a publicação e por quê. Com isso, tentar entender a função social desses impressos e suas influências sobre a sociedade em questão ⁴.

Além dos jornais, pretendo utilizar na pesquisa os censos demográficos realizados nos anos de 1940 e 1950, pois estes podem ajudar a revelar de maneira quantitativa como estava estruturada a sociedade pesquisada. Nesse esquema, a depender da forma como esse conteúdo numérico seja tratado, ele poderá expor uma série de questões que os jornais não teriam como demonstrar em suas reportagens.

As fotografias da cidade, durante o período pesquisado, também podem ajudar a melhor analisar o cenário que se pretende entender, visto que estas funcionam como uma importante via de comunicação entre o passado histórico e o presente da pesquisa. Com isso, busca-se agregar mais elementos de informação à pesquisa, tentando observar a postura, o comportamento dos sujeitos e a apropriação destes pelos espaços citadinos.

É importante compreender que a imagem fotográfica, quando aparece no contexto colonial, também é colocada como uma “tecnologia tanto de representação quanto de poder” (McClintock, 2010, p 193), visto que a mesma estaria em uma posição de apreender através do seu registro imagético e classificar, a diversidade presente nos “interiores secretos” de um mundo até então inexplorado. Nesse contexto, onde a modernidade tecnológica é colocada a serviço da exploração, a imagem passa a representar não apenas a captura do passado em um pequeno e rápido instante, mas também o olhar fetichista e dominador do fotógrafo sobre o que estava sendo transposto a partir da mesma.

Nesse contexto, a evidência visual pode ajudar a contextualizar o cenário narrativo presente nos jornais e apesar de serem fontes completamente diferentes, é importante ressaltar que existe certa fluidez no caminho percorrido por ambas, visto que a imagem também carrega seus próprios sentidos textuais e suas linguagens específicas. Sendo

⁴ Os jornais e periódicos locais representam uma fonte rica e indispensável para a pesquisa antropológica, proporcionando uma visão íntima das dinâmicas sociais, culturais e políticas de uma determinada comunidade ou região. Diferentemente dos historiadores que por longos anos classificaram as fontes como oficiais e não oficiais, delimitando assim o seu uso, para a antropologia essas publicações desempenharam um papel crucial na documentação e reflexão sobre a vida cotidiana, as mudanças sociais e os eventos significativos que moldaram as identidades locais. Ao longo do tempo, os antropólogos passaram a analisar não apenas o conteúdo textual dos jornais, mas também as imagens, anúncios, cartas dos leitores e outros elementos que compõem essas publicações, reconhecendo que cada aspecto oferece uma perspectiva única sobre a cultura e a sociedade locais.

assim, pode-se afirmar que as imagens e suas representações “podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria” (Burke, 2004, p. 11), mas cabe ao pesquisador/a compreender a mesma e entender para além desta, decifrando signos, apurando indícios e constituindo uma percepção das linguagens presentes na mesma.

Outras fontes utilizadas são as obras *Matas do Sertão de Baixo* e *A capela do padre Matheus* dos memorialistas Isaías Alves e Fernando Pinto de Queiroz, respectivamente. A partir delas, pretendemos compreender o pensamento da época a partir das diversas visões, valorizando assim os vários traços, documentos e impressões acerca do período, não esquecendo as escolhas realizadas, sentidos e elaborações que permitiram a construção das próprias obras.

Para atender a todas as expectativas propostas na área da análise de documentos escritos ou análise de conteúdo, é preciso solicitar empréstimo a outros campos do conhecimento acadêmico, pois somente a História e Ciências Sociais não podem dar conta de todos os significados e interpretações da palavra escrita. Por isso, as técnicas utilizadas pelos profissionais da literatura ajudam aqui a compreender uma multiplicidade de construções próprias dos textos e seus sentidos.

Entendemos que a leitura de um texto não deve seguir apenas o fluxo ordenado das palavras, mas perseguir todos os sentidos interpretativos encontrados em um segundo plano. “Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros ‘significados’ de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc.” (Bardin, 2011, p.47)

A inspeção semântica de um texto é importante para promover a conexão entre os sinais e os sentidos presentes nas palavras colocadas, e a partir disso a representação das mesmas para aqueles que as lêem. Com isso, o entendimento sobre o que é dito, seus temas e avaliações ganham uma profundidade analítica sobre os textos e também pode ajudar a expor os temas de interesses individuais e coletivos dos autores dos textos dos jornais do período estudado. Ao realizar esse mecanismo investigativo, no espaço associativo das palavras, o pesquisador será levado a observar, interpretar e escrever sobre os dados obtidos durante o estudo realizado. Sendo assim, as construções referentes aos valores, atitudes, estereótipos, símbolos e representações podem impactar diretamente na forma como o pesquisador compreende a expressão dos autores e produtores daqueles textos.

Por fim, é importante identificar que a pesquisa em questão pretende se ater a

fontes que remontam, antes de mais nada, a palavra escrita, e a compreensão da forma como os autores dos textos utilizados a percebem, desenvolvem e, metodologicamente, e a utilizam na tessitura dos textos em favor de discursos que apontam para a defesa de seus interesses. A princípio, estas serão as principais fontes utilizadas para a construção do processo deste trabalho. Entretanto, salientamos que no decorrer do percurso da pesquisa pode haver uma necessidade de utilização de fontes outras, capazes de elucidar questões que venham a surgir na jornada textual que se segue.

Estrutura dos capítulos

No primeiro capítulo pretende-se perceber as permanências e tensões ocorridas na cidade de Santo Antônio de Jesus durante o período estudado, a partir das principais mudanças estruturais ocorridas na mesma. Nesse contexto, a cidade é permeada pelos elementos responsáveis pelas transformações que estavam ocorrendo na mesma e como estas ajudavam a compor também uma nova perspectiva sócio-cultural para os sujeitos que estavam vivenciando aquelas mudanças.

No segundo capítulo irão eclodir questões relativas às normas de comportamento presentes na sociedade local a partir dos discursos encontrados nos jornais de Santo Antônio de Jesus no período pesquisado. Busca-se entender a forma como os sujeitos performavam seu gênero diante do contexto que se descortina naquele momento, analisando os regimes de poder impostos, bem como as práticas discursivas que naturalizam a hetero-cis-normatividade como única possibilidade aos corpos. A partir disso, pretende-se analisar nos discursos dos jornais as imposições culturais e simbólicas determinadas às mulheres e como estas resistiam de maneira a questionar e sobrepor esse sistema regulatório. Nesta perspectiva, assuntos como virgindade, casamento, maternidade e família serão o mote para que se possa entender como o patriarcado e a branquitude se imbricavam no sentido de permitir às mulheres um “único destino” e se estas, em certa medida, o questionavam.

No terceiro capítulo buscaremos analisar com mais profundidade as dissidências de gênero e sexualidade que não se encaixavam nas condições impostas pelo sistema vigente e como os jornais de Santo Antônio de Jesus se referiam diretamente a estes. Nessa perspectiva, importa-se também entender como as mulheres que começaram a ganhar o mundo do trabalho e a circular mais dinamicamente pelo centro da cidade começaram a mudar os hábitos e romper com certos padrões defendidos na época.

Analisaremos ainda como esses corpos desobedientes, transgrediram as regras sociais impostas continuavam circulando na cidade e como todo esse movimento era retratado nos jornais. Por fim, este capítulo também propõe a analisar a forma como a instituição do voto feminino em 1932 e a iminente conquista da cidadania acabou atravessando as mulheres da cidade de Santo Antônio de Jesus, além dos impactos das primeiras discussões sobre a lei do divórcio no Brasil (1951), suas repercussões em uma cidade do interior e como essa discussão foi transposta junto ao sistema patriarcal da época.

CAPÍTULO I – A PHASE DE INQUIETAÇÃO: ESPAÇOS, MUDANÇAS, E CONTINUIDADES NA SANTO ANTÔNIO DE JESUS DO PERÍODO

“NO MEU TEMPO...

Houve tempos em que um fio de barba, colocado num invólucro ou num pequeno vaso, valia realmente um penhor, era segurança inquebrantável de uma palavra empenhada, representava a honra de uma promessa.

Não se conheciam, por essas motas éreas, os prodígios vertiginosos da eletricidade e os vôos aviários dos Zepelins assombrosos.

Bem outros eram os costumes e os homens também pareciam de outra envergadura moral, diferente da que nos tremula aos olhos depois da guerra e suas calamidades...

A riqueza era conquistada à força viva do trabalho quotidiano, metódico, tenaz...

Sagrado o amor à palavra dada e empenhada. A mentira era uma rapôsa sempre esquiva, não se aventurava, como hoje, a andar tão despreocupada e filosoficamente no meio da gente limpa e conceituada.

O contraste bem assinalado entre os tempos de antanho e a nossa época, é tristemente inigualável.

Naquele tempo...

E me disse um velho, respeitável ancião: as cousas eram outras *no meu tempo*. Hoje, moço, o mundo está virado.

Ah! No meu tempo... E dos seus olhos scintilou a pérola de uma lágrima..." (O *Detetive*, de 22 de janeiro de 1950)⁵

A aurora dos “novos tempos” começava a ecoar na cidade de Santo Antônio de Jesus, trazendo com ela a dúvida sobre as mudanças que seguiriam nos momentos posteriores. Matérias que retratavam a nostalgia de um passado em que as mudanças estruturais não eram latentes na vida dos sujeitos demonstravam a incerteza que se sentia diante de tantas novidades.

O simbolismo presente nas palavras da epígrafe ajuda a compreender como o “novo”, o “moderno”, terminam por representar não apenas a reestruturação de hábitos mais coletivos, mas também por transformar os sentimentos mais individuais dos sujeitos. Com isso, a saudade de um passado não tão distante passa a ser a única coisa que

⁵ O *Detetive* de 22 de janeiro de 1950. Acervo particular. Esse texto foi publicado na primeira página e coluna do jornal, abrindo as discussões que ocorreriam naquela edição. No entanto, não foi divulgada a autoria do texto, algo comum num jornal em que muitos colaboradores se identificavam a partir de pseudônimos. Contudo, acreditamos que a referida crônica, como foi colocada em uma posição de destaque, poderia funcionar como um editorial da redação, por isso pode ter sido escrita pelos editores e donos do semanário, os senhores Arthur M. da Silva e Estevão M. de Sampaio.

determina a continuidade de vida em um mundo onde não se reconhece mais as atitudes dos sujeitos partícipes dessa sociedade.

O excesso de repetições da frase “no meu tempo...” talvez também sirva para afirmar quão melhor era esse passado, diante da perspectiva de um mundo muito mais complexo e completamente “virado”. Sendo assim, vemos a valorização de um tempo em que a palavra falada tinha muito mais valor que a complexidade dos acordos escritos, representando a honra daqueles que a empenhavam, não permitindo nenhum tipo de quebra daquilo que havia sido acordado anteriormente.

A eficiência “prodigiosa” da eletricidade e os vôos do zepelim (comparado ao das grandes aves que povoam a natureza do nosso mundo) também não parecem impressionar o nosso personagem, preferindo lembrar-se de um mundo muito simples e regado a costumes mais rústicos. Nesse sentido, o espectro da temporalidade desejada, faz com que as facilidades ofertadas pelos avanços tecnológicos vivenciados no presente não sejam tão valorizadas pelo personagem.

Ademais, percebemos certa melancolia nas palavras, pois a memória carregada de sentimentos do personagem acaba tocando o autor do texto de tal forma, que este chega a descrever a lágrima que rola ao rosto do protagonista. Com isso, observamos que mesmo sendo positiva para alguns, a modernidade, tão almejada, não seria representativa de todos os envolvidos.

É importante salientar que toda essa movimentação que orienta os momentos polarizados vivenciados a partir do passado (em que se sente saudades de viver) e do presente (vivido em meio às transformações assimiladas pelos hábitos culturais dos sujeitos), são significativos para que se possa perceber que, além da questão temporal, a modernidade se apresenta enquanto “descontinuidades em relação às culturas tradicionais” (Giddens,1991, p.26). Por isso, “se orienta a partir da recombinação de tempo e espaço, do desencaixe dos sistemas sociais e da reordenação reflexiva das relações que terminam por afetar as ações dos indivíduos”(Giddens,1991, p.26, 27).

1.1A cidade de Santo Antônio de Jesus: o tradicional e o moderno

Com aproximadamente 102.469 ⁶ habitantes, a cidade de Santo Antônio de Jesus se destaca entre os municípios baianos por ser um forte centro comercial em sua

⁶ Censo demográfico de 2007 realizado pelo IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.Consulta em 05.03.17

microrregião. Com isso passa a ter uma importância fundamental para as cidades circunvizinhas, pois se situa às margens da BR-101, ponto importante, tanto para o comércio quanto para o escoamento de produtos agrícolas da região.

A “Terra das Palmeiras”, como também é chamada, devido às palmeiras seculares plantadas paralelamente ao longo da linha férrea nos primeiros anos do século XX, delimita-se “ao norte com os municípios de Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa; ao sul, com Lage, São Miguel das Matas e Aratuípe; a leste com Muniz Ferreira e São Felipe; e a oeste com Varzedo”. (Oliveira, 2002, p.83).

Durante os primeiros anos de sua formação, o povoado de Santo Antônio de Jesus, como tantos outros no interior do Brasil, estava inserido em um contexto de inexpressividade a nível nacional.

O futuro de Santo Antônio de Jesus estava perdido na mataria no seu areal de planalto, com fósseis de peixes, de alguma convulsão milenária. Seu nome ainda não soava e, só no fim do século, surgiria. (Alves, 1967, p.200)

A chegada e estabelecimento do padre Mateus Vieira de Azevedo – na segunda metade do século XVIII nas terras que viriam a ser denominadas de Recôncavo Sul da Bahia – lançam o germen da cidade de Santo Antônio de Jesus. Sendo um dos poucos padres que residiam nesta região, assim que se estabeleceu em um sítio, o padre Matheus tratou de prestar serviços espirituais em seu domicílio. “Em pouco tempo seu oratório assumiu a condição de ponto de convergência dos moradores de uma região cada dia mais ampliada, extrapolando a sua influência, a qual após algumas décadas viria a ser a delimitação da freguesia e, posteriormente, do município de Santo Antônio de Jesus” (Queiroz, 1995, p 230).

A partir da intervenção do Padre Matheus, que se instalara nas proximidades do rio Sururu em meados da década de 1760, a aldeia começou, efetivamente, a atrair uma quantidade significativa de colonos, lavradores em sua maioria. Posteriormente, com a construção da capela no final da década de 1770, muitos fiéis fixaram residência em suas redondezas, formando um núcleo urbano, um povoado.

Segundo Fernando Pinto de Queiroz (1995), apesar de pequeno, o povoado atraía prestadores de serviços, negociantes de gênero alimentícios, de tecidos, bijuterias, combustíveis (carvão e azeite), bebidas e material de construção. O aumento do fluxo e consumo de mercadorias manufaturadas transformaram as “vendas”, “bibocas” e “quitandas” em sortidos armazéns de “secos e molhados”.

De acordo com Valadão (2005), A partir da emancipação política em 1880, Santo Antônio de Jesus passa, literalmente, a caminhar nos trilhos da modernidade com a inauguração, em 7 de setembro do mesmo ano, da estrada de ferro que a ligava a Nazaré das Farinhas.⁷ Esta inovação começava a enquadrar a recém-criada cidade no ideal de modernização implantado na sociedade brasileira e baiana a partir da segunda metade do século XIX.⁸ Apesar de já se fazer presente no Brasil desde o início deste século e ter proporcionado a implementação de uma série de medidas, com a finalidade de modernizar as cidades brasileiras, esse processo se intensifica com a República.

Essa conjuntura propiciou o início de um período de crescente desenvolvimento econômico, que se refletia na construção de casas comerciais, vivendas, mansões suntuosas, palacetes e os primeiros “edifícios”, que mudavam a aparência da cidade, bem como a disseminação dos ideais “modernizadores” e “civilizadores”, causando profundos impactos no cotidiano dos santoantonienses e alterando a estrutura da cidade.

A transformação era bastante perceptível: a estrada de ferro era inaugurada; ruas eram calçadas, asseadas e tinham seus nomes modificados; antigos casebres cediam lugar para casarões sofisticados; o cemitério municipal transferia-se para um local afastado do centro da cidade;⁹ dentre outras mudanças. Dessa forma, a cidade entrava de vez no ritmo da modernidade. No entanto, esse processo “modernizador” e “civilizador” se intensificou, obtendo diferentes contornos, a partir da década de 1930, com a proliferação de novos elementos da modernidade tal como o telefone, cinema,¹⁰ automóveis e energia elétrica. Some-se a isto a concentração de esforços no asseio e embelezamento das ruas que compunham o centro da cidade, a construção de rodovias, e o conseqüente abandono da cavalgadura¹¹ pela elite econômica, e a difusão de esportes como o tênis¹², dentre outros símbolos que modificavam os costumes e a vida dos moradores da cidade.

⁷ VALADÃO, Hélio. Santo Antônio de Jesus, sua gente e suas origens e biografia de Rômulo Almeida. Santo Antônio de Jesus, 2005.

⁸ Ver FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. *Op. Cit.* Nota 4.; NEEDEL, Jeffrey D. Needell. Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se – ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador – 1912 – 1916. (Mestrado) História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.; PINHEIRO, Eloisa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos. (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.; SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

⁹ VALADÃO, Hélio. *Op. Cit.* Nota 30, p. 96 - 97.

¹⁰ ACMSAJ. *O Paládio*, 24 de Dezembro de 1937.

¹¹ *Ibidem*, 04 de Fevereiro de 1938.

¹² *Ibidem*, 24 de Dezembro de 1937.

Nos anos que se seguiram, a cidade cresceu e se transformou em uma velocidade impressionante. Essas mudanças ocorreram nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, tendo refletido principalmente no âmbito físico/estrutural da cidade. No entanto, é a partir da década de 1930 que se percebe uma intensificação na valorização dos símbolos da modernidade, além de uma mudança na economia, que começava a deixar de depender exclusivamente da agricultura para fincar suas bases no comércio.¹³

Como afirma Carlos Nelson F. dos Santos, “uma vez fundada, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas.” (Santos, 1986, p.59) Com Santo Antônio de Jesus não foi diferente, pois mesmo com o grande número de transformações ocorridas no final do século XIX, que se disseminaram no Brasil, sobretudo com o advento da República. A partir da década de 1930 a cidade entrava em uma nova fase. De fato, esta realizava um movimento a fim de se enquadrar ao contexto nacional, já que

A Revolução de Trinta e o Golpe de 1937 assumiam o desejo de romper com o passado; anseio assegurado pela repetida expressão de implantar o *novo* e o *moderno*, percebidos pela necessidade de instituir e propagar a imagem do Estado, da Nação e do Povo Brasileiro que daquele momento em diante deveria vigorar, através de *novos* conceitos. (Gominho, 1998, p. 74)

O Brasil de meados do século XX vivia um momento de sensíveis transformações econômicas e sociais, diretamente ligadas ao modelo econômico proposto pelos governos “populistas” e militares que vigoravam naquele período. Com isso, a fórmula para o desenvolvimento apresentava-se quase indiscutível por meio de “mudanças subjetivas e estruturais que alcançassem o progresso e desenvolvimento das cidades, que era encarado como a maneira mais eficiente para superar o passado agrícola do país e privilegiar os habitantes urbanos, os quais teriam acesso às facilidades modernas”. (LOHN, 2007, p 298). Entre as décadas de 1950 e 1960 o país via os ideais e elementos modernos serem transpostos e instituídos, fomentando o que pode ser encarado como um novo estágio das reformas urbanas. Tais reformas emanavam de processos distintos daqueles que provocaram as intervenções a fim de reordenar as principais cidades no começo do século XX.

No que diz respeito às intervenções praticadas nas estruturas das cidades brasileiras, a partir da década de 1930 tais intervenções estavam profundamente ligadas à noção de progresso e crescimento econômico. Havia um anseio por criar um ambiente

¹³ ACMSAJ. *O Paládio*, 23 de Junho de 1942.

higiênico e agradável para seus moradores, leiam-se suas elites, visitantes e investidores,¹⁴ que seriam os “agentes” do progresso e desenvolvimento. Desta forma,

Em complemento às campanhas de profilaxia médica e social do início do século e do chamado ‘padrão higiênico funcional’ do Estado Novo, que visava influir nas condições de vida das camadas populares através de discursos filantrópicos e cívicos, o Urbanismo passa a propor medidas que visavam intensificar o desenvolvimento, tomando a cidade como um espaço de produção, ao qual cada habitante deveria estar integrado. (Lohn, 2007, p. 309)

Em meio a este frenesi em busca do progresso, muitas cidades sofreram sérias intervenções que se restringiam às áreas centrais com vistas a transformar seus aspectos arquitetônicos e reordenar espaços e territórios. A título de exemplo podemos citar Florianópolis, Teresina, Campina Grande¹⁵ e a própria Santo Antônio de Jesus que, guardadas as devidas proporções, também desejava fazer parte do “clube das modernas cidades brasileiras”. Aproveitando o ensejo desta conjuntura, as elites político-econômicas da cidade, aliadas ao poder eclesiástico, somaram forças no intuito de preencher as lacunas resultantes das transformações ocorridas na transição do século XIX para o século XX, com a disseminação da primeira leva de ideais e elementos modernos, mas principalmente, recriar a imagem da cidade por meio de novas percepções, uma vez que

As cidades podem ser apreendidas sob diversos ângulos, expressando-se em toda a sua complexidade através dos discursos e imagens que lhes atribuem seus habitantes, sejam eles poetas, escritores, políticos ou cidadãos comuns. (Almeida, 1996, p. 239)

O desejo em alcançar tais objetivos era reflexo dessa explícita resignificação dos ideais de progresso e modernidade que ocorriam em âmbito nacional, e relacionava-se com a imagem de uma nação que estava sendo redescoberta, recriada. (Gominho, 1998, p.39)

No bojo dessas novidades, imagens e discursos, Santo Antônio de Jesus passaria por intensas mudanças na esfera social, cultural e estrutural, sendo esta última responsável pelas drásticas alterações em seu patrimônio arquitetônico urbano, via pela qual os poderes costumam se configurar nos cenários urbanos.¹⁶ Para compreender

¹⁴ SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930 – 1945) In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46. pp. 61 – 92 – 2003. p. 63.

¹⁵ Ver: LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Op. Cit.* Nota 40. NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 195-214 – 2007; SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Op. Cit.* Nota 42, respectivamente.

¹⁶ ALMEIDA, Marcelina das Graças. *Op. Cit.* Nota 45, p. 239.

melhor essas alterações é necessário analisar aspectos do ideal de embelezamento que permeava as medidas dos poderes públicos em relação ao centro da cidade. Em meados do século passado, mais precisamente entre as décadas de trinta e cinquenta, houve uma intensa preocupação em embelezar o centro de Santo Antônio de Jesus, o que se traduzia em diversas medidas com vistas a modificar o seu aspecto, tanto no campo estrutural, quanto no simbólico.

Outro aspecto relevante é o aumento populacional ocorrido na cidade de Santo Antônio de Jesus nos anos de 1940 e 1950, identificado via recenseamento demográfico realizado pelo IBGE no período. Com isso, notamos que em 1940, o número total de habitantes da cidade é de 26.466 pessoas, já em 1950 percebemos um crescimento significativo, indicando o número de 29.668 moradores. Sendo assim, mudanças estruturais deveriam ser indicadas pela gestão municipal a fim de garantir as condições básicas de sobrevivência aos cidadãos santoantonienses, em consonância com a taxa exponencial de crescimento esperada para os anos que iriam se seguir posteriormente.

As medidas realizadas pelas administrações municipais tinham um aspecto pragmático, sendo disseminadas de forma intensa. Dentre as mais expressivas, destacamos a pavimentação das ruas centrais, uma das preocupações da administração municipal.

A prefeitura mandou efetuar o calçamento da Travessa Dois de Julho, a paralelepípedo, o que representa ótima medida, pois a dita rua, no inverno, apesar do bom aterro que sempre teve, é a que se mostra em piores condições de alagamento. [...] consta que depois da Dois de Julho, a Prefeitura vai cogitar a Santo Antônio, que pede boa pavimentação como a ânsia do faminto que pede esmola. (ACMSAJ, 1951)¹⁷

Percebe-se que o calçamento a paralelepípedos era uma “ótima medida” para se higienizar o centro da cidade, e, conseqüentemente embelezá-lo, já que evitaria os alagamentos, facilitaria a varrição, além de nivelar as ruas. Some-se a isto o fato de conferir uma estrutura favorável à circulação de automóveis, símbolos da modernidade e progresso. Outro importante aspecto exposto na nota é o papel da administração pública frente à população. Percebe-se que a mesma aparece como a responsável em estender o progresso ao povo, que ansiava por ser envolvido por essa onda transformadora.

Atrelada à pavimentação, a arborização e o ajardinamento das ruas e logradouros públicos constituíram-se em importante e eficiente estratégia no processo de

¹⁷ ACMSAJ. O Paládio, 13 de Outubro de 1951.

embelezamento do centro da cidade. Assim, em 21 de agosto de 1948, o prefeito municipal abre crédito especial de cento e quarenta e um mil cruzeiros para atender a estes fins juntamente com as despesas oriundas de obras novas e conserto das existentes.¹⁸

Instalada em Santo Antônio de Jesus em 1929, por meio de um gerador que funcionava apenas das 18 às 22 horas,¹⁹ alcançando poucas ruas do centro, a energia elétrica foi eleita, pelos poderes públicos, como uma forte aliada na construção de uma nova imagem da cidade. É o que nos revela nota do jornal O Detetive.

Estão de parabéns e muito justos, os nossos conterrâneos, domiciliados nas ruas: Queimadas, Expedicionário e Avenida Luiz Viana, pois mais um gesto digno de aplausos que pratica o Exmo. Sr. Prefeito Antonio Magalhães Fraga, deliberando que se estendesse até àquelas vias publicas, a rede de iluminação elétrica. Mudaram muito de aspecto as citadas ruas e todos bem dizem não só este ato do dinâmico governador da cidade, mas outros que veem concorrendo para o Engrandecimento da terra das Palmeiras. (O Detetive, 1950)²⁰

As linhas da nota acima evidenciam o potencial desta tecnologia no que diz respeito a embelezar/renovar espaços, pois, a sua chegada alterou de forma significativa o aspecto das ruas, devido ao “efeito maravilhoso produzido pelas lâmpadas” (O Detetive, 1950)²¹ - energia elétrica -, o que por extensão afetou o cotidiano dos seus moradores. Este cenário revela o caráter sedutor da energia elétrica presente na mentalidade da época. Vale ressaltar ainda a imagem que o jornal constrói acerca da figura do prefeito,²² que por esses atos, e por sua atuação enquanto profissional e gestor é considerado um governante dinâmico, o que pode ser traduzido como progressista, preocupado com a imagem da cidade. Tendo ciência do poder de que a energia elétrica se revestia, este mesmo administrador público já tinha autorizado que a prefeitura abrisse crédito especial

¹⁸ ACMSAJ. Lei nº 12 de 21 de Agosto de 1948, caixa de leis s/nº.

¹⁹ VALADÃO, Hélio. *Op. Cit.* Nota 30, p. 84.

²⁰ O Detetive, 4 de Junho de 1950. Acervo particular.

²¹ Ibidem, 18 de Junho de 1950.

²² A partir de 1933, Santo Antônio de Jesus passou a ter seu primeiro prefeito eleito por voto popular. O médico, Idelfonso Guedes de Araújo foi escolhido e recebeu a responsabilidade de governar o município até o ano de 1937, quando então foi substituído por Felix Gaspar de Barros e Almeida, considerado um importante Bacharel (em Direito) da cidade e região.

Em 1939, o médico Gorgônio de Almeida Araújo foi escolhido para a gestão municipal e este foi o grande responsável pelas principais mudanças estruturais ocorridas na cidade, principalmente nas que diziam respeito a higienização da mesma.

A partir de 1947, a gestão foi novamente trocada e quem assumiu o cargo foi o comerciante e exportador de fumo, o senhor Antonio Fraga, consolidando o que já havia sido realizado e elevando os anseios dos cidadãos por perspectivas mais inovadoras em relação ao comércio local e a vontade de que este pudesse elevar o município ao patamar de polo regional.

de um milhão de cruzeiros para a instalação e montagem do material necessário para pôr em funcionamento o serviço de luz elétrica na sede do município, que estava sendo revigorado no ano de 1949.²³

As ruas iluminadas passaram a receber os cidadãos que outrora só circulavam com mais liberdade durante o dia e, com isso, novas regras de conduta, pautadas em antigas instituições, começam a ser formuladas a fim de que essa novidade não interferisse na integridade das “boas famílias”. Porém a possibilidade de frequentar novos ambientes, principalmente aqueles situados fora das “fronteiras” domésticas, trouxe consigo uma “liberdade” que permitiu a construção e reelaboração de hábitos que configuraram novos olhares sobre as relações sociais do período.

Apesar de, em sua maioria, estarem voltadas para os aspectos estruturais, as ações com vistas a embelezar o centro de Santo Antônio de Jesus também atuavam no campo simbólico, influenciando diretamente nas representações construídas acerca da cidade, tanto por quem a via de dentro, seus moradores, quanto por quem a observava de fora. Ao criar leis no sentido de modificar os nomes tradicionais de diversas ruas centrais, homenageando os homens públicos que marcaram a história da “terra”, os poderes públicos excluem a participação das camadas populares do processo de construção de uma nova imagem da cidade, e revelam quanto o aspecto simbólico tinha importância neste processo. É o que nos mostram diversas leis sancionadas entre os anos trinta e cinquenta do século passado, semelhantes a que segue abaixo:

Art. 1- Fica o Poder Executivo, autorizado a dar as seguintes denominações as ruas que passa a enumerar: Passa a chamar-se rua MONS. FRANCISCO MANOEL, a travessa entre a Praça Padre Mateus e a rua Silvestre Evangelista, passa a chamar-se Professor VIRIATO LÔBO, a rua conhecida por da rodagem (sic.) do campo, passa a chamar-se rua ANTONIO MENDES, a conhecida rua Velha, passa a chamar-se rua IDELFONSO GUEDES, a atual rua do gaz (sic.). (ACMSAJ, 1951)²⁴

Durante as décadas de 1940 e 1950, as questões relativas ao embelezamento e à organização da área onde se encontrava o centro comercial da cidade permeariam as discussões e ações dos poderes públicos, dos comerciantes, das elites e da Igreja Católica, principais proponentes das mudanças estéticas e espaciais desta área durante o período. No entanto, essas ideias difundidas encontravam obstáculos no modo como os santo-antonienses encaravam suas necessidades de lidar com essas novas normas que

²³ ACMSAJ. Lei nº 14 de 14 de Fevereiro de 1949, caixa de leis s/nº.

²⁴ ACMSAJ. Lei nº 10 de 5 de Junho de 1951, caixa de leis s/n.

começavam a fazer parte do modo de vida dos mesmos, como é possível visualizar nas imagens abaixo:

FIGURA I - Aspecto de um dia de feira (Fotografia de autor desconhecido – Tirada no início do século XX, cedida pelo IBGE-DERE/NE I)



FIGURA II - Feira de Santo Antonio de Jesus (Fotografia de Pedro Carmelito – 1957, cedida pelo IBGE-DERE/NE I)



Na primeira imagem, a inexistência de pavimentação, animais disputando o espaço com as pessoas, mercadorias dispostas no chão, além do aspecto arquitetônico, impunham um ar colonial ao espaço e são as primeiras características que nos saltam aos olhos. Entretanto, é verdade que entre a produção desta fotografia e o desenvolvimento e execução das mudanças estruturais ocorridas no centro da cidade, este espaço teria sofrido algumas melhorias, principalmente no que diz respeito à pavimentação e iluminação.

Já a segunda imagem, tirada no ano de 1957, após muitas dessas mudanças estarem consolidadas, possui um ângulo completamente diferente da primeira. No entanto, ainda é possível perceber que, apesar dos esforços das elites locais e da Igreja, o centro da cidade continua abarcando as aglomerações de populares em dias de feira, conferindo aos sujeitos e à própria cidade, uma dinâmica que termina subvertendo a ideia de higiene e organização, tão presente nos jornais da época.

Em ambas as imagens, vê-se o templo da Matriz, como que “ignorando” o espaço considerado como o coração da cidade, onde funcionava a feira-livre. Na primeira, a igreja ainda funcionava na construção antiga, agregando elementos coloniais que por muitos anos estiveram presentes na vida do povo santoantoniense. Já na segunda imagem, podemos notar que a “Nova Matriz” se coloca com imponência, mostrando que os “novos tempos” devem exibir traços arquitetônicos mais retos e limpos, transparecendo a ideia de cidade que se pretendia mudar a partir daquele momento. A “Nova Matriz” assume o posto de modelo para as construções que seriam realizadas daquele momento em diante, revelando uma nova tendência para os padrões arquitetônicos da cidade, a verticalização dos prédios.

A profundidade de perspectiva na imagem visual descortina seu interesse em registrar a pujança da feira de Santo Antônio de Jesus. Um registro fundado, talvez, numa visão melancólica que pressentia e já anunciava a sua transferência para áreas mais distantes do centro da cidade em expansão. (Santana, 1998, p.89)

A feira era o local de encontro de uma diversidade de sujeitos que circulavam pela cidade de Santo Antônio de Jesus. A economia da cidade dependia das vendas realizadas no Barracão de Farinha e seus arredores. No entanto, as elites se sentiam incomodadas de disputar o espaço do centro da cidade com negros, pobres, feirantes e pessoas oriundas das pequenas comunidades rurais que circundavam o município.

Afinal, os ideais que circulavam pelas páginas dos jornais da cidade davam conta de que esse homem dos novos tempos que emergia em Santo Antônio de Jesus deveria ser branco, oriundo da urbe que se formava, com um comportamento que espelhasse o ar civilizado dos sujeitos que moravam nas grandes capitais desenvolvidas do país. Nesse sentido, aqueles que não se enquadravam nestes espaços de branquitude, não poderiam fazer parte do seleto grupo que deveria tomar as decisões sobre a cidade, pois

a posse real ou fictícia desses novos valores que tomam a nação de assalto vai ser fundamento da identidade de grupos e classes sociais e a base do processo de separação e estigmatização dos grupos percebidos como não-participantes dessa herança.[...] A 'posse' de valores europeus individualistas, vai dessa forma, legitimar a dominação social de um extrato sobre o outro, vai justificar os privilégios de um sobre o outro, vai calar a consciência da injustiça ao racionalizá-la e vai permitir a 'naturalização' da desigualdade.(Souza, 2000, p.251)

Essa visão, um tanto quanto sectária, também acaba por demonstrar a forma hierarquizada como os sujeitos se viam diante das diferenças culturais e espaciais colocadas. Nesse sentido, os signos da branquitude presentes nas elites locais passaram a ser elementos determinantes a fim de conduzir a cidade nesse caminho em busca do desenvolvimento e do progresso, que as mudanças estruturais no centro da cidade poderiam alavancar.

Os jornais noticiavam os embates ocorridos entre o urbano (que se pretendia implantar) e o rural (que se determinava esquecer), e o centro da cidade, mas especificamente a feira-livre era o lugar ideal para a concretização de tais conflitos. Nesse contexto, em um exemplar do jornal "O Paládio" de 1949 encontramos uma matéria em que o "Mercado da Feira" é a principal reclamação do jornalista.

O antigo, da Praça Luiz Viana, é um pardieiro já condenado pela época, pelo modernismo, pela marcha progressiva das coisas de serventia pública. Não só é de dimensões acanhadas, não permitindo todo o serviço ali dentro nos dias de feira, como é, ainda, um prédio que afeia (sic) a praça em questão. Desfigurando-a de modo incontestável. [...] Um mercado com aspecto de coisa moderna é o que visamos ao escrever estas linhas sobre assuntos urbanos. Um mercado, que, por sua construção, dimensões, divisões, ventilação e higiene desperte apreciação lisonjeira dos que nos visitam, dos que procuram aos sábados o ponto em que se faz entre nós a vendagem de todas as especiarias, cereais e gêneros de primeira necessidade. O antigo mercado seria então convertido em jardim público, pois aqui temos um só na cidade, coisa esquisita, aliás, porquanto todo mundo sabe que Santo Antonio de Jesus é a terra por excelência – das flores. (ACMSAJ, 1949)²⁵

²⁵ ACMSAJ. *O Paládio*, de 03 de fevereiro de 1949.

A visão presente nessa matéria revela a forma como as elites enxergavam o modelo de organização e funcionamento dos espaços que pretendiam transformar. O mercado era um importante elemento simbólico no conjunto de interesses envolvidos na pretensa modernização da cidade. Espaço reservado ao comércio dos agricultores pretos e pobres, frequentado por uma maioria de indivíduos que não possuíam uma educação formal, não se vislumbrava nele qualquer perspectiva de organização diferenciada e higiene adequada. Por estas razões, deveria ser transferido para um local onde todas suas “imperfeições” não saltassem aos olhos da classe média e elite branca que frequentavam o centro da cidade, pois desta forma a cidade de Santo Antônio de Jesus não continuaria presa a seu passado.

O novo modelo de cidade não poderia abarcar um mercado que possuía tons e estruturas antigas, sob pena de não conseguir atrair alguns compradores da classe média e da elite local branca para os produtos que estavam sendo comercializados em suas dependências. Nesse sentido, o afastamento do mercado do centro iria “ajudar” a afastar os pretos e pobres do centro da cidade e iria atrair um outro público, as famílias brancas que circulariam mostrando seus modos, vestimentas, etiquetas, formas de se comportar, entre outros símbolos de distinção destes espaços sociais que começavam a ser formados a partir desta dinâmica diferenciada que seria colocada na praça principal da cidade.

As transformações ocorridas na cidade tinham como objetivo mudanças estruturais, e estas também eram fomentadas com vistas

Em não apenas a dar um outro estilo urbanístico e arquitetônico à cidade, mas igualmente a resgatar e higienizar as áreas centrais, num contexto em que doença, vícios, cultura e raça negra eram vistos como sinônimos. (Theodoro, 2022, p.244)

Sendo assim, a retirada das populações pretas e pobres era o objetivo principal do projeto e com o escamoteamento de seus corpos e costumes esperava-se também que a degeneração da nação fosse superada.

No entanto, é importante perceber que, apesar da campanha iniciada nos jornais a fim de que se escondesse a sujeira e desorganização da feira-livre em outro espaço, os sujeitos continuavam realizando suas atividades sem demonstrar tantas preocupações com as investidas das elites. Talvez porque ainda não existissem grandes casas

comerciais que dessem conta de um número tão grande de pessoas nos dias de feira, os comerciantes rurais da região continuaram a inundar o centro da cidade com uma infinidade de cores, sabores e cheiros.

“Tão importante quanto o mercado, os encontros nas feiras destacavam-se na vida dos lavradores”, (Santana, 1998, p.90) haja vista o fato de que, durante os dias em que se realizavam o comércio dentro da cidade, todos compartilhavam de uma infinidade de experiências sociais que permitiam perceber as diferenças existentes entre os sujeitos e os tipos de relações estabelecidas. Nesse sentido, a partir dessa aproximação e observação das diferenças existentes entre os sujeitos, ocorria uma elaboração sobre o que se pretendia estabelecer enquanto identidade naquele momento histórico.

Os sujeitos que habitavam a “Cidade das Palmeiras” imperiais – lembranças do período em que o país ainda era uma colônia e a cidade ainda era um povoado – ansiavam por transformar-se em cidadãos de uma “Palmeirópolis”²⁶ desenvolvida e capaz de ocupar o lugar de destaque na região, suplantando de vez a influência de Nazaré das Farinhas a nível institucional e econômico. Para isso, era necessário que os cidadãos santo-antonienses esquecessem sua tradição rural e focassem em mudanças estruturais que permitissem o desenvolvimento urbano.

No entanto, o “homem do campo” ainda era o grande responsável pela manutenção da economia do município e este não poderia ser escondido ou retirado das ruas da cidade, pois todos dependiam do comércio de produtos agrícolas. Além disso, hábitos, valores e costumes rurais se apresentavam como traços fortes e dominantes nos elementos estruturais da cidade e no sistema de representações que permeavam o imaginário dos sujeitos, pois, apesar das ideias “modernas” que começavam a proliferar nos jornais do período, o homem do campo não deixava de aparecer, demonstrando toda influência que ainda exercia.

Além disso, é importante ressaltar que o tempo e o espaço estudados correspondem ao início de uma redefinição dos lugares e de perspectivas em referência a essa nova forma de enxergar o mundo. Nesse contexto, o lugar social dos sujeitos, que por muito tempo foi envolto por estereótipos de inferioridade, começou a ser contestado. Afinal, muitos sujeitos não mais aceitavam continuar estáticos nos limites que não permitiam a subversão de valores e estereótipos inferiorizantes. Nesse contexto, toda e qualquer novidade não seria tão facilmente aceita pelos que estavam

²⁶ O nome da rádio local era: Rádio Sociedade Palmeirópolis.

participando desses espaços de conflitos. A historiadora Edilma Oliveira argumenta que

É possível que inicialmente alguns feirantes tenham resistido a essa mudança, temendo prejuízos financeiros. [...] O medo e a resistência inicial de alguns donos de vendas e feirantes não foram suficientes para impedir que o projeto fosse levado adiante. Mas, podem ajudar a explicar, acrescido ao argumento da falta de recursos, por que a obra teria demorado tanto para ser realizada, já que desde as primeiras décadas do século XX havia o clamor da imprensa e de autoridades para que acontecesse. (Quadros, 2009, p. 60)

A demora ²⁷ na realização das mudanças propostas não demonstra apenas uma possível resistência por parte dos comerciantes e agricultores que movimentavam a economia no centro urbano, mas uma influência persistente muito forte do rural na estruturação da cidade e na mentalidade dos cidadãos. Essa vocação para aceitação e assimilação das características rurais são formadoras e estruturantes para a constituição, junto com muitos outros elementos, da identidade dos sujeitos envolvidos nos processos sociais daquele momento.

Todavia, o homem da cidade, mesmo parecendo fazer uma oposição ao homem do campo, partilhava da ideia de ser santoantoniense. Nesse sentido, a identidade dos cidadãos partia de uma construção relacional que evocava várias características, sempre construída em comparação com o diferente, “pois sempre nos identificamos com o que somos para nos distinguir das outras pessoas”. (Silva, 2006, p. 204)

É inegável o fato das inúmeras mudanças ocorridas na Santo Antônio de Jesus entre os anos de 1940 e 1950, pois os jornais documentaram com muita precisão as ideias que circulavam e o ambiente em que elas se formavam. A cidade era a representação do avanço: com o calçamento de ruas, a implantação da luz elétrica, a abertura do sistema de abastecimento de água encanada, a construção de novos prédios, os paralelepípedos colocados nas principais ruas no município e a abertura de estradas de rodagem entre as cidades próximas trariam melhorias que poderiam impulsionar novos investimentos e gerar oportunidades de negócios para a elite comercial local.

²⁷ É importante ressaltar que a feira só foi retirada da praça principal da cidade a partir do ano de 1968. Ver: *Notícias Santoantonienses*. Jornal da Bahia em 1968.

Posteriormente, com a implantação da BR 101²⁸ à margem da cidade, toda essa estrutura construída nos anos anteriores funcionou como importante apoio às novas perspectivas que pretendiam transformar Santo Antônio em um polo comercial regional. Com isso, os anseios das elites puderam ser concretizados, a partir da facilidade de escoamento dos produtos da região e todo o movimento migratório que se seguiu, com as pessoas indo e voltando da capital.

1.2 Os jornais, os jornalistas e suas influências em uma cidade do interior

A Revolução de 1930 teve uma importância significativa para as transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas nos anos que se seguiram, pois conseguiu desestabilizar o sistema oligárquico que havia governado o país por 41 anos. Apesar dos sinais de desgaste devido à revolta dos militares durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), as oligarquias achavam que poderiam se sustentar por mais alguns anos, pois contavam com o apoio da elite mineira e paulista.

Ao indicar para o governo de São Paulo o sucessor Júlio Prestes, Washington Luís rompe definitivamente com as oligarquias que se revezavam no governo. A partir desse momento inicia-se a chamada “revolução”, pois forma-se uma chapa de oposição, composta por membros políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, e sob a bandeira da Aliança Liberal, Getúlio Vargas é lançado para a vaga de presidente.

Com a forte campanha da Aliança Liberal nos centros urbanos e as palavras de ordem em oposição às oligarquias, esta ganhou um forte apoio das camadas populares urbanas. No entanto, mesmo tendo grande aceitação nas grandes capitais e em outros estados, Getúlio acabou perdendo para as oligarquias, devido ao sistema de fraudes e favores que grassavam no cenário eleitoral daquele momento.

Com o repentino assassinato de João Pessoa (vice de Vargas) e a impopularidade do governo perante as massas, os motivos para a organização de um movimento militarizado só aumentaram. Em pouco tempo, tenentes e apoiadores conseguiram retirar Washington Luís do poder, levando Vargas ao governo presidencial. Com a forte disputa eleitoral e o posterior movimento militarizado, as páginas dos jornais estavam ricas em notícias sobre a situação que se instalara. Nesse

²⁸ As primeiras discussões para a construção dessa via foram registradas a partir de 1950, mas o trecho que ligava a Bahia só foi inaugurado no segundo semestre de 1973. Ver: Análise global da economia baiana: diagnóstico. 850.

sentido, a imprensa cresceu impulsionada pelas vendas durante esse período, conseguindo ampliar o desenvolvimento nos meios de produção, circulação e expansão de seus conteúdos nas grandes capitais e nas cidades interioranas do país.

Já havia empresas jornalísticas executando projetos de expansão nos mais longínquos espaços e não apenas nos grandes centros urbanos. Inclusive, pensa-se que todo apoio empenhado por esses órgãos de comunicação à Aliança Liberal pode ter ajudado a desgastar ainda mais o governo oligárquico instalado, devido à forte capacidade de propagação das idéias.

Contudo, quando Getúlio instalou-se no Palácio do Catete, trouxe grandes mudanças às perspectivas de imprensa que se pretendia implantar nos anos posteriores. Com um governo centralizador que impunha o cerceamento às liberdades individuais, ele acabou interferindo de maneira muito intensa nos jornais. Os veículos de imprensa, mesmo apoiando as medidas tomadas pelo governo, eram vigiados todo o tempo por censores instalados nas redações. Alguns jornais, de cunho opinativo e político-partidário, tão marcantes no final do século XIX, tiveram que fechar suas portas, fosse pela censura constante, fosse pela inadaptação à nova maneira de levar a informação e se organizar enquanto empresa, com a qual estava se formando a comunicação em massa naquele momento.

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, além de centralizar e coordenar as ações relativas à propaganda nacional, também pretendia “fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa”.²⁹ Nesse contexto, todo o ideal proposto pelo Estado Novo poderia ser divulgado de modo intenso e controlado, promovendo o culto à imagem de Getúlio a fim de consolidar seu poder frente às massas populares.

Apesar da resistência de alguns jornalistas, que sofreram com o regime implantado na época, outros foram beneficiados por se corromper e publicarem matérias de interesse “estadonovistas”. Conforme Barbosa, “as verbas oficiais engordavam as receitas de jornais, revistas, agência de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favoreciam os que colaboravam com o poder”. (2007, p.121)

²⁹ Ver: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos Imagens/DIP](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos%20Imagens/DIP)

De acordo com Lene e Lopes, “foi nesse contexto de censura aos organismos de comunicação da Bahia, que os jornalistas se reuniram e criaram uma associação de imprensa”.(2015, p. 158) Idealizada por 94 profissionais que atuavam na época, a instituição teria o objetivo de organizar a categoria, fiscalizar e reprimir os atos praticados pelos censores governistas, fortalecendo a atuação destes profissionais.

Em Santo Antônio de Jesus não temos notícia acerca do impacto causado pela censura junto aos jornalistas locais. No entanto, sabemos que o dono do semanário *O Palládio*, o senhor Antônio Mendes de Araújo, fez parte da criação da Associação Baiana de Imprensa (ABI) e tinha boas relações com políticos da região,³⁰ pois seu jornal sobreviveu ao período da censura e, posteriormente, à volta da liberdade de imprensa em 1945.

O Palládio tinha uma importância para o funcionamento administrativo da cidade de Santo Antônio de Jesus, visto que os principais editais de concursos e decretos municipais eram publicados no semanário a fim de que a população tomasse conhecimento. Nesse sentido, os gestores municipais encaravam a folha e atividade profissional desta como um instrumento parceiro dos interesses institucionais da cidade. O semanário orgulhava-se de ser para o interior e longínquos povoados rurais, o que o jornal *A Tarde* significava para os leitores da capital.³¹ Sendo assim, acredita-se que a extensão de sua importância ultrapassava os limites espaciais da cidade de Santo Antônio de Jesus, circulando e influenciando as cidades próximas do recôncavo baiano.

Os jornalistas e colaboradores tinham uma importância fundamental para o funcionamento do periódico e também para o possível “engrandecimento” da sociedade que este representava, como podemos ver abaixo, em artigo publicado.

O que vale um jornal

Conceito emitido por uma folha de Minas Gerais, a Gazeta de Paraopeba, e que transcrevemos para que seja lido e meditado:

³⁰ Ressalta-se que Antônio Mendes de Araújo conseguiu junto ao governo de Góes Calmon máquina nova e outros materiais que possibilitassem a tiragem semanal no jornal. Ver: http://www.vozdabahia.com.br/index/colunas/id220221/em_memoria_a_imprensa_santantoniense_do_seculo_xx_o_jornal_o_palladio

³¹ “Há quem nos faça justiça. Na cidade do Salvador temos ouvido dizer: ‘Não passo sem *A Tarde*’. Pois bem, sem ser por vaidade, afirmamos que, de leitores modestos lidadores da vida rural e que não assinam os grandes periódicos, temos ouvidos expressões como estas: ‘não posso passar sem *O Palládio*’”. Ver: “*O Palládio* nos seus 41 anos”, artigo publicado em *O Palládio* de 13 de novembro de 1942.

O maior expoente da civilização de um povo é inegavelmente a sua imprensa. Pelo jornal avalia-se bem o grau de adiantamento de uma terra, o desenvolvimento do seu progresso, a capacidade dos seus habitantes. Nas oficinas do jornal está o atestado de cultura de um povo. Sem a imprensa nada representam as aspirações populares, o desejo de prosperar, os sacrifícios feitos para avançar. Tudo debalde. O jornal é que discute e orienta, que fiscaliza e ao mesmo tempo auxilia a administração pública. Sem a imprensa, pois, não pode haver progresso.

Por isso mesmo cada terra tem o imperioso dever de cooperar para a manutenção do seu jornal, emprestando-lhe todo o seu amparo, dando-lhe o braço, levando-lhe toda a sua solidariedade. (ACMSAJ, 1942)³²

O pequeno texto de um jornal mineiro, publicado em uma coluna do jornal *O Palladio* no ano de 1942, tenta demonstrar a importância que esse veículo de comunicação pretendia ter na sociedade santoantoniense. Nesse sentido, os representantes da imprensa estariam imbuídos em realizar a “sacrificante” tarefa de levar o progresso à humanidade, transformando aspirações populares em empreendimentos sólidos em prol dos avanços que pretendiam alcançar. Os jornalistas eram os responsáveis por traduzir, em palavras, as idéias com as quais pretendiam educar a sociedade, a fim desta se desenvolver ao patamar dos países europeus mais ricos. Sendo assim, esses profissionais precisavam encarar essa tarefa como uma missão de vida e assim ajudar o país a alcançar a posição superior almejada por todos os governantes brasileiros.

As grandes transformações urbanas, pelas quais passavam as cidades brasileiras, deveriam ser o ponto de partida para as mudanças que ocorreriam na vida dos sujeitos envolvidos nesse processo. Nesse contexto, o jornalista seria o arauto do progresso, pois, através dos seus textos, poderia educar e preparar os sujeitos para o mundo que se anunciava em meio a tantas perspectivas inovadoras. Afinal, os jornais tinham um papel fundamental nesse contexto, pois era um meio rápido de difusão de ideias – fossem elas modernas ou antigas – e as perspectivas imagéticas, bem como os discursos carregados de significados, poderiam influenciar a forma como os sujeitos pensavam e se comportavam diante das mais variadas situações. Com isso, exercer a atividade jornalística conferia uma responsabilidade e status àqueles que participavam desse meio de comunicação.

O *Palladio* exultava seu importante corpo jornalístico e influentes colaboradores, pois era através da comunicação dos textos de autoria deles que a folha conseguia a

³² ACMSAJ. *O Palladio* de 10 de julho de 1942.

posição de destaque na sociedade santoantoniense. Composto por médicos, juristas, professores, padres e grandes artistas da região, o periódico se organizava em textos que, segundo a direção, eram de interesse da população da cidade. No entanto, é importante ressaltar que os elementos estruturais presentes em uma sala de redação podem indicar que as escolhas feitas pelos editores e redatores não são aleatórias nem apenas baseadas no nível de satisfação do público. Com isso, ressaltamos, a partir de Darnton, que “os repórteres naturalmente escrevem para agradar os editores que controlam o sistema de recompensas do outro lado da sala, mas não existe nenhuma maneira direta de receber um reforço redigindo a melhor matéria possível”. (2010, p.81)

Figuras como Julival Rebouças, Paulo Bento, Maria Feijó, Renato Almeida, Paulo Martins, Juventino Pitombo, Honorita Galvão Rocha e Edgar da Veiga eram figuras importantes da cidade e assíduos colaboradores do semanário *O Palládio*. Cada um em uma área específica tentava passar para os leitores suas histórias, experiências profissionais e conhecimentos acerca de uma infinidade de publicações.

O Doutor Julival Rebouças era especialista em assuntos jurídicos, pois possuía formação na área do direito e sempre procurava contribuir com questões políticas e legais presentes no cotidiano dos leitores em geral. Suas matérias eram escritas em caráter informativo, fornecendo os subsídios constitucionais para qualquer incursão nesse mundo das leis. Já Paulo Bento, especialista em assuntos religiosos, não parecia ter formação acadêmica específica, mas um fervor vigoroso para a defesa da fé e moral cristã. Sendo assim, tinha grandes preocupações com a ascensão do espiritismo e das demais religiões que começavam a surgir naquele momento, desqualificando esses cultos mais modernos e exaltando a Igreja Católica como único pilar de salvação.

As senhoras Maria Feijó e Honorita Galvão da Rocha faziam sucesso com as belíssimas poesias e artigos que tinham o amor e a família como centro das suas preocupações textuais. Não eram donas de titulação acadêmica específica, mas a forma como estas teciam as palavras indicavam talento para a escrita e defesa das ideias que acreditavam possuir valor para a sociedade daquele período.

Os senhores Edgar da Veiga e Renato Almeida eram responsáveis por colunas que tratavam de assuntos relacionados a questões médicas, pois o primeiro era farmacêutico e o segundo um dos médicos que atendiam no município. Assim, consoante à formação de ambos, os cuidados com o corpo, orientações sobre

problemas de saúde e higiene faziam parte das preocupações dos textos que assinavam no jornal.

Esses colaboradores não eram escolhidos de maneira aleatória ou sem uma orientação sistemática sobre o impacto que seus textos poderiam causar. Pelo contrário, a redação do periódico pretendia realmente interferir e posteriormente orientar seus/suas leitores/as sobre certo tipo de posicionamento social. Nesse contexto, é perceptível que

Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos. É interessante acompanhar, nas diferentes épocas, as mudanças dos papéis sexuais que a imprensa divulgava nas diversas cidades. Tais mudanças, obviamente, vinham acompanhadas de uma campanha com normas de conduta que, muitas vezes, refletia aquilo que a elite urbana considerava civilizado e que, em grande parte, era repetição daquilo que os jornais dos grandes centros divulgavam. (Pedro, 1997, p.281)

Em 1945, com o fim da censura, a imprensa determinada pelo Estado Novo inicia-se um novo capítulo na vida da imprensa brasileira, os jornais das grandes capitais e do interior passam a experimentar uma visão mais ampliada acerca dos fatos e de como escrever para e na imprensa no país. Nesse contexto, os jornais das grandes capitais já começavam a ser influenciados pela forma de escrita informativa norte-americana, bem como seus grandes conglomerados jornalísticos capitalistas, onde os “vultos dos recursos de que a empresa dispõe era fruto de sua dependência em relação às agências de publicidade” (Sodré, 1999, p.408).

No entanto, é em 1950 que a ideia de modernização do país vai influenciar a imprensa de maneira assertiva, implementando algumas das principais perspectivas que se seguiram nos anos posteriores. Nesse sentido,

De acordo com o espírito do tempo dos anos JK, em que desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade se apressam em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como marco fundador de transformações decisivas no campo jornalístico. (Barbosa, 2007, p. 408)

A partir disso,

Mais do que a mudança radical, o que se constrói é o discurso unívoco dos jornalistas, identificando esse momento como singular para a profissão e transformando a década de 1950 numa espécie de lugar mítico do moderno jornalismo brasileiro. Entretanto, [...] os anos 1950 longe de representarem ruptura são, a rigor, o período de consolidação

das transformações por que vem lentamente passando a imprensa desde o início do século XX. A reforma do jornalismo, enfatiza, é um processo cumulativo que incorpora experiências desenvolvidas ao longo de décadas. Se há inovações e rupturas, há também permanências e continuidades.(Barbosa, 2007, p.157)

O jornalista passa a ser o símbolo do progresso no país e suas funções ultrapassam a simples escrita da notícia, conferindo mais importância à posição política e social desses profissionais. Em um editorial publicado no jornal *O Detetive* em 1950, intitulado “O jornalista” conferimos quais os propósitos deste profissional:

O jornalista

Corrigir costumes, combater os parvos prejuízos, defender os interesses gerais de uma nação – tal é a missão do jornalista, esse Prometeu do obscurantismo que se dilacera, esfacela e morre, sem que seu nome passe a posteridade.

Si ha algum personagem que merece as glórias do martyriologia, é o jornalista, pobre camaleão da literatura, que tem que tomar mil formas para agradar a myriades de leitores, sábios, ignorantes, idiotas, parvos, pedantes, letrados, etc. etc.

O escritor de periódico precisa duma ilustração encyclopedica, afim de tocar, ainda que de leve, sobre todos os assuntos que se apresentem de improviso; necessita d’uma certa verve especial: um espírito critico para cicatrizar as ulceras sociais e, acima de tudo, a amenidade do estilo, variedade de assunto e um não sei quê de inexplicável que torna altamente interessantes os escritos dos mestres do jornalismo moderno. O jornalista faz holocausto do seu talento, vida e gloria no altar do seu povo – como as vestais romanas o faziam de sua virgindade aos deuses – e recebem como loiros de tantos trabalhos e sacrifícios uma vida de contínuos dissabores e o eterno esquecimento no túmulo.(*O Detetive*, 1950)³³

A responsabilidade de “corrigir costumes, combater os parvos prejuízos, defender os interesses gerais de uma nação” outorga ao jornalista a missão de educar e preparar a sociedade para o progresso de uma nova civilização que pretendia determinar hábitos e condutas perante o futuro que se anuncia. Nesse sentido, tal profissional deveria exercer sobre estes uma grande influência, capaz, inclusive, de promover mudanças individuais que terminassem ressoando no coletivo.

O jornalista era considerado um “camaleão da literatura”, pois deveria agradar uma gama significativa de pessoas, com seus diferentes comportamentos e visões de mundo. A versatilidade de temáticas e assuntos também deveria ser dominada pelo escritor dos periódicos, a fim de abarcar um público bem diverso em interesses

³³ O *Detetive* de 06 de agosto de 1950. Acervo particular.

pessoais e possibilitar grandes conhecimentos àqueles que tinham a oportunidade de se debruçar sobre a leitura de seus textos.

O senso crítico destes profissionais é aclamado como instrumento capaz de “cicatrizas as úlceras sociais”, já que estes, através da acidez presente em suas matérias, poderiam fazer os sujeitos repensarem a forma como levavam suas vidas. Sendo assim, é notável a forma como estes profissionais e o autor do texto prezavam a estilística literária concernente às matérias dos “mestres do jornalismo moderno”.

Ademais, as exaltações ao trabalho desses profissionais da imprensa servem de base para que se pense a importância que estes tinham na sociedade em questão. Contudo, mesmo contando com elogios pujantes à forma como estes jornalistas atuavam, o autor ressalta que após a morte seus escritos jamais seriam exultados para além das efemeridades dos momentos em que foram transcritos nas publicações, revelando quão provisória e temporal eram essas referências.

O papel almejado para os indivíduos é destacado na imprensa. Nos jornais de Santo Antônio de Jesus, sobretudo em *O Detetive*, se acham as normatizações para o comportamento sociocultural dos sujeitos, pois estes eram fomentadores dos discursos civilizadores e se empenhavam na tarefa de determinar o lugar e o papel de cada um no novo momento.

É interessante perceber um texto com esse tipo de posicionamento acerca da profissão de jornalista, pois ao contrário do jornal *O Paládio*, que era extremamente tradicional e com um corpo jornalístico bastante conciso, as matérias do semanário *O Detetive* eram em sua maioria formadas por contribuições de leitores. Nesse sentido, é importante ressaltar que muitos desses leitores se apresentavam por pseudônimos e iniciais dos nomes, não revelando sua real identidade. A utilização de pseudônimos para assinar a autoria dos textos conferia certa liberdade aos seus escritores, preservando seu status e relações sociais frente aos personagens alvo de suas ácidas críticas. Nesse contexto, pode-se concluir que “a irrisão provocava lesões profundas em suas vítimas, mas oferecia diversão aos leitores, que apreciavam o espetáculo das figuras públicas expostas ao ridículo”. (Darnton, 2012, p. 503)

O Jornal parecia não se importar muito com os novos posicionamentos nacionais acerca da forma como os jornalistas estavam tratando a comunicação via imprensa escrita do período. A real preocupação que pairava na redação de *O Detetive* era a resposta constante que obtinha dos seus leitores e como estes poderiam ser

transformados em novos sujeitos, ajudando Santo Antônio de Jesus a se tornar uma cidade modelo para a região.

Ao contrário do semanário *O Palládio*, que aparentava estar imerso em um ambiente de transformações estruturais presentes nas ruas da cidade, *O Detetive* parecia incentivar que essas mudanças ocorressem na vida dos sujeitos, ressaltando os elementos sociais e culturais que poderiam contribuir para isso. Nesse sentido, os textos faziam referência aos hábitos e costumes dos cidadãos, incentivando que estes poderiam se tornar pessoas melhores e a partir disso contribuir para o engrandecimento do município frente aos demais.

Paumart, Índio Manso, Velho Talques, U. Amazonas, Géó, Príncipe Sofredor, Anelão, K. Boclo e K. Elle eram alguns dos colaboradores constantes nas páginas do semanário *O Detetive*. Seus textos, diferente do panorama da imprensa nacional, tinham um caráter muito mais literário que informativo, bem como a própria concepção da folha, que fugia da linha propagandista dos grandes jornais da capital, priorizando o diálogo constante com o público e seus textos “littero-informativos”.

Alguns desses pseudônimos eram tão constantes que adquiriam até certa especialidade dos assuntos, pois escreviam sempre sobre uma mesma temática. Um desses personagens é o Paumart que, ao longo de tantas participações no semanário, pode ser considerado um especialista em detalhar a vida das mulheres de elite, que faziam parte dos seus círculos sociais, e também daquelas consideradas “indesejáveis”, que circulavam pelas ruas da cidade, “constrangendo” alguns cidadãos.

As preocupações locais em relação a essas mulheres “indesejáveis” eram reveladas pelos discursos presentes nas publicações de Paumart e outros colaboradores. Nesse sentido, as agruras vividas por uma prostituta, uma louca, uma mulher pobre e tantas outras personagens, precisavam ser analisadas e contadas pela via textual a fim de que as leitoras pudessem conhecer e assim fazer escolhas diferentes em suas vidas, respeitando sempre a moral e os bons costumes da época.

Com isso, fica claro que a imprensa de Santo Antônio de Jesus, mais do que informar, pretendia educar seus leitores a fim de que estes futuramente pudessem dar um rumo progressista e civilizado à cidade. Nesse contexto, homens e mulheres eram representados em perspectivas completamente diferenciadas e respeitando a estrutura desigual, historicamente criada para a separação dos sexos, mantendo as mulheres em uma posição de fragilidade e subalternidade em relação aos homens.

CAPÍTULO II - O DESTINO DAS MULHERES SANTOANTONIENSES

“A beleza das mulheres

Um medico inglez acaba de publicar o resultado das pesquisas que fez para saber porque as mulheres são mais bonitas que os homens. Essas investigações foram feitas sobre mil e seiscentas mulheres pertencentes as raças e povos os mais diferentes do mundo inteiro e levaram o autor à conclusão de que as mulheres devem sua beleza ao pouco esforço physico que fazem.

O trabalho intelectual, as preocupações dos negócios, exercem uma influencia real e prejudicial sobre a beleza. Para sustentar a these esse medico cita o exemplo typico.

Nas índias inglezas ha uma tribu – dos Zaros – onde os papeis complicados de nossa sociedade estão invertidos. É a mulher quem pede o homem em casamento, é ella que dirige a nau do Estado, occupa os empregos públicos, sustenta a família enquanto o homem nada tem a fazer senão passear. Resultado: os homens da tribu dos Zaros são bonitos e as mulheres feias.” (ACMSAJ, 1932) ³⁴

É importante ressaltar que a sociedade ao qual o texto se refere parece ser oriunda da Índia e, por isso, o texto sugere ter passado pela colonização empreendida pelo Império Inglês. Com isso, destaca-se que qualquer forma de orientação ou funcionamento da sociedade anterior a esse processo de dominação, deveria ser desconsiderada e posteriormente substituída pela forma como os colonizadores enxergavam e deveriam dominar o mundo.

As mulheres da tribo de Zaros parecem ser independentes e ter um papel essencial para a manutenção da sua comunidade, isso na cabeça do colonizador parece significar algo muito perigoso e difícil de aceitar, pois “a conquista imperial do globo encontrava sua figura e sua sanção política na prévia subordinação das mulheres como uma categoria da natureza.” (Mcclintock, 2010, p.47) Neste contexto, a desqualificação de qualquer sistemática existente naquela sociedade, bem como a forma como estes sujeitos deveriam se portar a partir do advento da colonização eram condição necessária para a manutenção dos caracteres de dominação.

A beleza também falada e explicitada no texto, é apenas uma desculpa para que o colonizador inglês e depois o jornalista ocidental possam espalhar sua visão etnocêntrica acerca daqueles homens e mulheres diferentes do padrão branco ao qual estavam acostumados. Nesse caso, “podemos então pensar que toda e qualquer

³⁴ ACMSAJ. *O palládio* de 01 de abril de 1932.

identidade singular e coletiva só se constrói em relação a outra, ou seja, só aparece quando há uma contraposição”. (Schucman, 2020, p. 124)

A ideia de beleza ligada ao feminino também parece fundamentar a questão de que para manterem o padrão daquela sociedade da época, as mulheres estariam destinadas ao ócio e por conseguinte a total ausência de poder. Essa percepção se difere completamente do que ocorre na tribo dos Zaros, visto que lá as mulheres podem exercer o poder de uma maneira muito orgânica, contudo, para evitar que isso se alastre como influência para outros países no mundo, a feiura destas precisa ser ressaltada como uma grave consequência social.

Os homens da tribo de Zaros também não deveriam ser considerados como iguais pelo colonizador, primeiro por aceitarem, aparentemente de maneira pacífica, a posição que exerciam naquela comunidade e segundo por não se utilizarem da força bruta do trabalho para contribuir de maneira mais sistemática com a dominação exercida pelo processo de colonização. Os papéis sociais exercidos por homens e mulheres neste grupo não apenas surpreenderam os europeus ocidentais como também colocou em cheque a representatividade exercida pelo macho colonizador no oriente estrangeiro, com perspectivas tão diferentes às aquelas colocadas pelo resto do mundo.

O trabalho, pela ótica do europeu que estava observando aquele grupo social, assume conotações diferentes. Quando executado pelos homens tem algum valor, mas quando exercido pelas mulheres, precisa ser sumariamente desqualificado e colocado como algo que não deve ocorrer de forma sistemática e necessária para a sustentação da sociedade, pois às mulheres só resta o trabalho ao qual não seja “imprimido esforço intelectual e físico”, visto que a estas o destino só reserva a condição de dar continuidade ao lar e a família a partir da procriação.

O artigo acima foi publicado pelo editor num exemplar do jornal *O Palládio* em 01 de abril de 1932. Longe de querer apenas divulgar o resultado de uma pesquisa, o texto parece querer estabelecer de forma muito objetiva a dualidade desigual com a qual o processo civilizador proposto a partir dos ideais e símbolos da modernidade foram edificados na sociedade brasileira.

É importante lembrar que o ano de 1932, momento em que o referido artigo de jornal foi escrito e publicado, é muito significativo para a história do país, visto que este

foi o ano em que houve o reconhecimento e conquista do voto feminino no Brasil. Nesse contexto, mesmo sendo um momento célebre para os movimentos sociais que lutaram para que o voto feminino viesse a se tornar realidade, este ainda era facultativo e não atendia as mulheres de todas as classes sociais com a mesma importância e significação.

Contudo, para os homens brancos, alfabetizados, leitores dos jornais e firmados no topo da pirâmide societária que se formava a partir do ideário da modernidade, a ascensão da luta feminina, suas possíveis conquistas e as tomadas de espaço poderiam representar uma ameaça às hierarquias sociais formadas historicamente. Sendo assim, o texto publicado acima pretendia não somente obstaculizar a transposição de espaço pelas mulheres, mas a partir de uma informação “dita” científica, secundarizar a posição feminina e afirmar qual o papel destas para a manutenção da sociedade desigual pretendida.

No Brasil de 1932, a desigualdade estabelecida nas relações de gênero era uma prática comum e que fundamentava a continuidade da exploração dos sujeitos e as constantes formas de violência presente na sociedade daquele momento. Nesse sentido, historicamente, espera-se “do ‘homem normal’ que seja do sexo masculino, que desempenhe o papel de gênero masculino, que seja ativo sexualmente e que tenha uma orientação sexual heterossexual” (Fry, 1982, p. 91). Com isso, esperava-se também que as mulheres brancas e mulheres pretas se sujeitassem sem questionamentos e fossem destinados a servir este homem branco, heterossexual e dominante, porém a complexidade dinâmica das relações também possibilitou que os sujeitos pudessem enxergar e traçar novos horizontes a seus caminhos.

2.1 O ideal de mulher santoantoniense

O ideário predominante nos discursos jornalísticos durante o período estudado era de que as mulheres deveriam se submeter às regras impostas pelos representantes masculinos da família, nas pessoas do pai, irmãos e companheiros. Nesse sentido, as palavras contidas no fluxo textual das matérias e colunas da imprensa eram apresentadas a partir de um sistema de imagem-representação de aparência corriqueira, mas carregadas de significações que se tornavam, muitas vezes, estereótipos de mulher na sociedade da época.

As representações das mulheres do período, diferente das ideias de “modernidade” tão presentes nos discursos acerca das transformações urbanas do período, eram carregadas de tradicionalismo. Apesar dos jornais pesquisados apresentarem temporalidades e propostas editoriais diferentes, é possível perceber que a ideias acerca das transformações sociais são localizadas nas insígnias mais profundas da branquitude, o que termina, factualmente, cerceando os espaços de participação do feminino, a fim de que as mulheres continuassem mantendo suas funções sociais em favor da exploração masculina.

Esse contexto nos remete à reflexão de Hobsbawn e Ranger, segundo a qual,

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. (Hobsbawn; Ranger, 1997, p. 12)

As tradições são rememoradas, inventadas e incorporadas a fim de fornecer os elementos necessários à manutenção de certos papéis assumidos por alguns sujeitos, a fim de que o passado continue operando em meio à perspectiva de futuro que se aproxima. Nesse sentido, é perceptível que a manutenção de certos padrões antigos ajuda a sustentar o sistema de exploração historicamente instituído para todos aqueles que, supostamente, são inferiores.

A insistência em criar normas, modelos, imagens, representações e regras propicia que estes sejam absorvidos paulatinamente pela sociedade, se manifestem e se cristalizem em atitudes, opiniões, comportamentos historicamente construídos e legitimados. A construção do papel social da mulher na sociedade estudada está profundamente associado ao contexto da colonização, que atemporalmente vem influenciando e propagando várias ideologias presentes em diferentes períodos da história.

Em Santo Antônio de Jesus, as imagens mais presentes acerca das feminino que aparecem nos jornais estão ligadas aos ideais de casamento, família, maternidade, juventude e virgindade. No centro das principais preocupações da cidade estavam aquelas que diziam respeito à família, e nesse momento a mulher era a responsável

por “cuidar” do lar, dos filhos e do marido de maneira “competente e capaz”,(Hobsbawn; Ranger, 1997, p. 128) evitando que estes “se perdessem” em meio às “desordens do mundo”.

As representações presentes para o feminino nos jornais ajudavam a manter uma série de estereótipos que funcionavam a partir da dinâmica da desigualdade entre os gêneros. Nesse contexto, de novos ideais acerca do comportamento, Estado e Igreja se unem a fim de educar os sujeitos de uma maneira que estes pudessem desenvolver o matrimônio como instrumento capaz de designar, a cada sujeito, sua posição dentro da sociedade que se instalava.

Em diversas matérias, os autores defendiam as atitudes que, correspondendo ao modelo de mulher aceito pelas elites, pretendiam disseminar através dos periódicos, seguindo a lógica da publicação abaixo:

Perfil

Ela é o sonho ideal de meus amores

Seus olhos meigos e fascinantes: falam mais do que um período; olhos que dizem mais do que um madrigal completo. Maçãs finas e alvas. Porte esbelto e nobre. Tudo isto deixa transparecer o que lhe vai nalma de menina moça.

No dia do seu diploma de corte – e ela é prendada – estava de uma beleza peregrina no seu traje vaporoso de rosa claro.

Como não deve ser grato aos moradores da ‘Avenida’ ter um anjo de beleza e de coração morando na entrada da rua. como a velar-lhe pela aristocracia proverbial, dando-lhe um encantado sainete espiritual e finura de costumes, muito condizentes com o seu povo.

Filha única, é a menina dos olhos dos seus pais.

E o Deus onipotente, não terá desvelos, também, por aquela criaturinha?

Não admito o contrário, pois se eu fosse um deus...

O VELHO TALQUES (O Detetive, 1950) ³⁵

Dar o título de “perfil” ao pequeno artigo traduz, de certa forma, um ideal do feminino, visto que a mulher retratada, com tantas qualidades, deveria servir de exemplo para todas as outras. Nesse sentido, a visão arquetípica presente na descrição, valoriza uma mulher jovem, branca, e com grandes habilidades na realização de trabalhos manuais tipicamente femininos, pois a garota almejava a obtenção de diploma no curso de corte e costura.

O autor procura demonstrar no texto que seus sentimentos acerca da jovem eram puros, haja vista o fato de que sua musa era uma juvenzinha muito pura

³⁵ O Detetive, 28 de maio de 1950. Acervo particular.

(comparada até a um anjo), que não conhecia os pecados mundanos. Seus costumes eram finos e nobres, indicando a posição social que ela e sua família possuíam na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Seguindo a leitura do texto, ainda percebemos que após todas as exortações em torno da aura desta jovem mulher, que serve de inspiração aos sonhos do autor do texto, podemos notar que este ainda felicita aqueles que vivem no entorno da mesma, por terem alegria de cruzar com um ser humano tão especial diariamente. Compreendemos, com isso, que seu comportamento era representativo e simbólico (próprio dos brancos) e este deveria ser seguido à risca por todas as mulheres que pretendiam ter igual valor nessa sociedade.

O texto remonta muito mais do que apenas insígnias de etiqueta e comportamento que as mulheres brancas deveriam ter e repassar às demais mulheres que compunham a sociedade local. Seu simbolismo reafirma a ideia de um corpo educado, controlado e livre de qualquer dissidência moral que pudesse colocar não apenas sua individualidade, mas a coletividade cidadina em risco. Seu exemplo deveria ser seguido em prol de evitar qualquer tipo de mácula social que pudesse culminar em uma degeneração do próprio projeto de moralidade que se pretendia implantar.

Contudo, apesar do texto acima citado ser bastante representativo das formas de comunicação do que se pretendia ter como modelo de feminilidade na época, estas não eram as únicas imagens idealizadoras das mulheres do período, pois com uma diversidade tão grande de sujeitos, estes tinham hábitos, jeitos, costumes e significados diferenciados. Por isso, os jornalistas enveredavam por inúmeras perspectivas/estratégias de apresentar os seus personagens e protagonistas seguindo algumas tramas sociais, sempre influenciados por um entorno que teimava em transparecer.

Em mais uma publicação do jornal *O Detetive* podemos perceber uma outra mulher “não branca”, a qual é descrita de forma a se diferenciar da primeira publicação que fora apresentada anteriormente. Esta nova personagem também circulava nas ruas da cidade, e também é representativa para se entender o panorama social do período.

FEITIÇO HUMANO

Pois amigo, vou dar-lhe todos os traços, hábitos e virtudes da mulher que me inspirou estas linhas:

Não é capelista, não senhor, baiana, filha da cidade de 'S. Salvador'...daquela Bahia romântica, pitoresca e tradicional de que bem nos falam os grandes cronistas de tódo país [...]...daquela Bahia velha, de ruas estreitas, de sobrados antigos...[...]

Tem a estatura média, pele morena, da cor do vatapá de sua terra, cabelos castanhos e olhos da mesma cor, sobancelhas bem arqueadas, nariz bem moldado, e tem 16 anos de idade. É tão alegre e simpática como a paisagem lírica de sua terra...tem no seu andar em qualquer movimento de seu lindo corpinho, todo ardor e cadência de um samba animado, bem animado, desses que nos deixam de corpo cansado de tanto sambar...

[...] Ela mora lá, bem diante do centro, no nascente da cidade, é estudante na capital e está agora passando as férias entre nós, ao lado de sua jovem colega, tão simpática quanto ela, que tem nome de uma pedra preciosa. Ela tem o corpo elegante, geitoso (sic), o rosto lindo e um ar tão engraçado que bem podíamos dizer que comparando-a mal: é um verdadeiro feitiço humano, posto na encruzilhada da vida, por uma baiana bem malvada, só para nos fazer pecar...[...]

PAUMART (O Detetive, 1950)³⁶

Apesar do texto não se tratar de uma mulher notadamente nascida da cidade de Santo Antônio de Jesus, podemos levar em consideração sua circulação pela cidade nesse período. Com isso, atestar que, como ela, várias outras santoantonienses com perfil parecido eram retratadas e representadas nas páginas desses jornais, a partir de perspectivas muito similares, ou até mesmo mais carregadas de diferenciações.

Decerto, podemos afirmar que o título escolhido pelo autor é carregado de significados, pois, sendo a protagonista oriunda de uma Bahia mítica e tradicional, sua humanidade estaria embebedada destes “vícios” e “crenças”, presentes nas religiões de matrizes africanas. Nesse sentido, essa visão alegórica e fantástica da cidade de Salvador, se mistura à cor, jeito e descrições corporais da moça, orientando ainda mais os estereótipos presentes nos segmentos textuais seguintes.

Dentro do esquema de descrição, a cor da mulher também toma a forma de algo muito simbólico e tradicional, a comparação com uma comida tipicamente produzida pelas populações negras, desvela sutilmente toda uma visão preconceituosa que se aplica para justificar as diferenciações aplicadas no sentido de se camuflar a racialidade do indivíduo. Nesse contexto, fica perceptível que a personagem não é branca e possui características que o autor do texto considera diferenciada do padrão de mulher ao qual a sociedade em questão encontra-se acostumada.

É importante ressaltar que a classificação racial, presente no texto do jornal, é cromática, “ou seja, baseada na marca e na cor da pele”, (Munanga, 1996, p.185)

³⁶ O Detetive de 12 de fevereiro de 1950. Acervo Particular.

ainda que escamoteada em comparações textuais. Sendo assim, fica patente que apesar de esta personagem fazer parte do círculo social do escritor do texto, ele a identifica, classifica e caracteriza a partir de características próprias e diferentes daquelas que são direcionadas às mulheres brancas.

Diferentemente da personagem mencionada no outro artigo do jornal “O Detetive”, a nova personagem é dinamicamente sensualizada e dada a conhecer a partir de uma descrição mais voluptuosa de suas características corpóreas, rompendo com os preceitos defendidos pela Igreja Católica e o projeto modernizador do período. Nesse sentido, talvez por não ser branca, com ela se admite uma outra perspectiva de relacionamento, permitindo um olhar mais lascivo e luxurioso.

O autor do texto, buscando voltar ao seu mundo real, admite que uma mulher com tais qualidades, como aquelas que ficaram transcritas e representadas no texto, poderiam fazer qualquer homem “perder a cabeça” e “pecar”. Com isso, fica demonstrado que o referido corpo não controlado e não civilizado, coloca em risco não apenas um único homem, mas toda a ideia de civilização, pois um homem civilizado seria capaz de controlar suas paixões e não cometer pecados.

“Algumas mulheres”, segundo os relatos descritos nos jornais, pareciam possuir uma vocação natural para o pecado, seja pelo corpo sensualizado ou pelo comportamento questionável frente às normas da época. Nesse contexto, compreendemos que as insígnias de dominação do homem branco foram reificadas e incorporadas a partir dos discursos acerca da sexualidade exacerbada de algumas mulheres que não se enquadravam nos padrões da branquitude.

Em alguns momentos representadas como santas, já em outros como pecadoras, as mulheres têm sido associadas – em diferentes espaços sociais – a essas construções que visam garantir a manutenção dos sistemas simbólicos de dominação. As representações relegadas à mulher, mais conhecidas e utilizadas pela sociedade ocidental, originam-se dos escritos bíblicos formadores da Igreja Católica, bem como das religiões que se construíram no ocidente após a sua influência. Esses textos foram formadores das principais instituições sociais e morais que o mundo ocidental conhece. Neles, os discursos proferidos pelas autoridades religiosas deixam claros os referenciais simbólicos que foram construtores das formas de dominação assumidas ao longo da história pelos sujeitos.

A partir dessas representações, as imagens construídas sobre a mulher nas sociedades posteriores passaram a “qualificá-las” a partir da dicotomia santa/pecadora,

ditando seus comportamentos de acordo com os padrões de moral estabelecidos em cada momento específico. Com os discursos de jornais, durante o período que se seguiu ao governo Vargas, não poderia ser diferente, pois estas imagens e papéis estabelecidos seguiam a lógica segundo a qual o ser mulher deveria refletir os valores morais, culturais e estruturais do processo de mudança e transformação a que todos estavam submetidos.

A estratégia dos discursos presentes nos jornais foi muito utilizada para manter o controle sobre as mulheres brancas e negras e, a partir disso, pensar a configuração do espaço da sexualidade que, ancorado nos valores dominantes, tinha como perspectiva a adoção diferenciada destes, de acordo com a classe a que pertenciam os indivíduos. Dessa maneira, nos valores compartilhados entre os diversos segmentos sociais, se pode identificar a prescrição de comportamentos femininos e masculinos preconizados pela sociedade vigente no período que está sendo estudado.

Procuramos, assim, compreender o funcionamento da sociedade santoantoniense como elemento que não fugia à regra, principalmente em se tratando dos valores que deveriam transformar os comportamentos humanos em algo generificado, pois temos muito presente no imaginário dessa sociedade os valores das famílias que pertencem às camadas mais privilegiadas e preceitos que foram disseminados nas relações cotidianas das classes mais populares. As práticas discursivas, dessa forma, foram produtoras da realidade social, das relações, dos esquemas de percepção e apropriação daquilo que se construiu culturalmente enquanto representação dos papéis sociais cabíveis aos sexos, cerceando os horários, as companhias e os espaços que as mulheres poderiam frequentar.

O jornal se mostra como um meio produtor e propagador de sentidos, ideias e representações do ser mulher nessa sociedade. Constituindo imagens que educam e transformam a conduta dessas mulheres, mostrando em todo o momento, nas linhas e entrelinhas do seu discurso, o ideal de mulher, o exemplo a ser seguido. Revelando, dessa forma, a identificação e definição do papel social inerente ao sexo feminino. Trazendo modelos e estereótipos devidamente traçados pela ideologia dominante, esses valores, códigos e regras se repetem em diversas páginas.

A estratificação entre os desvios e as normas não são completamente estáticos a ponto de conseguir delimitar um lugar fixo para cada sujeito e grupo na sociedade. Com isso, compreende-se que o caráter adaptável dos sujeitos às diversas situações que vivenciam era fundamental para que estes possam representar o seu lugar social.

No Brasil da era Vargas, percebemos toda essa problemática quando notamos que existia uma diferenciação bem definida entre o modelo de mulher aceito ou não pelas elites e o governo da época. O ideal de mulher forjado nem sempre era respeitado e seguido pelas mulheres, sobretudo negras que, desde sempre, utilizaram as ruas da cidade para obtenção de ganhos financeiros, além de construírem nesses espaços outras perspectivas culturais, econômicas e sociais.

Por isso, podemos afirmar que muitas mulheres da cidade não se submeteram aos ideais propostos pelas elites brancas do país, constituindo formas próprias de se portar nos espaços públicos e constituir seus relacionamentos amorosos. Nesse sentido, estes corpos foram representativos para a história de Santo Antônio de Jesus por ter formado uma verdadeira resistência aos costumes modernos da época, modificando assim as formas de se pensar as relações sociais.

Sendo assim, mesmo havendo formas muito dicotômicas de representação das mulheres, estas não estavam tão dispostas a aceitar que as definições de seus espaços e representação de suas figuras se resumissem ao fino traço da pena e ao vocabulário influenciado dos autores dessas matérias. A participação das mulheres na sociedade em questão era muito maior do que a forma como estas estavam sendo apresentadas em uma gama de matérias e editoriais, por isso, muitas subverteram a ordem e, sutilmente, transpuseram perspectivas completamente diferentes para as vidas que levavam naquele momento.

2.2 “A sombra do Himeneu”: casamento, virgindade e moralidade

À sombra do hymeneu

João Francisco - Celina

No dia 28 do mês findo, realizou-se na fazenda S. João do Sururú, município de Castro Alves, o casamento do sr. João Francisco de Jesus, negociante em Vargem Grande, com a distinta e prendada senhorinha Celina Amaral Cardoso.

A noiva é filha do sr. Clodoaldo Fernandes Cardoso e de d. Raquel Amaral Cardoso.

A cerimônia religiosa foi celebrada às 20 horas pelo rvdmo. padre Urbano Gairão Dhom.

Serviram de testemunhas por parte da nubente seus tios dr. Deolindo Fernandes Cardoso e d. Paulina Cardoso de Almeida; por parte do noivo o sr. Josué Quadros e a Professora Herundina Quadros.

Neste mesmo dia completou as suas bôdas de prata o casal Clodoaldo Cardoso e d. Raquel Amaral Cardoso.

Em regosijo por este acontecimento foi celebrada uma missa, notando-se as seguintes pessoas de Santo Antonio de Jesus: Primitivo Sande, Zulmerinda Santos, Delia, Nilsa, Marinette Andrade, Edith Amaral, Elza Barbosa, Joselita Pithon e Professora Hercília do Amaral. De Taboleiro do Castro o sr. Francisco José de Jesus e sua esposa d. Abigail de Jesus; de S. Roque, Elpidio Martins de Oliveira e alguns companheiros; de Vargem Grande Enoch e Edwaldo Almeida, Hilda, Jennette e Anathilde Almeida; de Sant'Anna - Eunice Helena Almeida, Florisvaldo e Alzira Cardoso.

Foram todos muito obsequiados pela família Cardoso. (ACMSAJ, 1937)

³⁷

No artigo acima é possível verificar a descrição de uma festa de casamento ocorrida em uma fazenda no município de Castro Alves que congregou convidados não apenas da cidade onde ocorria o evento, mas de toda a região. Sendo assim, é possível verificar que havia uma preocupação, por parte de quem escreveu o artigo, em documentar nomes e sobrenomes de participantes da festa e também, em alguns casos, de documentar a profissão dessas pessoas.

Ao reportar os nomes e sobrenomes no referido artigo, o jornalista parece tentar demonstrar quais famílias e cidadãos possuíam importância e reputação na cidade de Santo Antônio de Jesus e região. É plausível imaginar que para participar de um evento desse porte os convidados deveriam ter certo planejamento e também ter disponibilidade financeira, já que aconteceria num povoado rural de uma outra cidade. As notícias sobre noivado e casamento tinham uma importância tão grande para o período que alguns jornais da época reservavam colunas específicas para noticiar as bodas. Essas colunas eram tão ricas em suas descrições que possibilitavam não apenas perceber como funcionavam as festas de noivado e casamento do período, mas também entender como era a vida social dos cidadãos santoantonienses e região.

Colunas como a descrita acima estampavam a primeira página dos principais jornais da cidade, e estas nos ajudam a compreender melhor como se dava esse rito, principalmente como este era “transformador” na vida das mulheres e como estas se preparavam para assumir essa nova condição. Contudo, ressalta-se que a ideia e a realidade de casamento com toda a ritualística religiosa, jurídica e social que esse momento representava não era comum a maioria das mulheres santoantonienses, até porque era um investimento que envolvia não apenas um esforço individual do sujeito, mas também algumas condições materiais.

³⁷ ACMSAJ. *O Paládio* de 24 dezembro de 1937.

Esses artigos sobre casamentos não eram apenas noticiosos sobre o momento cerimonial da festa, mas tinham a intenção também de deixar visível qual o projeto de nação e modernidade ao qual a cidade de Santo Antônio de Jesus vislumbrava seguir. Nesse sentido, um tipo feminino e masculino estavam destacados e descritos nos respectivos textos dos jornais, e esta perspectiva estaria dinamicamente associada ao tipo de sociedade que se buscava implementar, bem como quais valores sociais e morais iriam emergir da mesma.

A coluna “A sombra do himeneu” esteve presente no jornal “O Palladio” durante um período relativamente longo, visto que encontramos notas de casamento e festas de noivado com esse título de 1932 até 1955. Entre uma ou outra edição do jornal, observamos que o título ganha novas possibilidades de representação, tais como: “Nos braços do himeneu” e “Himeneu”, mas sempre conservando em seu corpo a palavra principal e talvez aquilo que o autor quisesse fixar na memória dos leitores com maior representatividade.

A etimologia da palavra himeneu remonta os tempos em que os gregos atribuíam aos deuses do Olimpo o controle sobre a vida dos humanos mortais. Nesse sentido, Himeneu seria filho de Afrodite e Apolo (dois deuses importantes para a cosmogonia grega), e a ele caberia comparecer e até mesmo presidir alguns dos casamentos realizados, fossem eles ocorridos fora dos limites do Olimpo ou até mesmo em suas dependências, a fim de que a sua presença fosse representativa para a continuidade de uma união feliz entre os possíveis nubentes ³⁸.

Estar nos braços do himeneu poderia ser representativo para que o enlace fosse abençoado não apenas pelo representante católico que compareceria fisicamente para realizar a cerimônia, mas também por essa divindade simbólica branca, oriunda da

³⁸ De acordo com o dicionário Aurélio Básico esta palavra significa casamento, matrimônio ou festa de núpcias. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1988.

Segundo a mitologia, **Hymen** (ou *Hymenaios*), filho de Apolo e Afrodite, é o deus grego do casamento. Seu culto era celebrado durante as núpcias do casal. *Hymeneu* era o termo empregado no conjunto de hinos cantados durante a cerimônia.

Hymen, em Grego, quer dizer, originalmente, "membrana". Em 1550, **Andreas Vesalius**, médico belga fundador da moderna anatomia, usou o termo especificamente para a membrana situada no intróito vaginal

Pelo fato do deus Himeneu presidir as celebrações de núpcias, foi sugerido que havia uma conexão entre esta divindade, o casamento e o hímen vaginal, mas este termo só foi usado pelas ciências médicas como definição para a membrana vaginal muitos anos depois.

In: <http://medicaineisart.blogspot.com/2010/11/anatomia-grega-expressao-himen-para.html>

<https://www.dicionarioinformal.com.br/himeneu/#:~:text=Himeneu%20ou%20Himenaesus%20Cera%20uma,deuses%20como%20de%20seus%20filhos.>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Himeneu>

Grécia antiga. Com isso, apesar de não poder afirmar com contundência qual a ideia que os autores da coluna sobre casamento gostaria de repassar ao evocar o deus himeneu com tanta insistência, pode-se observar que esta palavra se parece com hímen, e este no período era uma grande preocupação para o Estado, para as instituições religiosas e médicas que influenciavam a vida de homens e mulheres presentes naquela sociedade.

Apesar de muitos estudiosos afirmarem com veemência que as palavras hímen e himeneu se parecem por mera coincidência léxica, o fato de uma palavra lembrar a outra de maneira tão objetiva, pode significar que seu uso de maneira contínua tivesse uma intencionalidade muito clara por parte da imprensa que reverberava certos discursos acerca das normas de comportamento e convenções sociais da época. Nesse contexto, para estar “à sombra do himeneu” a mulher precisava conservar certo comportamento frente ao seu pretendente/noivo a fim de que sua pureza fosse conservada até o momento de realização da cerimônia do casamento.

A virgindade era uma grande preocupação no período, a partir disso deixa de ser um assunto de foro íntimo e passa a ser objetificada como uma norma fisiológica do estado, até porque os corpos femininos precisavam ser subjugados à vontade daqueles que vislumbravam uma sociedade disciplinada. A imprensa passou a ser um dos meios de disseminação rápida dessas ideias, visto que mesmo que não tendo uma população tão completamente alfabetizada, tinha muitos textos “difundidos a partir da oralidade” (Leite, 2005, p. 187) com muita facilidade devido aos encontros e trocas entre os sujeitos que circulavam pela cidade.

O corpo feminino precisava ser guardado na privacidade do lar, pois as mulheres deveriam conservar o recato, a honra, a reputação e a respeitabilidade necessárias para construção de uma família que pudesse contribuir com o fortalecimento da nação. Nesse contexto, esperava-se que “uma moça de família honesta fosse ingênua e transparente; seus pensamentos e atos deveriam ser totalmente previsíveis. Ela, por exemplo, nunca iria manter relações extraconjugais, a menos que fosse forçada ou ludibriada.” (Caulfield, 2000, p. 77)

Ao discutir as normas e regras de relacionamento que deveriam ser seguidas pelas moças e suas famílias, Thales de Azevedo, aponta que:

“[...] As moças devem ser cuidadosamente resguardadas e nunca deixadas a sós com homens que não sejam parentes próximos. A mãe deve sempre acompanhar as filhas às festas, observando-as enquanto

dançam, não as perdendo nunca de vista. Aos jovens não é permitido visitar as moças, a menos que entre eles haja algum compromisso secreto - a que chegaram depois da troca furtiva de bilhetes ou de palavras durante passeios na praça, à noite, quando então o rapaz poderá encontrar um pretexto para visitá-la em sua casa. Depois que um pretendente visita a moça várias vezes, os pais esperam que ele se declare oficialmente. Uma vez aceito pela jovem e pelos pais, os dois ficam noivos, começando, então, o verdadeiro noivado. O rapaz poderá visitar sua noiva se sentar-se junto dela na janela, em presença de algum outro membro da família e tem permissão para passear com ela na praça, à vista de todos. Podem conversar da janela que dá para a rua - a moça debruçada sobre o parapeito e o rapaz apoiado na parede da casa. À medida que o noivado prossegue, o rapaz pode ser convidado a fazer as refeições com a família da noiva para conversar depois do jantar nessa mesma sala, onde, tradicionalmente, transcorre quase toda a vida da família brasileira. O noivado deve ser relativamente longo: um a dois anos, ou mesmo mais. A noiva prepara o enxoval e o rapaz trabalha a fim de conseguir a estabilidade econômica e estar assim em condições de sustentar a família.” (Azevedo, 1985, p. 221)

Todo esse regramento se dava a fim de que a moral da moça pudesse ser preservada, visando evitar os falatórios e, até mesmo que esta viesse a ter prejuízos referentes a continuidade de seus relacionamentos, pois muitos namorados ou noivos rompiam seus compromissos a partir do momento em que a moça mantinha relações sexuais antes do casamento com os mesmos. Nesse sentido, vale ressaltar, que para a sociedade em questão, mesmo tendo perdido sua virgindade com namorados ou noivos, as moças, não eram mais consideradas adequadas a constituir família.

Sobre a intensidade das relações amorosas heterossexuais e a perda da virgindade, Azevedo acrescenta que:

“O controle exercido sobre a díade heterossexual durante o namoro tem como referência imediata a preservação da honra, da reputação, da pureza da moça representada, em última análise, pela virgindade como supremo bem de troca para o matrimônio de família burguesa [...]” (Azevedo, 1985, p. 239)

A virgindade deixa de ser apenas uma membrana presente no corpo feminino e passa também a ser valorada como um bem a ser explorado pelo patriarcado que exigia uma postura do feminino e estabelecia outra completamente diferente ao masculino. Sendo assim, a virgindade constituía como um mecanismo de controle das mulheres brancas da época, pois isto seria determinante para a constituição de uma reputação que culminaria posteriormente em relações matrimoniais futuras.

É importante salientar que toda essa questão normativa e moralizante terminou, em primeira medida, por legitimar de maneira muito sofisticada as hierarquias de

gênero, onde o homem branco se encontrava seguro e favorecido, pois a ordem social, seus valores burgueses dominantes, bem como o modelo familiar aceito estariam resguardados e prontos para intensificarem sua influência na aurora da modernidade que apontava a partir desses novos tempos. Nesse contexto, as preocupações acerca da moralidade em torno do corpo, estruturavam as perspectivas femininas brancas na sociedade, pois oposição a isso era “permitido e incentivado experiências sexuais do homem com várias mulheres” (Pinski, 2014, p.123) .

A dicotomia representada a partir de um mundo onde só se pretendia estender benefícios ao masculino em detrimento do feminino não estabelecia somente preferências entre os gêneros, mas também entre as classes, visto que somente o homem branco e abastado seria beneficiado a partir dessa estrutura desigual. Sendo assim, é preciso explicitar que este sistema desigual termina por estratificar o sistema de exploração não apenas com as mulheres, estas brancas e aptas a formar família com o homem branco que ocupa o topo da linha de dominação, mas também com homens pretos e mulheres pretas presentes naquela sociedade.

Nos jornais de Santo Antônio de Jesus era possível observar toda essa dicotomia presente entre essas divisões de gênero, bem como as divisões de raça e classe, estas últimas sempre colocadas de maneira muito sutil. Decerto que a fim de preservar as boas famílias da cidade, palavras como virgindade eram substituídas por honra, mas a intencionalidade das palavras não deixam de demonstrar o que se pretendia com certos termos e assuntos nos mais diversos espaços do jornal.

O feminino no espaço dos jornais não aceitava de maneira tão estática a forma como o sistema exercia seu poder a fim de manter as desigualdades de gênero. Neste caso, algumas mocinhas não eram tão ingênuas, mesmo sendo cobradas incessantemente a manter essa postura, nem tampouco completamente honestas com suas famílias e sociedade, visto que em alguns casos as relações sexuais ocorriam antes do casamento.

As investidas dos rapazes para a conquista das moças eram frequentes e isso acabava preocupando muito os pais que não conseguiam mais controlar as filhas a ficarem subservientes no interior de suas residências, “pois as praças, as ruas, os clubes e os cinemas da cidade já começavam a fazer parte de seu cotidiano” (Sousa, 2005, 153). Sendo assim, as meninas da classe média local começaram a se aproveitar dessas brechas para viverem seus relacionamentos com um pouco mais de liberdade, não aceitando as ordens dadas pelos seus pais.

Os jornais santoantonienses apesar de representarem um instrumento de controle e de servirem a manutenção de certas posturas referente a concretização dessa nação a partir de ideias conservadoras, também trazia as notícias dos espaços urbanos e da vida social, na qual a dinâmica dos encontros e das trocas entre os sujeitos prosperavam algumas liberdades e uma maior flexibilidade de ação.

Os encontros, vida social e algumas manifestações femininas estão documentados em uma coluna onde recados para os possíveis pretendentes são expostos como forma de chamar atenção dos mesmos. Intitulada de “Correio de Domingo”, o espaço é assinado por pseudônimos, que através da possibilidade do anonimato, se sentem à vontade para expor seus recados de maneira mais direta.

Alguns desses pequenos recados, são:

“Zeca Andrade: Porque não veio ontem a festa? Tanto o esperei! Não seja ingrato. Espero hoje como sem falta - Tua Donata” (O Detetive, 1950) ³⁹

“Joaquim Labo: Notei seus olhares maliciosos na gare da Estrada de Ferro, porém, você ainda não se decidiu declarar-se. Estou ansiosa por este momento - Sua futura predileta”(O Detetive, 1950) ⁴⁰

“Dodô de Fausto: Como é isso? É aqui no Espera Negro ou na Praça Padre Mateus? Se não vier hoje aqui me ver, então não venha mais nunca e pode ficar por lá mesmo - Dicidadida” (O Detetive, 1950) ⁴¹

“Dodô de Fausto: Quero que você arranje uma bicicleta para aluguel, isto é...no caso em que possa dar um passeio comigo, se isto não for possível, pode arranjar a bicicleta para outra mesmo - Alguém”(O Detetive, 1950) ⁴²

“Júlio: Li sua nota. Como já não aguento mais, aproveito a oportunidade para declarar-me. O nome não digo mas você pode me encontrar na reza do Andaiá, vestida de rosa claro, na subida da escada do couro - A outra”(O Detetive, 1950) ⁴³

“Vavá: Pode ir dando seu fora daqui, bem sei que você namora para passar tempo. Pois eu confiei-me em seus dizeres fingidos e lhe dediquei o meu puro e santo amor e você no baile botou outra em minha cara e depois me disse que era intimidade, vá furando, de ipocrisia já estou inteirada - Alguém das Queimadas” (O Detetive, 1950) ⁴⁴

³⁹ O Detetive de 1 de janeiro de 1950. Acervo Particular.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ O Detetive de 15 de janeiro de 1950. Acervo Particular.

⁴² O Detetive de 19 de fevereiro de 1950. Acervo Particular.

⁴³ O Detetive de 12 de março de 1950. Acervo Particular.

⁴⁴ O Detetive de 26 de fevereiro de 1950. Acervo Particular.

Nestes pequenos recados, publicados por algum tempo (cerca de três meses), em alguns exemplares do jornal O Detetive podemos ver algumas mulheres tomando a iniciativa acerca de suas relações amorosas. Decerto que a possibilidade de manter o anonimato de quem estava mandando o recado deveria dar certa coragem de expor certas situações e sentimentos às autoras desses bilhetinhos.

Esses bilhetes espelham em parte a vida íntima de algumas jovens moças da época e estes foram colocados em um jornal com importante circulação pela cidade, fazendo com que o privado vire algo de conhecimento público dos leitores desse jornal. Essa complexa relação entre o público e o privado permeava as relações e dava as justificativas necessárias à manutenção ou não de certas posturas.

Os bilhetes em questão eram escritos por mulheres e estavam expondo uma postura feminina que não deveria ser transmitida a outras moças e meninas da cidade, pois isso poderia causar certas rupturas e cisões nas posturas que se esperavam do feminino na época. Talvez esse tenha sido o motivo para que a coluna “Correio de Domingo” tenha desaparecido de maneira tão abrupta do jornal, perfazendo apenas uma curta temporalidade de três meses de aparição.

Ademais, é importante ressaltar que apesar dessas mulheres se identificarem apenas com um pseudônimo, não quer dizer que não foram descobertas por aqueles a quem as mensagens eram endereçadas (até mesmo porque essa parecia ser a intenção da publicação) ou mesmo por outras pessoas que liam o jornal, haja vista que o círculo social e até mesmo populacional da cidade não era grande. Nesse contexto, ser autora de mensagens libertinas ou que remetessem a uma postura diferente daquelas que eram esperadas as mulheres da época, poderiam causar grandes problemas à sua imagem.

As moças que tinham sua imagem arranhada devido a problemas ocasionados por relações amorosas intensas e em desalinho com a expectativa social imposta, costumavam ser alvo de falatório e ganhar a pecha de que não eram confiáveis para se estabelecer um casamento. Nesse sentido, é importante salientar que muitas dessas mulheres ficavam faladas por basicamente fugir do padrão de comportamento da época e ressalta-se que enviar bilhetes em um jornal marcando encontros e convidando possíveis parceiros para passeios e festas, representavam justamente essa conduta a qual a sociedade da época queria se distanciar.

Sobre as “moças faladas”, Vania Vasconcelos afirma que:

“As ‘moças faladas’ fugiam deste padrão de comportamento: trocavam muito de namorado, namoravam em locais não permitidos, saíam sozinhas com o namorado, frequentavam festas desacompanhadas dos pais, beijavam na boca em locais públicos, namoravam em pé, falavam palavrão. Elas podiam até serem consideradas de família, mas subvertiam a ordem estabelecida. [...]” (Vasconcelos, 2006, p.34)

Ser considerada uma “mulher falada” em uma sociedade conservadora como a do período era um problema tão sério que as fofocas, calúnias e maledicências sobre comportamento feminino se tornaram um instrumento de poder daqueles que usavam com fins de prejudicar alguém. Como bem coloca Darnton, “nomes são notícias” (2012, p. 20) e a exposição de fatos que possam desagradar a sociedade de um período em específico podem culminar em problemas sérios. Por isso, a reputação de uma mulher não apenas dependia do seu comportamento, mas como ecoava para aqueles que olhavam sob a perspectiva daquele contexto ao qual estavam inseridos.

Nesse contexto, sobre a forma como alguns homens tratavam as mulheres e como estas buscavam publicamente suas defesas, encontramos um artigo no jornal O Detetive onde a personagem, utilizando um pseudônimo busca sua reparação:

A quem couber a carapuça

É com você, seu carôna.

Somente hoje, tive ciência de que você vive detratando de meu nome.

Quiz escrever-lhe uma missiva para dizer as verdades, porém, lembrei-me deste simpático jornalzinho para esclarecer alguma coisa.

Homens de bem não praticam deste modo e sim aqueles que teem a máscara do cinismo envolta nas faces, ou então os verdadeiramente apaixonados.

Pois bem, seu carôna, fale a verdade que é melhor, autoriso-lhe mostrar a carta que lhe mandei desistindo da amizade que existia entre nós, mesmo pelo seu procedimento incorreto. E advirto-o do seguinte: se continuar detratando de meu nome, voltarei ao assunto e você não vai gostar.

Já sabe quem sou.

O texto de publicação acima, também presente em uma edição do jornal O Detetive, também mantém o sigilo de quem escreveu e a quem era direcionado quase que como uma condição, a fim de que a situação descrita em suas poucas linhas pudesse ser resolvida antes que virasse um escândalo e viesse a prejudicar a reputação da autora do mesmo. Sendo assim, fica perceptível que a situação que se origina a partir de um término amoroso acaba virando um fato envolto em fofocas e ameaças, na qual o homem se utiliza do poder emanado das injúrias caluniosas como forma de se vingar de sua ex-companheira.

Ao escrever este texto e ameaçar o ex-companheiro, a suposta vítima e autora acredita que ele vai parar de detratar seu nome e imagem perante pessoas do círculo social ao qual os dois fazem parte. Nesse sentido, o texto apesar de manter o anonimato das partes envolvidas, têm destino certo em relação a mensagem que deseja transmitir, bem como qual posicionamento espera alcançar do detrator.

O fato em questão é que os falatórios acerca da conduta feminina operavam a partir do olhar estabelecido pela moralidade da época. Deste modo, as mulheres que ultrapassavam os limites em suas relações amorosas e também que davam margem para qualquer comentário acerca do seu modo de se portar na sociedade, estavam fadadas a virarem alvo fácil dos comentários e preconceitos.

Contudo, é importante salientar que apesar de haver toda uma fiscalização por parte das instituições, bem como dos sujeitos, ainda assim algumas mulheres não se contiveram a permanecer alocadas em um ideal de feminino proposto e subverteram a ordem regulamentar das coisas. Com isso, é importante dizer que não existia uma separação entre as mulheres faladas e as não faladas, até porque muitas mulheres tidas como mais avessas a seguir o padrão proposto também eram moças de família e agiam de acordo com a conveniência que as conviesse.

A partir disso podemos compreender que as moças de família também viviam relações de namoro mais ardentes, bem como muitas vezes as moças faladas se mantinham virgens até o dia do seu casamento. Essas complexidades e imbricações faziam parte do jogo que era dinamicamente convencionado pelos sujeitos no dia a dia e as consequências sociais que essa oscilação de perfil feminino trazia acabava colocando em cheque muitas vezes a forma como as instituições queriam delimitar os papéis femininos.

2.3 Maternidade e Família

A modernidade e suas ideias em torno das transformações que deveriam atravessar a sociedade e conseguir fazer com que ela caminhasse para o “mundo ideal”, fez com o que o corpo feminino fosse sujeitado. Nesse contexto, a relação indispensável entre o feminino e o masculino, “se estabelecia a partir e em função da necessidade de ter uma descendência.” (Foucault, 1985, p. 166)

Os jornais do período davam ênfase e colocavam a maternidade como um sentido de existência do feminino no mundo e para isto as instituições religiosas e

educacionais sustentavam um discurso moral no qual este seria o mais importante papel delegado às mulheres. Sendo assim, a normatização rígida do casamento era a via mais plausível para a procriação, e por assim dizer, constituição da família branca e nacionalista que pretendia mudar os rumos de sociedade brasileira.

A igreja católica, no período estudado, teve um papel preponderante na sociedade brasileira dita moderna, desses tempos que se formava. Dela saía a justificativa para que o controle e a norma estivessem presentes na vida de homens e mulheres, a fim de que estes pudessem caminhar no sentido de construir uma vida em sociedade que pudesse espelhar o conservadorismo e a moral concernente aos dogmas religiosos defendidos pela instituição na época.

Os homens e mulheres deveriam pautar suas vidas a partir da representação dos personagens bíblicos tidos como santos pela igreja católica, nesse sentido, ao feminino cabia levar uma vida parecida com a da mãe de Jesus e buscar um direcionamento que pudesse demonstrar as qualidades que justificariam a ascensão mística e espiritual desta personagem.

Ao pautar uma vida semelhante a de Maria, cabia à mulher preocupações com o acesso ao seu corpo antes do casamento, com isso evocando de maneira sistemática a proeminência da virgindade e da maternidade após o casamento como virtudes a serem seguidas não apenas para uma afirmação perante a sociedade do período, mas como uma forma de também se alinhar religiosamente aos ideais institucionais da igreja católica.

A maternidade, talvez por ser algo exclusivo ao corpo feminino, ganhava também um viés místico e religioso, pois a partir do momento em que a criança vinha ao mundo, sua genitora parecia ganhar um status de santidade. Desta forma, os sacrifícios e agruras que eram simbólicas as figuras santas, também pareciam fazer parte do materno, porém o amor de seu filho seria o conforto necessário para suportar todas estas dores.

Essa maternidade santificada, sacrificada e responsável em grande medida por acompanhar toda perspectiva moral, social e cultural de seus filhos, era uma marca nas principais representações atribuídas ao feminino pelos jornais daquele momento. Com isso, ao feminino caberia, dentro do espaço particular do seu lar, constituir fortalezas da moral e bons costumes, a fim de que seus filhos pudessem espelhar esses bons ensinamentos nos espaços fora do lar.

Ao feminino, cabia proporcionar, com êxito, a formação e cuidados com a família iniciada a partir do enlace matrimonial firmado. Nesse sentido, o maternar desejado era aquele que ultrapassava as fronteiras das necessidades que precisavam ser supridas no âmbito doméstico e também estendia seus domínios na formação e educação moral de crianças e jovens “modernos”, capazes de perpetuar os ideais cívicos, nacionalistas e de progresso nos espaços que frequentassem.

Sobre a responsabilidade feminina de cuidado moral e educacionalmente das crianças, um conto escrito por uma menina de 12 anos nos ajuda a vislumbrar alguns aspectos dessa responsabilidade:

“Onde está a minha mãe?”

Carlinhos era um menino anêmico, fraquinho, de seis anos de idade. Sua mãe - uma pobre viúva cansada, que vivia do trabalho honesto. Pobre Carlinhos! Sempre que vinha da aula à tardinha, ia buscar água na fonte. Obedecia restritamente à sua mãe e não respondia quando ela reclamava.

Carlinhos já havia se acostumado com aquela vida amargurada quando, um dia, de volta da escola, viu cair do bolso de um homem uma bela carteira. O homem não tinha percebido que havia caído a carteira.

Carlinhos que era um menino educado, pensou: - Não devo ficar com esta carteira. De nada me servirá êsse dinheiro!...

Sempre ouvira de sua mãe estas palavras: - Meu filho nunca se deve ficar com o que não é seu.

Então Carlinhos gritou: Moço! Ô moço! Olhe: esta carteira é sua, estava perto, quando a vi cair.

O homem ficou entusiasmado com a honestidade daquela ingênua criancinha, e perguntou: - como é teu nome, meu filho?

- Carlinhos, respondeu aquela figurinha inocente.

Então o homem deu-lhe uma nota de duzentos cruzeiros e disse: - toma benzinho, esta insignificante quantidade, que não paga pelo teu modo de proceder.

- Não, não aceito, moço, pois apenas cumpri o meu dever. Mamãe ficará zangada se eu receber.

O homem conheceu naquela criancinha humilde todos os princípios de civilidade e disse: - Olha, Carlinhos, léva-me à tua casa. Quero conhecer a tua venturosa mãe, que te ensina tantas virtudes!...

Carlinhos descorara. Um homem rico ir à sua tão humilde casinha?

Ora! Era impossível! Não tinha jeito. Cinco minutos de silêncio na consciência dos dois. Então Carlinhos resolveu dizer: - Não, moço a minha casa é tão feia que...E os soluços interromperam a voz.

O homem respondeu: - Não importa: eu quero é conhecer a tua mãe. Carlinhos orgulhoso e ao mesmo tempo envergonhado, seguiu até à sua casa, acompanhado pelo moço. Chegando lá, chamou a sua mãe e disse-lhe: - Mãezinha, aqui tem um senhor, que te deseja ver.

A mãe de Carlinhos veio até a sala, onde encontrou aquela figura decente, aquela alta personagem, a quem disse: - Qual o motivo de tanta honra a este humilde casebre?

- Venho parabenizá-lhe pela fina educação que dá a seu filho!
- Não, meu senhor, é o dever de uma mãe educar seus filhos.
Então o homem disse-lhe: - Quer me dar este menino? Prometo que lhe darei a educação necessária, o conforto e dele farei um grande homem, para maior orgulho seu e meu.
Aquela pobre criatura suspirou... Levar seu filho? Seus únicos amores?...
Mas... a insistência do homem a fizera ceder e, afinal, foi satisfeito o pedido.
Três dias após, Carlinhos embarcava com destino a capital do Paiz.
Anos passaram, Carlinhos já era um homem, estudante de Medicina. Mas durante os estudos nunca esqueceu a mãezinha.
Foi se passando o tempo. Carlos já formado, não pensava mais como dantes. Nada lhe satisfazia. Estava rico, mas havia esquecido sua mãe, seu precioso tesouro!...
Mais tarde casou-se com a filha daquele homem, que o protegera como verdadeiro pai e já havia morrido há anos.
Um dia, vai saindo da igreja, quando avista ao longe uma velhinha resando. Lembrou-se de sua mãe, a quem deixara longe, triste, sozinha, enfim esquecida. Carlos começou a chorar. Afinal, cheio de saudades, o filho arrependido demanda à terra natal.
A viagem foi penosa... andou léguas e léguas até que chegou a sua terra.
Foi logo em busca de sua casa. Parou diante da porta e perguntou a um vizinho:
- Onde está minha mãe? Por favor, diga-me onde está a minha pobre mãe, a minha pobre mãe!
O vizinho, tristonho com aquela pergunta, respondeu: - Meu filho, a tua mãe já é morta! A saudade de ti a fez morrer, e hoje, é o cemitério o seu único abrigo.
Carlos chorou. Dos seus olhos duas lágrimas de tristeza e saudade rolaram longamente. Comovido, ajoelhou-se e pediu perdão à sua mãe, a quem esquecera em plena mocidade.
Ficou triste e abatido. Mais tarde, fez levantar um Orfanato em honra à sua tão querida mãezinha!
Assim, meninos vêde o que ensina êste conto: Nunca devemos esquecer dos nossos entes mais queridos:
Perdera Carlos seu tesouro, porque dele se esquecera!

Maria Cilene Araújo Queiroz” (O Detetive, 1951)⁴⁵

O conto acima, foi publicado na primeira página do jornal O Detetive em 14 de novembro de 1951 e a autora narra uma história de vida de um personagem de uma maneira quase que inacreditável, visto que este protagonista tem sua condição econômica e social modificada apenas por uma ação onde sua “humildade”, “honestidade” e “civildade” foram postas a prova. Sendo assim, é possível afirmar que o texto não figurou na primeira página do periódico de maneira aleatória, pois somente por ter sido escrito por uma menina de 12 anos já encantaria o público leitor, contudo

⁴⁵ O Detetive de 14 de novembro de 1951. Acervo Particular

também demonstraria quais os valores estariam sendo difundidos entre os jovens daquela sociedade.

Diferentemente dos outros textos que frequentemente eram publicados nos periódicos locais, o conto, como recurso de linguagem, apresenta uma camada dorsal que é formada por uma situação inicial, desenvolvimento e situação final. Esta estrutura é algo que caracteriza este tipo de texto e ajuda a dar certa fluência nos elementos que organizam e também ajudam a compor o mesmo.

No referido conto, a situação inicial acontece no momento em que o personagem de Carlinhos visualiza a carteira do homem cair ao chão. A partir daí é que se desenrola o enredo onde podemos conhecer melhor o seguimento da história que a autora pretende contar, bem como os personagens que vivenciam a mesma.

Ao descortinar os personagens, fica perceptível a condição econômica e social dos mesmos, e vale ressaltar que isto é uma coisa que a autora faz questão de frisar a todo momento quando compara Carlinhos e sua mãe ao homem que promete mudar a vida do menino. Nesse contexto, apesar da mãe de Carlinhos viver do trabalho honesto para sustentar a família, este não seria suficiente para oferecer um futuro vultoso ao seu filho.

A família retratada no texto, apesar de seguir à risca o modelo cívico e moral da sociedade vigente, não atendia com perfeição a proposta nuclear sistematizada como ideal, pois faltava “o homem da casa”. A partir disso é que existe uma preocupação da autora em inserir dinamicamente à narrativa um personagem masculino que se coloca no espaço, até então vazio a partir da morte do genitor da criança, como possível exemplo e provedor do menino.

O feminino sozinho não conseguiria oferecer todos os instrumentos necessários para a formação de uma criança, pois o papel social a ser exercido por este deveria ser marcado e não ultrapassar os limites impostos. Nesse sentido, o masculino deveria emergir no texto em questão, não apenas como um conjunto de elementos que faltavam naquela família, mas como o “salvador”, aquele que poderia oferecer um futuro melhor do que aquele presente deficiente instalado no núcleo familiar a partir da ausência do pai.

A personagem da mãe, apesar da dureza do trabalho e do esforço para suprir a “falta” do então marido falecido, parece ter oferecido ao personagem Carlinhos, todos os valores primados como essenciais para que a criança pudesse se tornar um homem exemplar. Contudo, faltavam os elementos materiais necessários para que o menino

tivesse uma formação técnica e profissional que algum dia pudesse conferir um importante status social.

Com a chegada do personagem do homem, imediatamente, a falta do provedor da família é suprida de maneira quase que imediata, pois o personagem masculino logo faz a proposição para levar a criança e sem demora a mãe entrega o seu filho. Sendo assim, sem nem pensar ou até mesmo ponderar sobre o pedido realizado no texto, o maternal é interrompido em favor das promessas de um estranho, de um futuro que até aquele momento era incerto.

A autora define o personagem masculino, que inicialmente perdeu a carteira, como um homem “rico” e “decente”, pois a forma de se comportar, suas vestimentas e o fato deste ser um homem deveriam o qualificar a assumir uma posição de liderança e decisória diante da situação colocada no referido texto. Com isso, só restava a mãe acatar o pedido do homem e permitir que este pudesse se colocar na condição de guiar seu filho para que futuramente este também pudesse ter status e domínio para assumir este papel.

Mais do que assumir uma posição hierárquica no texto, o masculino, pela ótica da autora e também muito difundida pelos jornais da época, desponta como aquele que detém o poder de fazer as mudanças necessárias, sejam elas individuais ou coletivas. Nesse contexto, o masculino aparece e aponta para que a situação inicial, vista como desajustada pela desigualdade social vivenciada e pela família em desalinho com o padrão, para oferecer a redenção necessária aos envolvidos a fim de que estes pudessem seguir o caminho de instituir a modernidade e civilidade esperada.

Conforme McClintock (2010), “a descrição metafórica da hierarquia social como natural e familiar dependia, assim, da naturalização prévia da subordinação social das mulheres e das crianças.”(2010, p.79) Com isso, o masculino desponta não somente como o indivíduo capaz de proteger e prover a família materialmente, mas também como o detentor de um poder que ultrapassa os limites do doméstico e se afirma a partir da consolidação do simbolismo de ideais presentes na ideia de progresso, tão propagados a partir dos jornais da época.

Durante um breve momento da narrativa, fica perceptível que o homem que levou Carlinhos realmente cumpriu com o acordo firmado com sua mãe, visto que garantiu conforto em sua criação e posterior formação profissional de grande status social para a época. Nesse sentido, o referido homem fez o papel do seu genitor e para

além das questões materiais também pôde oferecer o possível exemplo espelhado de sua existência e afirmação no mundo.

Apesar de bastante ajustado à realidade ofertada pelo personagem do homem, em diversos momentos no texto fica perceptível a saudade sentida por Carlinhos em relação a sua mãe. Contudo, no momento em que Carlinhos deixa de ser uma criança e se torna um homem engajado a uma nova realidade econômica e social, ele esquece rapidamente de sua mãe e segue vivendo sem sequer fazer uma visita à mesma.

O esquecimento da mãe no texto, parece querer representar apenas a ingratidão do filho, encantado com uma nova posição social e econômica naquela sociedade em que fora acolhido. Porém, o feminino reconhecidamente ocupava uma posição de subalternidade em relação ao masculino e nesta perspectiva o esquecimento da personagem feminina e do materno da mesma não parece algo tão aleatório assim, mas uma afirmação de sua secundarização em relação aos demais.

Posteriormente, o personagem Carlos ficou mais velho e uma certa melancolia passou a fazer parte da sua existência, neste momento ele se recorda de sua mãe e neste instante resolve ir visitá-la. Este ponto da narrativa é denominado clímax e ele amarra a história para a que a mesma seja finalizada.

No final do texto, mais uma vez, o homem é colocado como possível resolvidor de alguns imbróglios e salvador daqueles que estão em uma posição abaixo da sua. Nesse contexto, mulheres e crianças, de famílias consideradas desajustadas poderiam contar com a “nobre” ajuda do Carlos, pois este havia assumido a posição de provedor de um orfanato a fim de ajudar as crianças que precisavam a ter um futuro mais promissor.

CAPÍTULO III - “AS LETRAS E A LIBERDADE”: MULHERES, CORPOS E DISSIDÊNCIAS

“Não penses assim...”

(transcrição da revista A Carioca)

A vida está difícil. Em todos os setores, aliás. E porque? Complicações oriundas do progresso, culpa da emancipação mundial. As mulheres, por exemplo, são as mais queixosas. No entanto, já trabalham e fazem concorrência aos homens. Alegam, como justificativa, a alta financeira. Tudo caro, raríssimo sem exceção. Os gêneros por elevado preço. Os encargos domésticos ressentidos. Falta de empregados, serviço dobrado. Objetos de uso, dia a dia, aumentam de custo. O dinheiro se consome fácil e rapidamente. Dir-se-ia evaporar-se como éter. Poucos são os homens dispostos ao casamento, antevendo, nas consequências do ato, as maiores responsabilidades. Habitaram-se à independência econômica feminina. Não mais compreendem uma mulher sem emprego remunerado. Dizem que toda professora pública jamais fica solteira, embora seja a preferência atribuída a homens interesseiros...

E, assim, tudo prova que não mais existe distinção de sexos, nem luta de classes, tão somente a democracia em jogo para a disseminação geral

Eis a razão de narrar-lhes eu, a propósito, um caso deveras, interessante e, por demais, significativo na correlação dos fatos.

Julguem-no, portanto, individualmente.

Uma amiga, cujo o lar fora atingido por um sério revés, estava, às voltas, entre outros problemas, com a criadagem. Família numerosa, apartamento pequeno, muita coisa a fazer, não havendo mãos a medir. A mais velha das moças, apesar de menor idade, coubera uma tarefa assás pesada. Nos primeiros dias, ela rira e cantarolara, pois aquilo se assemelhava a uma novidade na rotina. Depois, a voz enfraquecera, perdera o timbre, sumira-se-lhe da garganta, passando a tudo a fazer a contragosto, de péssimo humor. Que lhe acontecera?!...Surpreendeu-lhe a mãe, dos lábios, esta frase explicativa.

- Arre/ Não aguento mais/ Tomara que apareça, logo, um homem para me sustentar...

Minha amiga, em questão, não pudera conter o riso, mas argumentar, em resposta o seguinte:

- Não penses assim, minha filha: os tempos são outros. Os homens diferentes. Não admitem mulher sustentada. Querem-na para uso decorativo, social, contanto que seja às suas custas. Escolhem aquelas, que são colocadas e não precisarão depender de seu auxílio monetário. Antigamente, sim, era obrigação, agora, não, cooperam juntos, dividem interesses comuns. A mulher, paradoxalmente, valorizou-se e se desvalorizou. Valorizou-se porque demonstrou firmeza de vontade, eficiência, proveito do seu esforço, das suas aptidões. Enfim, a camaradagem predomina pela igualdade existente. Muita gente aplaude, concorda, define como evolução; quem tem coragem de emitir opinião diversa? Desvalorizou-se, sentimentalmente falando, porque não mais se permitem requintes de delicadeza e fidalguia, na labuta

cotidiana nivela-se ao sexo contrário. Nos ônibus, nos bondes, viajam de pé, sem conforto, como algo naturalíssimo.

A vida está difícil. Os casamentos diminuem. O futuro pesa na balança. Prefere-se o trabalho, a segurança pessoal. O convívio no lar modificou-se radicalmente. A noite após um dia exaustivo, a demora interminável na fila, que mais pede o corpo senão repouso? Aos domingos, ainda se reúnem todos os membros da família, porém, o futebol, o cinema, as distrações necessárias ao espírito também os levam a despresar...

Passa-se um dia, outro vem, mais outro...

É a existência!

Reflete no conceito e na sabedoria de minha amiga convicta da verdade.

Sim. Os tempos mudaram. Os homens mais ainda. Não convém alimentar ilusões estéreis, melhor enfrentar a realidade fecunda. Porque pelo menos se evita maior sofrimento contemporâneo.

E já é alguma coisa!...

Lourdes Pedreira de Freitas (O Detetive, 1950)”⁴⁶

O texto acima, escrito por Lourdes Pedreira de Freitas, foi extraído da revista *A Carioca*. Nesse contexto, apesar de sua narrativa buscar retratar uma sociedade com características diferentes da vivenciada em Santo Antônio de Jesus, porém, nota-se que o periódico *O Detetive* reservou a primeira página para uma republicação demonstrando que a temática tratada tinha uma importância para seus leitores locais.

Não pode-se achar que a publicação oriunda de outro jornal ou até mesmo de uma revista que circulava em um lugar distante da cidade de Santo Antônio de Jesus pudesse ser uma raridade. Contudo, é importante perceber que isso só ocorria quando a temática ou assunto do texto tinha alguma relevância na sociedade local e poderia significar uma boa disseminação entre os leitores que adquiriam os respectivos jornais.

O texto não foge muito de outros tantos que aparecem no período estudado. Entre a amarração de um ou outro exemplo fica perceptível a necessidade de retorno a um passado onde o feminino deveria sacrificar toda a sorte de conquistas ocorridas em favor da oferta de uma “boa vida” oferecida pelo “macho provedor”. Sendo assim, o que se esperava do feminino é que este se contentasse com o seu papel social e com o seu espaço delimitado na sociedade sem qualquer possibilidade de transformação.

Os jornais, tinham um papel preponderante no que tangia a divulgação das pautas elencadas pelo movimento feminista, contudo a imparcialidade da imprensa não era uma marca na época. Com isso, a imprensa acabava corroborando para a transmissão de uma imagem que culminava em uma “ridicularização e vulgarização do feminismo” (Besse, 1999, p. 214).

⁴⁶ O Detetive de 07 de Maio de 1950. Acervo Particular.

As mudanças e transformações eram a marca deste referido momento e no texto isso fica explícito quando percebe-se o incômodo das instituições conservadoras em manter certa continuidade, na forma como se desenrolava as relações entre os gêneros e também nos papéis sociais assumidos e organizados a partir de uma oposição de interesses desiguais e que pretendia garantir ao masculino superioridade em relação ao feminino. Neste contexto, é lógico que a instituição casamento aparece como sinônimo de salvação das mulheres, pois ao assumir este compromisso, estas deveriam ter seu sustento garantido em troca dos cuidados destas com o lar e a família que viessem a constituir.

Contudo, essa lógica de exploração do feminino tão ressaltada como harmoniosa na notícia do jornal, começava a ser refutada, em parte, por um movimento feminista que se estruturou e conseguiu garantir a instituição do voto como um norte inicial para que mudanças comesçassem a ser pensadas em relação a cidadania de mulheres no período. Nesse sentido, nas grandes capitais, como Rio de Janeiro, por exemplo (local onde foi publicado o texto em análise do jornal pela primeira vez), o movimento feminista encontrava-se forte e estruturado em uma amplitude de reivindicações que visavam melhores condições para as mulheres em questões situadas para além da conquista do sufrágio.

Em cidades interioranas como Santo Antônio de Jesus não temos indício de um movimento feminista tão forte e organizado, mas decerto os ecos transmitidos pelas notícias que circulavam nos jornais e as preocupações de publicações defendendo posições tão conservadoras, levantam suspeitas de que o feminino já se colocava em contraposição de algumas questões. Nesse sentido, o medo das instituições conservadoras era que estes pequenos embates se transformassem em algo ao qual fosse difícil posteriormente mensurar e segurar.

A todo momento, fica perceptível que a justificativa para que algumas mudanças não fossem instituídas à dinâmica social do período é que qualquer transformação radical poderia desestruturar, e até mesmo, destruir a instituição família. Porém, as complexidades presentes no dia a dia das relações não conseguiam garantir de maneira tão eficaz o não questionamento das desigualdades, pois estas eram subjetivamente sentidas e também vivenciadas na realidade cotidiana.

A ideia de que a ascensão feminina ao mercado de trabalho traria uma conseqüente concorrência ao masculino é defendida no sentido de desencorajar que mais candidatas possam ocupar novos postos laborais, bem como uma tentativa de

que não se faça grandes transformações acerca de quem poderia assumir uma posição diferente em relação ao provimento financeiro do lar. Contudo, apesar de combatido, o trabalho feminino era uma realidade vivenciada e escamoteada pela branquitude conservadora e presente nos jornais do país, visto que muitas famílias tinham suas necessidades supridas a partir do trabalho informal de mulheres, chefes das mesmas, que ganhavam as ruas da cidade na perspectiva de conseguir prover o básico para sua sobrevivência e dos demais membros da família.

O magistério era aceito como uma profissão feminina de grande valor no período estudado e isso fica patente quando também percebe-se a citação no texto analisado. A partir disso, a reflexão que se faz é que segundo a autora, esta seria uma profissão delegada às mulheres, pois a elas caberia a missão de cuidar da formação das novas gerações, apontando aos valores balizadores para com o novo mundo que se pretendia criar, pois a estas cabiam preparar as novas gerações para que o país pudesse caminhar na direção dos valores da civilidade e do progresso.

O delírio narrativo indicando um feminino restrito ao ambiente privado de sua casa não conseguia ter tantos adeptos quando as necessidades de sobrevivência estavam em jogo. Sendo assim, apesar de ser recorrente a presença de mulheres frequentando as ruas da cidade, esta ainda deveria ser combatida e enclausurada a domesticidade do lar, pois as tribulações que representavam as ruas da cidade, não diziam respeito apenas aos perigos comuns referentes a circulação dos cidadãos, mas a proximidade de costumes e corpos que não eram vistos como iguais, comprometendo assim pretensão padrão de civilidade tão defendido pelos defensores do projeto de modernidade da época.

O ambiente da rua era o ambiente da diversidade de corpos social e racialmente diferenciados, o feminino assumir uma posição no mundo do trabalho representava obviamente uma maior circulação pelas vias públicas cidadinas. Nesse contexto, existia um desconhecimento e o preconceito acerca de como esses novos contatos poderiam influenciar e transformar as relações e os sujeitos motivados pela profilaxia dos ambientes livres dos vícios degenerados dos corpos pretos e pobres presentes nas veredas urbanas.

Segundo o texto do jornal acima, ao feminino cabia lutar para que essas transformações em prol de uma maior participação no mundo do trabalho não tivessem um impacto tão significativo a ponto de determinar o fim do casamento e da família moderna. Desta forma, as mulheres poderiam sim assumir uma posição mais ativa no

mundo do trabalho, desde que estes empregos tivessem uma importância crucial e formativa na sociedade que se pretendia criar a partir dos desígnios estruturados pela branquitude elitista e influente do Brasil da época.

Além do voto feminino ocorrido em 1932, presente nos jornais, os juristas e posteriormente congresso nacional foram os grandes precursores das primeiras discussões em torno do divórcio no Brasil. Independente do gênero a ser beneficiado ou não com a questão, é notável o incômodo da Igreja Católica e sua luta a partir de elementos completamente conservadores para que se promovesse a salvação da família como uma instituição importante e dorsal para a formação do país moderno em curso.

A família defendida era aquela que apresentava os padrões raciais, sociais e econômicos aceitos como ideais, a partir disso busca-se entender como ficavam os indivíduos e grupos que não se enquadravam neste padrão proposto. Nesse contexto, os jornais são importantes para se entender a sociedade santoantoniense em questão, não apenas porque destacam os valores defendidos por aqueles que se encontravam no poder, mas também para entender de que forma os sujeitos dissidentes a estes padrões eram retratados e com estes resistiam a possível secundarização de seus corpos.

Por fim, é importante salientar que apesar da luta para que algumas transformações não tivessem impactos tão significativos nas instituições mantenedoras do poder e ascensão do masculino em contraposição a pretensa subordinação feminina, as discussões ocorriam e as mudanças se apresentavam como proveitosas e condizentes com a nova sociedade que se formava. Contudo, o passado teimava em apontar suas máculas no presente e se reinventar a partir das formas preconceituosas de se pensar a sociedade e os sujeitos que não se enquadravam nos padrões propostos como aceitáveis.

3.1 Voto feminino, as primeiras discussões sobre o divórcio e o “fim das famílias”

O período estudado foi marcado por mudanças que tiveram um reflexo muito significativo na vida das mulheres. Nesse contexto, o movimento feminista que surgia nas grandes capitais tinha um papel fundamental na transmissão dessas ideias pelos

diversos grupos, alguns mais radicais e outros completamente ortodóxicos, acabavam formando o grande caldeirão de pautas e possibilidades de rever o papel feminino na época.

O primeiro grande movimento em torno das questões femininas no Brasil, surge a partir da necessidade do direito de voto às mulheres e sua busca pela construção de uma cidadania. Em torno dessa demanda, construiu-se o movimento sufragista, liderado pela ativista Bertha Lutz que lutou e se empenhou pela conquista dos direitos políticos das mulheres brasileiras ⁴⁷.

Contudo, é importante salientar que apesar de ter tido um grande impacto histórico e junto aos demais espaços políticos brasileiros, este feminismo de primeira onda ⁴⁸ teve pouca relevância para as mulheres em geral, pois apesar da conquista referente ao voto feminino ocorrida em 1932 e sua confirmação posterior na constituinte de 1934, a maioria das mulheres não poderia exercer este direito, visto que ele só seria permitido aquelas que se encontravam alfabetizadas. Sendo assim, a grande massa feminina continuava à margem e sem grandes direitos salvaguardados.

Essa primeira onda do feminismo brasileiro foi pavimentada por mulheres brancas e que pouco entendiam das necessidades reais da maioria das mulheres. Nesse sentido, a luta para a inclusão da cidadania feminina não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento político para que as mulheres pudessem ter atendidas algumas pautas e também se entenderem como partícipes daquele momento histórico.

Apesar deste primeiro momento não ser tão avassalador para o movimento feminista brasileiro o quanto se esperava, não pode-se dizer que ele não causou repercussão e um crescimento posterior depois, visto que os assuntos acerca das

⁴⁷

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-htm15/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>

⁴⁸ “No Brasil, a primeira onda do feminismo esteve associada ao o movimento de mulheres operárias anarquistas, associadas a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” e ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres, sobretudo pelas *sufragetes*, que lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto”(Caetano, 2017, p 4) .

“A segunda onda feminista começa no início da década de 1960, ganhando impulso no Brasil em 1964, durante a ditadura militar. O feminismo de segunda se ocupou da proteção da mulher com as suas especificidades, partindo-se de uma perspectiva de isonomia formal, característica da primeira onda, para de isonomia material” (Caetano, 2017, p 5).

A terceira onda ou terceira fase do movimento feminista busca desenvolver o próprio conceito da categoria “mulher” enquanto categoria pretensamente universal, que carregaria as mesmas questões, debruçando-se sobre a análise da diferença dentro da semelhança. Reconhece-se que as mulheres não são iguais entre si, tendo em vista a presença de elementos diferenciadores como a classe e a raça, que propiciam relações de dominação e subordinação, impossibilitando uma efetiva solidariedade.” (Caetano, 2017, p 7)

questões femininas passaram a estar na ordem do dia. Nesse contexto, na contramão dessa tendência conservadora, encontramos uma outra vertente que reúne uma gama heterogênea de mulheres (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) que além do direito político a cidadania, defendem o direito à educação e falam em dominação masculina, abordam temas que para a época eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio.

É importante compreender que a pauta defendida pelo último grupo de feministas, diferentemente do primeiro, não conseguia angariar uma positividade em relação a seus questionamentos e nem na forma como a imprensa conseguia reverberar os interesses dessas mulheres. Sendo assim, o que se percebe é uma imprensa muito preocupada em desqualificar as líderes feministas e também as ideias que estas defendiam, a fim de conseguir manter, sem grandes mudanças, a sociedade desigual como se encontrava naquele momento.

Com uma pauta mais aprofundada do que o grupo que conseguiu o direito ao voto e em franco crescimento em relação às massas, o feminismo brasileiro acabou encontrando na imprensa e em seus posicionamentos conservadores o principal empecilho para uma maior abrangência junto ao público feminino. A partir de textos onde as feministas eram ridicularizadas, violentadas e expostas, os jornais defendiam a continuidade do mundo onde o masculino continuava com o poder.

Seguindo a retórica da imprensa nacional, os jornais de Santo Antônio de Jesus, definiam o feminismo com a mesma toada de desqualificação que os jornais das grandes capitais. Nesse sentido, ser feminista era assumir uma posição nada confortável às mulheres, visto que a imprensa iria questionar seu comportamento frente a sociedade, justamente pelo fato destas mulheres não estarem dispostas a aceitar o papel delimitado destinado ao feminino.

Sobre o feminismo e suas “supostas” consequências, um pequeno editorial publicado no jornal o Paládio nos dá uma pequena dimensão de como a imprensa se comportava diante das ideias e atividades feministas:

“Consequências do feminismo na Europa

Na Finlândia, conforme declarou a senhora Edith Sollers, depois de ahi passado dez annos, as mulheres têm direito de voto e são elegíveis para o parlamento; as mulheres que se entregam a política, abandonam o lar, os filhos, suas obrigações naturaes. Desconhecem seus deveres e só pensam

em seus direitos. Seu passatempo predilecto é discutir em público, cuidando dos mais variados que os julgam sempre resolver.

Acrescenta que as criadas atacadas de feminismo são terríveis; é totalmente impossível obrigá-las a varrer ou lavar alguma coisa quando se anuncia no parlamento a discussão de algum projecto interessante.” (ACMSAJ, 1936)⁴⁹

Ressalta-se que o editorial não trata sobre o feminismo no Brasil, mas na Finlândia e logo após este país ter promulgado o direito das mulheres de votarem e serem votadas para o parlamento. Neste contexto, o ocorrido na Finlândia parece representar um sinal de advertência do que se sucederia no Brasil se este não contivesse as mulheres e sua notável sanha por direitos a partir, também, da instituição do voto feminino.

Vale ressaltar que o processo ao qual o texto se refere, ocorreu no ano de 1906 na Finlândia, a partir das pressões populares originadas em greves gerais que culminaram num manifesto assinado pelo Czar estabelecendo o voto popular para todos os maiores de 24 anos a fim de conter os protestos⁵⁰. Contudo, este texto foi escrito dez anos depois (afirmação presente no primeiro parágrafo do texto) e publicado em um jornal da cidade de Santo Antônio de Jesus cerca de 20 anos após ter sido escrito e 30 anos após o revolucionário sufrágio universal instituído na Finlândia.

Diferentemente da Finlândia, na qual o texto acima representaria uma notícia passada em um jornal ou até mesmo um relato de um fato histórico ocorrido em um passado não tão distante, no Brasil, com a iminente conquista do voto feminino em 1932 e suas possíveis ressonâncias na vida das mulheres nos anos posteriores, o texto escrito em 1916 ganha espaço no jornal de uma cidade do interior justamente no ano de 1936, quatro anos após a ocorrência do sufrágio feminino no país. Neste contexto, é perceptível que a ideia de que o feminismo e as conquistas provenientes dele eram danosas às mulheres se apresenta nos diversos espaços e linguagens dos jornais como uma forma de desqualificar e conter o movimento.

A notícia “requeitada”, de provável publicação anterior em outro jornal, ressurgiu com força e relevância no jornal santoantoniense para mais uma vez desacreditar o movimento feminista, já que a política e as discussões em torno da pauta defendida por estas não deveria pertencer ao feminino. Sendo assim, o posicionamento antifeminista, que estava presente nos jornais do país e que se espalhavam pelos periódicos

⁴⁹ ACMSAJ. *O Paládio* de 27 de março de 1936.

⁵⁰ <https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/o-dia-em-que-todos-adquiriram-o-direito-a-voto/>

interioranos, já demonstravam que a luta pelos direitos e cidadania feminina colocaria em risco as obrigações naturais dos corpos e a hierarquia estabelecida a partir da subalternidade feminina em relação ao masculino.

Como demonstrado no texto, ao feminino caberia a preocupação com os afazeres domésticos e com o provimento das necessidades simbólicas e materiais da sua família. Nesse contexto, quando, de alguma forma, as senhoras da casa ou até mesmo criadas se negam a cumprir com seus afazeres domésticos em função de se colocar disponível a discutir projetos políticos, parecem se aproximar de um mundo ou atividade que não pertence ao feminino, fazendo com o que esta existência destoe dos demais e se aproxime do gênero considerado oposto ao seu.

Conforme Wittig, “A ideologia da diferença sexual funciona como uma cultura, ao mascarar, em nome da natureza, a oposição social entre homens e mulheres”(Witting, 2022, p.32). A partir disso todo um arcabouço da contraposição acaba sinalizando e determinando como cada sujeito deve ou não se comportar na sociedade, isso termina sendo determinante para que construa de maneira sistemática uma lógica entre opressores e oprimidos.

Nos jornais da época pesquisada, essas oposições e diferenças entre os gêneros se faziam presentes. Com isso, o feminismo encontrava grande dificuldade de fazer reverberar suas pautas, sem enfrentar pelo meio do caminho uma exaustiva oposição antifeminista que se valia da percepção de que as mulheres envolvidas neste tipo de movimento perdiam sua essência em favor de uma suposta masculinização, a partir da forma como se vestiam e também pela maneira que se comportavam.

O movimento feminista do período, sistematizava suas pautas a partir da dinâmica da contestação das ideias e dos papéis exercidos por homens e mulheres. Contudo, é importante ressaltar que para os homens, que tinham o domínio da sociedade naquele momento, não seria interessante disputar espaço com as mulheres no campo político.

Esse medo dos homens pela disputa com as feministas faz com que a imprensa⁵¹ lance uma campanha antifeminista que vai ganhar espaço de comunicação nos mais longínquos jornais do país. Nesse sentido, a difamação, a ridicularização, a desqualificação e a desvalorização da mulher fora do ambiente doméstico ganha

⁵¹ É importante ressaltar que os jornais pesquisados (O Detetive e O Palládio) tinham uma forte postura antifeminista, contudo, existiam outras publicações e impressos que reforçavam certo modelo de mulher assimilada à domesticidade, tais como as publicações da Fon-Fon

contornos de regra, se opondo firmemente a que as mulheres pudessem ter espaço na vida pública.

Outra estratégia utilizada para cercear o direito de participação da mulher na vida pública se deu a partir de uma ideia, inclusive defendida por muitos médicos da época, de que estas seriam mais frágeis e menos inteligentes que os homens. Sendo assim, muitos profissionais médicos afirmavam e tentavam comprovar a partir de pesquisas e discursos rasteiros que “a mulher havia sido formada para sentir como o homem havia sido criado para pensar”. (Sohiet, 2006,p.21)

Essa suposta rivalidade entre homens e mulheres tão fomentada pelos discursos presentes nos jornais da época só sinalizava que existia um medo que as mulheres abandonassem o lugar considerado como “naturalmente feminino” para tomar o lugar do masculino na política. Nesse sentido, é importante compreender que ao colocar essas supostas diferenças no campo das disputas, as mulheres eram as mais afetadas, visto que “os pensamentos, os gestos, os atos, os trabalhos os sentimentos e os relacionamentos”(Witting, 2022, p.35) passam a ser elementos de controle utilizados para o gerenciamento social dos corpos, tornando o feminino subordinado e regulado.

Em Santo Antônio de Jesus não havia um movimento feminista forte e que tivesse uma pauta bem assertiva para além das questões pertinentes ao voto feminino e suas ressonâncias nessa comunidade. Contudo, o que acontecia no país era reportado pela imprensa, e esses ecos eram responsáveis pela forma como o feminino da cidade começava a se portar diante do rico processo de mudanças ocorridas nas grandes capitais do país e posteriormente nas cidades do interior.

Essas questões relativas à conquista do voto, apesar de terem sido importantes para a afirmação do movimento feminista que se seguiu nos anos posteriores, não representou uma ação concreta na vida e na cidadania da totalidade das mulheres. Neste contexto, é importante frisar que somente as mulheres alfabetizadas poderiam votar e serem votadas e isso delimitava a participação de grande parte do possível eleitorado de mulheres, pois a maioria destas não sabiam ler nem escrever, sobretudo em se tratando das mulheres negras.

Para Weinstein, “a valorização das mulheres como cidadãs dependia da desvalorização de brasileiros de outras regiões, raças e classes.” (2022, p. 311) Nesse sentido, apesar do voto ter sido uma conquista simbólica importante, seu caráter limitante constituído pelo fato de que somente os alfabetizados poderiam votar,

continuava a deixar que o poder de escolha dos representantes nacionais ou locais continuassem na mão dos brancos.

A maior parte da população preta, pobre e analfabeta, continuaria à margem de qualquer possibilidade de mudança política, econômica e social no período, pois os representantes a serem definidos a partir do voto seriam aqueles que sequer tinham contato com as necessidades simbólicas e materiais desses grupos. Nesse contexto, “devido a natureza autoritária e elitista da política brasileira”(Besse, 1999, p.187), parte da população não se sentia representada e permanecia despojada de direitos que seriam diretamente impactados pela escolha dos governantes.

Em uma cidade como Santo Antônio de Jesus, tendo em 1940 uma população total de 26.466 habitantes, na qual somente 5.197 sabiam ler e escrever, permite compreender que somente 19,63% poderia votar em representantes que seriam determinantes para toda a população local. Com isso, entende-se que apesar da importância simbólica e necessária da conquista do voto feminino, sua grande repercussão nas grandes capitais e suas ressonâncias no contexto citadino interiorano, a compreensão acerca da importância da cidadania para a maioria da população não tinha tanta significação, visto que a escolha dos governantes através do voto não fazia parte do cotidiano da maioria destas pessoas e que por isso estes não entendiam como este poderia modificar suas vidas.

O voto foi uma pauta feminista importante, mas ela não foi a única, pelo contrário, a medida que o movimento conseguia um pouco mais de crescimento e consolidação na sociedade, novas necessidades e lutas surgiam, credenciando constantes mobilizações. Contudo, é importante salientar que neste período específico as pautas levantadas pelo referido movimento eram aquelas que visavam atender as reivindicações das mulheres brancas e alfabetizadas da sociedade em questão.

A partir disso fica perceptível que questões referentes às especificidades relativa a melhoria de vida de mulheres pretas e pobres não eram primordialmente o interesse das militantes feministas do período, visto que estas viviam outra realidade, algumas vezes explorando também o trabalho de outras mulheres, a fim de terem suas demandas atendidas. nesse contexto, “o que nós temos, então, é uma teoria que fundamenta o governo no consentimento popular de indivíduos considerados iguais.” (Mills, 2023, p.35)

O voto foi uma conquista importante, mas ele em si não conseguiu resolver nem a metade dos problemas que atravessavam as mulheres do período, muito pelo contrário

a divisão entre o feminino alfabetizado (votante) e o não alfabetizado (deixado à margem) acabou criando outros problemas e continuou a perpetuar novas formas de desigualdades. As grandes mudanças que se esperavam não ocorreram, e as mulheres continuaram ampliando suas pautas a fim de poder atender as necessidades consideradas mais coletivas apontadas pelas lideranças que emergiram desse movimento.

Além da emergência do voto feminino e suas ressonâncias, outro assunto que ganhava corpo nos jornais locais de Santo Antônio de Jesus dizia respeito a família, a importância desta para a continuidade de uma sociedade civilizada. Contudo, a modernidade e certas rupturas as quais os novos tempos traziam poderiam atrapalhar o andamento disso. Sendo assim, algumas pautas do movimento feminista encontrava resistência não apenas nas publicações da imprensa, mas também em instituições mais conservadoras como a Igreja Católica.

Nas décadas de 30, 40 e 50, o cenário mundial estava passando por transformações significativas, e o movimento feminista começava a ganhar força em diversas partes do mundo, incluindo discussões sobre questões legais relacionadas aos direitos das mulheres. No Brasil, em 1951, nos jornais da época, as discussões acerca da implantação da lei do divórcio eram um reflexo do momento de transição e reavaliação dos papéis de gênero na sociedade do período

A luta por igualdade de gênero, proposta pelo movimento feminista da época, incluía não apenas demandas por direitos civis, mas também questões relacionadas ao casamento e ao divórcio. Entretanto, o período em que ocorrem esses questionamentos, foram marcados por uma visão mais conservadora da família, na qual o casamento era considerado uma instituição sagrada e a ideia do divórcio era muitas vezes mal vista.

Nos jornais da época, as primeiras discussões sobre a implantação da lei do divórcio geravam debates acalorados, pois alguns setores da sociedade viam a mudança como uma ameaça aos valores tradicionais, enquanto outros a enxergavam como um passo necessário para garantir a autonomia e a dignidade das mulheres. O feminino, cada vez mais consciente de seus direitos, começava a se organizar para reivindicar uma participação mais ativa nas decisões relacionadas às leis que regiam suas vidas.

Os argumentos a favor do divórcio muitas vezes se baseavam na necessidade de oferecer às mulheres a opção de escapar de casamentos infelizes, abusivos ou sem

amor. Nesse sentido, a ideia de que as mulheres deveriam ter controle sobre suas próprias vidas e decisões ganhava destaque e representava um grande avanço em relação aos anos anteriores à discussão que se iniciava. No entanto, os setores mais conservadores entendiam esta novidade como uma grande ameaça à continuidade das famílias e aos papéis sociais assumidos por homens e mulheres para a manutenção do perfil de família desejado.

As principais vozes feministas daquele período articulavam a importância de uma legislação que reconhecesse a autonomia das mulheres e as protegesse de situações prejudiciais dentro do casamento. Enfrentando resistência de setores mais conservadores da sociedade, as feministas da época tiveram que superar obstáculos significativos. As discussões nos jornais desempenharam um papel crucial na conscientização pública e na formação de opinião, à medida que as diferentes perspectivas eram apresentadas e debatidas abertamente.

Já em 1891, a constituição não definia se o casamento seria indissolúvel ou não. Contudo, ao definir a Igreja Católica como religião oficial do Império brasileiro e também a partir da influência positivista nos principais espaços de poder na época, impossibilitou-se qualquer avanço de pudesse pôr em risco a indissolubilidade do casamento. Nos anos que se seguiram, mais especificamente em 1934, a fim de apagar toda e qualquer possibilidade de discussão sobre o divórcio, inseriu-se o artigo 144, que apontava: “a família constituída pelo casamento indissolúvel está sob proteção especial do estado”.

A luta pela defesa da família fez com que a Igreja Católica assumisse um papel de protagonista em relação às contestações realizadas frente ao movimento feminista do período, bem como a todos que propuseram uma perspectiva diferente daquela defendida pela mesma. Nesse contexto, a “Igreja Católica liderava o movimento da família, não poupando esforços no sentido de informar a legislação familiar dos princípios e normas por ela consagrados acerca do matrimônio.” (Almeida, 2010, p.42)

Os jornais das décadas de 30, 40 e 50, constituíram-se como verdadeiras arenas de luta entre os que representavam jurídica e politicamente a possibilidade de inserção do divórcio na constituição e aqueles que defendiam a sua indissolubilidade pelo viés religioso e moral. A partir disso, é que algumas figuras políticas e representantes da Igreja Católica vão começar a ser presença marcante nos jornais e periódicos, sinalizando seu posicionamento diante da possível ruptura iniciada com a discussão

sobre o divórcio e, muitas vezes, evocando o posicionamento moral dos possíveis leitores dos seus textos.

Um desses intelectuais é o Padre Leonel França, autor de várias obras durante o período estudado e defendia "o ensino privado e confessional da família".(Almeida, 2010, p.45) Este representante da Igreja fazia seus textos e obras circularem nos mais diversos espaços a fim de "viabilizar o trânsito de seus pontos de vista pelos setores cujas decisões ameaçam seus interesses estratégicos". (Almeida, 2010, p.45)

O Padre Leonel se torna uma representação tão importante contra a indissolubilidade do casamento que é possível encontrar os textos dele em todos os jornais que circulavam no período. Sendo assim, nos mais longínquos espaços algumas ideias do padre Leonel estavam circulando, e creio que não por um projeto pessoal do mesmo, mas pela força que a Igreja Católica possuía junto ao Estado, bem como a forma como esta ia fazendo ecoar a moral defendida pelos seus representantes nos mais diversos espaços da época.

O desenvolvimento mais sistemático da vida urbana e as crescentes transformações ocorridas no período, afetaram a vida e as relações de homens e mulheres. Nesse sentido, apesar da insistência de algumas instituições na manutenção do sistema onde a indissolubilidade do casamento era a única forma de dar continuidade a família ideal, em contrapartida, a luta pela emancipação feminina colocava em cheque esta instituição e também o papel exercido pelo feminino para a manutenção desta.

Nos jornais de Santo Antônio de Jesus, assim como em outros do país, circularam muitos textos do Padre Leonel, sempre demonstrando sua aversão a pauta da dissolubilidade do casamento e utilizando, algumas vezes, os cânones da moralidade e dos costumes para manter e sinalizar que tipo modelo de sociedade e família que se pretendia defender. A sistemática presente nos referidos textos pareciam inclusive se repetir, visto que se apresentavam a partir de diferentes narrativas linguísticas, mas sempre defendendo as mesmas posições. Essa recorrência na temática visava justamente fazer com que houvesse uma maior assimilação em relação a norma comportamental que se pretendia instituir junto ao público leitor.

Sobre a discussão do divórcio, também presente nas páginas dos jornais, um texto do Padre Leonel da França pode dimensionar a maneira como o seu discurso era construído e como a narrativa era carregada de preocupações com as instituições do período:

“O Divórcio

A introdução do divórcio na história de um povo já habituado à vida conjugal indissolúvel marca inegavelmente uma decadência. A lei que tão de perto interessa a constituição da família não é uma lei como as outras leis que hoje se votam e amanhã se abrogam. Ela vai alterar a intimidade dos afetos domésticos, comprometer a formação das novas gerações, criar um antagonismo entre a consciência religiosa e a legislação civil, consagrar um princípio dissolvente da moralidade. Os efeitos, produzidos nos costumes pela sua ação nefasta não se anulam depois com uma simples revogação parlamentar. Na rampa escorregadia que vai da morigeração a licença, resvalar insensivelmente é fácil, reascender, quase impossível.

Padre Leonel França S. J.
(O Mensageiro)(O Detetive, 1951)”⁵²

Fica perceptível que o referido texto teve uma circulação significativa em diversos periódicos da cidade no período, pois o mesmo já vem com a marcação de ter sido publicado no jornal “O mensageiro”. Também foi encontrado na pesquisa o mesmo texto no jornal “O Palladio” e, posteriormente, como sinaliza a nota de rodapé, após a passagem por esses dois jornais, foi republicado no jornal “O Detetive”. Sendo assim, nota-se o grande interesse de promoção deste autor e sua narrativa em favor de certo continuísmo responsável pela perpetuação de um perfil de família, no qual o homem seria o chefe e a mulher uma extensão do mesmo.

A única lei que parece fazer sentido para o autor do texto é aquela que seria constituída e ditada pela instituição religiosa, pois esta criaria uma sociedade baseada em valores morais que atendessem às normas sociais vigentes. Nesse contexto, os dispositivos jurídicos defendidos pelos representantes a fim de atender as necessidades de se pensar em proteger os sujeitos de relações conjugais infelizes e violentas eram combatidos em favor de uma doutrinação católica extremamente conservadora.

Para o Padre Leonel, o divórcio significava uma ameaça apavorante à ordem social, pois representava uma drástica ruptura em relação à proximidade entre a religião Católica e o Estado. Sendo assim, a dissolução matrimonial representava não apenas um simples projeto do legislativo que pretendia interferir na esfera particular dos sujeitos, mas influenciar de maneira sistemática a ordem constitucional e judicial do país, promovendo assim a separação definitiva entre a Igreja e o Estado.

⁵² O Detetive de 02 de setembro de 1951. Acervo Particular.

As disputas e os debates que abordavam as temáticas da família e do divórcio no país acabavam dividindo os representantes políticos entre aqueles que seguiam favoráveis a manutenção da lei que fundamentava a indissolubilidade do casamento ou então aqueles que notadamente tentavam, a partir de um projeto novo, propor a instituição da lei que fundamentava o divórcio no Brasil. Nesse contexto, o deputado Nelson Carneiro se destacou como principal representante da ala divorcista no país, visto que encabeçou, desde sua entrada no congresso, o projeto que versava sobre o assunto.

Para Fagundes, “Nelson Carneiro se intitulava como apoiador das ‘causas das mulheres’” (2021, p.543), pois parecia articular uma legislação justa e que buscasse amparar e reconhecer as mulheres enquanto sujeito de direitos. Ao se sobressair desta forma, o deputado acabou representando uma ameaça às instituições que defendiam que o papel social feminino deveria ser servir o homem, por isso conseguiu inimigos tão significativos que o impediram de imediato de ter seus projetos aprovados.

Apesar do destaque que o deputado Nelson Carneiro, bem como alguns colegas que apoiavam e pretendiam impor a legalidade da implantação do divórcio no Brasil ganharam na imprensa e demais instituições de comunicação do país, a Igreja Católica continuava atacando o projeto, influenciando de maneira sistemática outros deputados, na esperança que a pressão dos eleitores católicos os mantivessem fiéis a continuidade da indissolubilidade do casamento.

Na esteira da cruzada conservadora que imprimia a Igreja Católica, as manifestações das representações não deveriam ficar escondidas ou confinadas ao espaço confessional particular, mas deveriam ser expostas a fim de realmente demonstrar se aquele sujeito era um político a favor da família, da moral e dos bons costumes. Nesse contexto, é que muitas vezes o que um político falava ou comunicava configurava uma importante notícia presente nos jornais e isso não apenas representava um apoio institucional à Igreja, mas uma campanha direta visando os votos dos correligionários conservadores e defensores dos valores morais tão presentes nos discursos religiosos católicos.

O telegrama do deputado Joel Presídio a um Padre de Santo Antônio de Jesus sinaliza a grande preocupação que pairava no ambiente social e político da época acerca do posicionamento do mesmo sobre o projeto de lei que iria instituir o divórcio no Brasil:

“Em torno do divórcio

Sobre o divórcio, isto é, sobre o projeto apresentado pelo deputado Nelson Carneiro, o Padre Mariz recebeu do deputado federal Joel Presídio, Líder do P.T.B. no parlamento federal, um telegrama nestes termos:

‘Reafirmo minha posição de combate a quaisquer tentativas visem modificar direta ou indiretamente legislação atual sobre a indissolubilidade do matrimônio. Permaneço fiel todos os compromissos que assumi com a Liga Eleitoral Católica antes do pleito eleitoral 3 de outubro. Joel Presídio’
(ACMSAJ, 1951)⁵³

Na mensagem, o deputado reafirma a posição de combate à dissolubilidade do casamento, pois já havia se comprometido com a Liga Eleitoral Católica em manter esse posicionamento. Nesse sentido, o telegrama, além de ser uma notícia acerca do posicionamento de um representante político sobre uma matéria de interesse geral da população, também é uma peça publicitária de campanha, visto que o deputado sinaliza que se eleito no pleito do três de outubro ele manterá seu voto contra o projeto do divórcio.

Vale salientar que neste período específico, a Igreja Católica era uma entidade forte, influente e isso gerava votos entre os seus fiéis. Por isso, o apoio da Liga Eleitoral Católica sinalizava que o político tinha a intenção de defender os valores morais tão pedagogicamente legitimados pelo seu séquito representativo, e conseqüentemente, pelo Estado.

Os projetos de lei que tratariam sobre o divórcio sofreram várias reveses ao longo do período em que a necessidade iminente esteve pautada aguardando aprovação no congresso nacional. A partir disso, a fim de atender os casos nos quais já não seria mais possível manter a relação matrimonial nos moldes defendidos pela Igreja, foi instituído o desquite⁵⁴ como uma solução viável, pois ele promoveria ruptura circunstancial dos deveres de coabitação, fidelidade e o regime de bens, mas o vínculo conjugal permaneceria incólume.

A “solução” apontada pelo desquite não resolveu o problema, pelo contrário, apenas empurrou para debaixo do tapete as situações vivenciadas, principalmente por mulheres, a partir do término de suas relações. Sendo assim, esse arranjo foi uma decisão tomada na tentativa de manter a Igreja Católica na posição de colocar o

⁵³ ACMSAJ. *O Palládio* de 14 agosto de 1951

⁵⁴ O Desquite foi instituído em 1942, a partir do artigo 315, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil de 1916).

feminino em seu devido lugar e também continuar a legitimar os valores morais aceitos na sociedade brasileira do período.

O significado do termo desquite apontava que ao optar por seu uso, o sujeito não estaria quites, mas em débito com a sociedade devido a ruptura conjugal, em um momento histórico em que o casamento era um fundamento perpétuo para a Igreja e justiça no Brasil. Nesse contexto, a justiça brasileira acabava abrindo uma brecha para os novos arranjos familiares que poderiam se formar a partir dessa conveniência institucional e fechando os olhos para as complicações causadas pela mesma.

Distanciando de todo o embaraço legal, alguns sujeitos se encontravam alheios a toda essa complicação jurídica e matrimonial, pois simplesmente estabeleciam seus relacionamentos e formavam suas famílias de outra forma. Seria difícil apontar em números quantos arranjos familiares não se enquadravam no padrão estabelecido pelos espaços de poder na época, mas o fato é que eles existiam e não haviam dispositivos legais que impedissem a permanência destes.

O alvo e a preocupação da Igreja e do Estado eram justamente esses sujeitos que não se ajustavam e não se adequavam às normas impostas como necessárias à vida moral e social considerada adequada às boas famílias do período. Desta forma, ao postergar a promulgação da Lei do Divórcio e permitir que a Igreja Católica continuasse ditando e pedagogicamente validando a imagem e o perfil de família que se pretendia manter nos próximos anos no país.

Somente em 26 de dezembro de 1977 é que o Divórcio foi instituído no Brasil, consagrando Nelson Carneiro como principal articulador para sua aprovação. Nesse contexto, as famílias que utilizaram o dispositivo do desquite a fim de resolver a situação que vivenciavam enquanto a Lei do Divórcio não havia sido aprovada, puderam regularizar a situação e não mais ficarem à margem de qualquer elemento jurídico não resolutivo e que culminava em situações de preconceito e discriminação para suas famílias.

Apesar da Lei do Divórcio trazer benefícios às mulheres e este ter perseguido a sua assunção por longos anos, ela não conseguiu por fim as assimetrias de gênero no país. Contudo, é preciso reconhecer que essa lei foi importante a causa feminista, libertando as mulheres de relações infelizes e violentas sem o mínimo prurido ou medo de tomar qualquer decisão definitiva, visto que a partir daquele momento existia uma lei que permitia esse tipo de resolução.

3.2 Dissidências nas ruas e suas representações nos jornais

Entre as décadas de 1930 a 1950, a cidade de Santo Antônio de Jesus estava passando por muitas transformações, sejam oriundas pelos elementos que permitiam pensar na ascensão da modernidade ou pelo fortalecimento dos movimentos sociais que culminaram em grandes mudanças na vida dos sujeitos. As ruas e toda a complexidade da circulação dos sujeitos, permitia não apenas compreender as tensões provenientes dos encontros, mas também as relações construídas pelos sujeitos a partir da perspectiva da cordialidade.

A circulação nas ruas permitia enxergar não apenas os sujeitos considerados como padrões aceitos pelos critérios de gênero, raciais, sociais, econômicos e morais da época, mas todos aqueles que transitavam e marcavam presença nos mais diferentes espaços da urbe. Sendo assim, é notório que outros corpos não apenas existiam como desafiavam o conservadorismo da época, redefinindo os paradigmas e contribuindo para a transformação da ordem vigente.

As ruas poderiam ser o espaço mais óbvio para que os corpos pudessem transpor politicamente suas ideias ou mesmo performar seus corpos de maneira diferenciada, visto que existia neste espaço uma diversidade pulsante de movimentos e ideias. No entanto, a modernidade e a necessidade de harmonização dos espaços públicos, bem como a branquitude e todo o sistema de exclusão que operava no sentido de manter a normalidade sistemática da desigualdade interseccional de gênero, raça e classe, não permitiam que qualquer coisa que demonstrasse certa diferença ou saísse do padrão de normalidade estabelecido tivesse eco.

Os corpos das mulheres brancas no período estariam condicionados ao espaço particular de seu lar, pois as ruas eram consideradas um espaço de depravação e imoralidade. Nesse contexto, “o papel da mulher não era na rua, trabalhando, mas em casa, cuidando dos filhos. E de todos. Nada de controlar o tamanho das famílias, mas de cuidar dela para não produzir casamentos desfeitos.” (Priore, 2011, p.144)

Nos anos de 1940 e 1950 cerca de 75% da população de Santo Antônio de Jesus era de pretos e pardos.⁵⁵ Apesar de a classificação que prevê pretos e pardos enquanto população negra ter surgido muito recentemente, é pacífico entender que

⁵⁵ Em 1940, 19.887 pessoas eram declaradas pretos e pardos no município de Santo Antônio de Jesus, cerca de 75% da população. A mesma tônica seguia em 1950, onde 22.404 pessoas eram declaradas pretos e pardos, o que nos leva a constatação de que também seriam cerca de 75% da população.

existia um conjunto de pessoas “não brancas” que formaria uma maioria da população do município neste período especificamente.

A relação criada entre pessoas brancas e não brancas naquele momento era sistematizada por uma hierarquia social na qual às primeiras era permitido o trânsito livre em todos os espaços e às segundas ficavam relegadas ao policiamento dos seus corpos e o cerceamento de sua circulação. Sendo assim, fica patente que a questão racial era determinante para “garantir e legitimar o privilégio daqueles indivíduos designados como brancos/pessoas e a exploração daqueles indivíduos como não brancos/subpessoas.” (Mills, 2023, p.63)

A década de 1930, é um período muito rico em novas ideias e teorias, pois começaram a circular pelo país os livros de Gilberto Freyre, nos quais o autor destacava a influência marcante da miscigenação na construção de uma identidade nacional. Nos anos que se seguiram após a publicação das obras de Freyre, a disseminação da perspectiva de uma “tolerância racial e cultural” estava estabelecida como uma abordagem inovadora e que poderia aplacar os problemas das complexidades raciais e sociais do Brasil, porém é importante ressaltar esse horizonte teórico além de não dar conta de problematizar as questões raciais ainda contribuiu para reduzir sua importância.

Apesar da desfrancização de certos elementos culturais e da sua afirmação como elementos nacionais pela imprensa do país, as pessoas pretas e pardas não estavam representadas em muitos veículos de comunicação e quando isso ocorria parecia sempre vir acompanhado por certa animalidade, falta de civilidade e sexualidade exacerbada. Nesse contexto, “corpo negro como mercadoria, investido de notáveis atributos sexuais, aparece como corolário de uma relação baseada na desigualdade entre brancos e negros.” (Soliva, 2012, p.318)

As peculiaridades presentes no corpo negro passam a ser avaliados pelo olhar da ciência médica branca, indicando as moléstias e degenerações presentes naquela anatomia que poderiam transcender e por em risco as gerações posteriores e miscigenadas. Nos jornais, as pesquisas desses “grandes cientistas” eram sumariamente publicadas, e o olhar analítico e discriminatório por sobre esses corpos fora do perfil da branquitude, transcendem os textos e as páginas dos referidos periódicos.

Sobre artigos supostamente científicos de uma anatomia corpórea e uma “possível qualidade” diferenciada do corpo negro, o artigo do jornal O Paládio

demonstra uma grande preocupação em citar cada detalhe corporal com enorme atenção:

“Os dentes dos negros

A brancura excessiva dos dentes é um dos traços physionomicos que mais chama atenção nos negros. Desde logo, o escuro matiz da sua cutis faz com que os dentes pareçam mais brancos do que realmente são.

Talvez isto seja em parte devido ao costume que ha em algumas partes da África de limparem a bocca dos meninos, passada a dentição com um cozimento de folhas de certa planta que contém alguma substância capaz de tornar mais vermelhas as gengivas e que fortalece os dentes e lhes dá a apparencia de arminho petreo.

Além disso, a maior parte dos negros africanos limpam dos dentes com frequencia, não com a escova que nós usamos, mas com um pedaço de madeira de certas árvores, que tem extraordinárias propriedades para a esterelização e limpeza.”(ACMSAJ, 1933)⁵⁶

O objeto de análise jornalística, mas com ares de uma suposta técnica/científica no referido artigo, são os dentes dos negros. Contudo, o olhar admirado acerca de uma característica do povo preto não deixa de demonstrar certa necessidade de demarcar o lugar branco de superioridade quando logo no primeiro parágrafo determina, de uma maneira muito rasteira e sem aprofundamento, que a brancura dos dentes das pessoas negras se dá pelo fato de o branco dos dentes só sobressaírem por conta da cor da pele negra.

No segundo parágrafo o autor acaba repetindo em parte a mesma ideia transposta no primeiro parágrafo, quando mais uma vez afirma que apesar da técnica utilizada pelos meninos africanos de passar certos cozimentos de folhas na boca e nos dentes, a brancura dos mesmos se dá pelo fato de que as folhas e cozimentos causarem uma reação na gengiva, deixando-as mais vermelhas, e por consequência ressaltando a cor branca dos dentes.

Somente no terceiro parágrafo, o autor ressalta uma técnica utilizada pelo povo de África como algo realmente promissor, visto que ele reconhece que os pedaços de madeira utilizados na escovação dentária oferecem certas propriedades de limpeza e esterilização. Nesse contexto, apesar do pouco caso do autor em reconhecer um atributo significativo do corpo do povo preto africano, no final ele reconhece em parte o conhecimento destes sobre as plantas que utilizam em seus processos de autocuidado com seu corpo.

⁵⁶ ACMSAJ. *O Paládio* de 03 fevereiro de 1933.

O artigo fala de um negro de África e este parece distanciado das ruas de Santo Antonio de Jesus, mas a relação de depreciação do corpo e das qualidades do povo negro/não branco se dava em todos os espaços no período. A partir disso fica perceptível que as pessoas não brancas e fora do padrão eram objeto de análise e interesse dos estudiosos e cientistas da época, oferecendo conhecimento científico às autoridades para que estas, posteriormente, ofertassem aos sujeitos não brancos caminhos de bons costumes e boas maneiras.

As classes tidas como perigosas precisavam passar pelo escrutínio moral, legal e econômico a fim de evitar que estas pudessem oferecer qualquer risco social às boas famílias da época. Nesse contexto, os meios de comunicação, como os jornais, precisavam oferecer de maneira pedagógica bons conteúdos para que esse conhecimento pudesse transbordar e afetar não somente o público alfabetizado e leitor, mas também aqueles que somente tinham conhecimento de seus textos de maneira ouvinte e compartilhada.

O olhar científico sobre os corpos não dizia respeito somente aos sujeitos etnicamente diferenciados pela branquitude padrão, mas também a todos aqueles que em alguma medida não se enquadravam no padrão de masculinidade e feminilidade da época. Nesse sentido, esses sujeitos, portadores de comportamentos considerados anormais pela sociedade, representavam um grande risco às famílias do período, pois a proliferação dessas práticas colocariam em risco a continuidade do modelo que havia sido criado para a mesma.

O que se esperava do masculino e feminino da época é que estes performassem um padrão de comportamento heteronormativo, culminando assim na formação de famílias moralmente bem constituídas a fim de fortalecer a moderna nação brasileira na busca de se estruturar tal como as grandes metrópoles europeias. Então, qualquer movimento que fugisse desse objetivo deveria ser excluído ou escamoteado a fim de que pudesse continuar sem visibilidade e que, posteriormente, fosse exterminado.

No entanto, é crucial perceber que, mesmo nas épocas mais conservadoras, havia vozes dissonantes que desafiavam as normas de gênero estabelecidas. Nesse contexto, mesmo de maneira muito sutil é possível notar que algumas transgressões eram fundamentais para que se conseguisse notar que existiam ideias dissonantes daquelas estabelecidas pelas principais instituições do país naquele momento.

As ruas eram o espaço onde esses corpos e sujeitos desobedientes sutilmente se apresentavam, bem como onde essas ideias também circulavam. Contudo, é

importante também ressaltar que apesar da importância do espaço citadino para disseminação de certas dissidências, as restrições impostas aos sujeitos eram tão profundas que existia certo medo em expor de maneira tão aberta certos posicionamentos, visto que haveria fortes repressões sociais, morais e religiosas no período.

Nas grandes capitais, no início do século XX, já existiam alguns movimentos próprios e que desafiavam as instituições morais, sociais e religiosas da época, pois panfletos, desenhos e pequenas histórias ganhavam as ruas, mas eram fortemente coibidos pela polícia e exército da época. Sendo assim, aos que continuavam a incitar e proliferar este tipo de material eram reservados os hospitais psiquiátricos ou a cadeia, onde muitas vezes sofriam os mais diversos tipos de abusos.

Em 1932, o desembargador Vicente Piragibe fez um resumo das leis presentes no código penal de 1890, tornando o compêndio um normativo legal importante a partir da força do decreto nº 22.213, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas ⁵⁷. No normativo, foi apresentado um parágrafo denominado “ultraje ao pudor”, no qual visava cercear a liberdade de expressão daqueles que burlavam as convenções em divulgações impressas que representassem risco à moral pública, ameaçando a apreensão do material pelas vias jurídicas.

Os tipos de jornais que foram utilizados como instrumentos metodológicos desta pesquisa não eram o espaço de fazer aparecer essas dissidências, muito pelo contrário, era o espaço onde a dissidência de sexo e gênero deveria ser combatida. Nesse contexto, é que percebe-se uma necessidade exacerbada de fazer aparecer uma masculinidade e uma feminilidade muito calcadas em concepções muito próximas dos papéis sociais que deveriam ser exercidos por ambos, criticando de maneira grotesca aqueles que não estabeleciam sua vida a partir de uma outra lógica valorativa.

Os corpos dissidentes representavam uma possível inclinação social à transgressão e uma forte ameaça ao modelo de família que estava sendo colocado como ideal na época. A partir disso toda e qualquer situação diferenciada que permitia que os sujeitos tivessem comportamentos que pudessem se parecer com o gênero em “oposição” poderia funcionar como uma perversão ou imoralidade, a depender do lugar onde esse comportamento estava sendo exposto.

⁵⁷ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-codigo-penal-da-republica-de-1890/1860825915>

Acerca de certo comportamento considerado inadequado para a época, pode-se perceber na reportagem da busca da mula de sete cabeças e a surpresa a caçada encontrou pelo caminho:

**“A mula de sete cabeças
IX**

Reportagem de Almerício

É seguimos a viagem, mas em outra noite. Bem detraz do cemitério, vimos uma mulher passeando sozinha, escondendo-se a nossa passagem. Então o Zizi, que nos acompanhava, com a espingarda de cano de chapéu de sol, muito curioso, disse para a turma: Vamos ver quem é essa ‘Zinha’ que está fugindo de nós, como se tivesse medo? Aqui foi tranchan: dois passos mais e a ‘Zinha’ estava no cerco: Então quem é a senhora e o que faz por aqui a estas horas? Os senhores são padres, para querer me confessar? Mas a senhora não sabe que a nossa turma não pode deixar nada em mistério? Não sei de nada que os senhores estão dizendo não! Então a senhora não sabe que temos o compromisso com a população para descobrir a famosa mula de sete cabeças, que anda assombrando a população? Não sei dessa história, não, nem isso me interessa, pois acho que não tenho nada em mim, que se pareça com uma mula, ainda mais de sete cabeças. Pois então a senhora tem que dizer quem é (fomos apertando o cerco). Eu, eu, eu, eu, eu... Aqui o Zizi arrancou de sopetão o véu que lhe encobria o rosto e dá um pulo para traz gritando: Que diabo é isso? Mulher de bigode! A turma caiu dentro, Zé Galvão meteu a lampada na cara e...misericórdia! Didi de Fausto! Que diabo é isto! É um amigo meu que morreu ha muito tempo e como não posso vir de dia por causa das ocupações, vim agora visitá-lo vestido de mulher para não ser reconhecido.” (O Detetive, 1950)⁵⁸

A reportagem a seguir foi a segunda de uma série de textos que tratavam sobre uma caçada a uma mula de sete cabeças, que segundo relatos presentes nesses mesmos textos, estava aterrorizando a cidade de Santo Antônio de Jesus no período. Nesse sentido, um grupo de “valentões” da cidade se reuniram em várias caçadas com o objetivo de desvendar do que realmente se tratava este fenômeno, bem como proteger a cidade e seus habitantes deste perigo desconhecido.

A coragem dos caçadores não poderia passar despercebida e esse era o motivo de documentar e expor via imprensa local o feito destes senhores. Sendo assim, todas as caçadas foram detalhadamente descritas e estas ressaltam as façanhas dos jovens heróis da cidade, demonstrando o que se esperava do comportamento de um homem moderno.

A situação descrita parece retirada de um livro de contos fantásticos do folclore brasileiro, visto que o ser a que os caçadores tão prontamente se mobilizaram a

⁵⁸ O Detetive de 17 de Dezembro de 1950. Acervo Particular.

encontrar, não possuía uma comprovação científica de sua existência. A partir disso, desconfia-se que o texto pode não ser necessariamente a descrição de um fato verdadeiro e com ocorrência real, no entanto diante da quantidade de atenção dispensada a série de reportagens, é perceptível que realmente houve algum tipo de ressonância e burburinho junto aos leitores do jornal e a população em geral.

Durante a narrativa uma suposta mulher é encontrada caminhando muito próxima ao cemitério em um determinado horário da noite. É importante lembrar que este fato é incomum diante da recomendação de que as mulheres de boas famílias deveriam se recolher muito cedo com suas famílias. Os homens travam um diálogo com aquela suposta mulher, com a autoridade de homens brancos que hipoteticamente estavam defendendo o interesse pela verdade da população.

O referido texto parece em parte referendar que o feminino só poderia ter sua privacidade e segredo da sua identidade assegurada se permanecesse na alcova de seu lar, pois no momento em que este se encontrava fora dessa redoma de proteção, também teria a segurança de sua intimidade questionada e colocada como interesse público. Com isso, simbolicamente fica estabelecido que a partir de um determinado horário e em um espaço não recomendado, o feminino perderia de maneira muito direta o direito a questionar qualquer tipo de cuidado no trato do masculino para com o mesmo.

As perguntas que os caçadores dirigem a outra personagem não possuem nenhum tipo de trato, pois eles se sentiam licenciados a devassar a vida da mesma, visto que esta se encontrava fora de casa em determinado horário da noite e deveria assim, explicar publicamente o motivo. Mesmo sob diversos protestos da personagem, os caçadores não apenas examinam minuciosamente suas respostas como também se sentem à vontade para tocar, sem consentimento, seu corpo, pois é desta forma que sua verdadeira identidade é revelada.

O texto faz uma descrição precisa do momento em que os homens que estavam em uma caçada pela descoberta da mula de sete cabeças encontram-se com uma mulher diferente. Diante da documentação presente neste encontro, fica patente que em Santo Antônio de Jesus, existia uma diversidade de corpos não padronizados e estes se encontravam escondidos nos recônditos citadinos, talvez por uma questão óbvia, fosse mais fácil da circulação destes em um horário em que as ruas não estivessem cheias.

A surpresa com a qual os caçadores se deparam ao descobrir que na verdade debaixo do véu havia um homem, revelam um misto de descrença e preconceito. A primeira realmente ocorre pelo fato de que os caçadores jamais poderiam imaginar esta surpresa e a segunda pelo fato de não ser admissível encontrar um homem nessas condições, visto que a depender da situação, o ato poderia ser considerado um atentado a moral da época e o sujeito poderia ser conduzido a delegacia para aplicabilidade das normas legais.

Em se tratando de um acontecimento datado no ano de 1950, faltam conceitos, (muito recentemente definidos, mas aos quais não devem ser utilizados e cristalizados como se fizessem parte do mesmo contexto) para entender em qual categoria de gênero a personagem do “dito homem vestido de mulher” se encontrava. A partir disso o que fica perceptível é que ao utilizar uma roupa ao qual seria utilizada normalmente pelo gênero oposto, o personagem parece querer estabelecer uma comunicação em torno do seu desejo ou mesmo da sua liberdade de assumir o controle de seu corpo.

A desculpa dada pela personagem em resposta ao susto dos caçadores não faz o mínimo sentido, mas me parece uma tentativa desesperada de arrumar uma explicação a fim de que sua identidade ou que o acontecimento em questão não seja exposto a um público ainda maior. Contudo, o enviado pelo jornal a caçada, termina reportando não apenas o ocorrido como revelando a verdadeira identidade da personagem, além de indicar muito precisamente a qual família esta também pertencia.

Decerto que os corpos diferenciados, completamente excluídos do convívio social, eram observados e repelidos como verdadeiras aberrações que serviam como exemplo do que não ser seguido ou visto por uma sociedade que deveria reverenciar a família heteronormativa padrão como única capaz de levar a humanidade ao processo de “evolução” esperado. Nesse contexto, é que “a sexualidade (a relação com o próprio corpo e com os corpos dos outros) tornou-se a linguagem para expressar a relação com a classe (a relação com o próprio trabalho e com o trabalho dos outros).” (Mcclintock, 2010, p. 160)

O feminino, nesse esquema, deveria se manter distante dos corpos diferenciados que transitavam entre os espaços públicos e privados, bem como, se manter longe das ruas, pois a liberdade presente em alguns espaços representavam um perigo para as “boas famílias”. Sendo assim, o trabalho exercido pelas mulheres deveriam ser aqueles presentes dentro de suas casas e que pudesse atender as necessidades de suas

famílias, pois o trabalho nos espaços fora do lar era temeroso à imagem das “mulheres de famílias”, oferecendo risco à reputação das mesmas.

A rua representava o espaço onde as diferenças entre os corpos, raça e classes sociais ficavam mais visíveis, pois não tinham como ser escondidas diante do transitar dos sujeitos por entre suas principais vielas. Esses olhares comparativos disparados pelos sujeitos eram a marca para mostrar que as dissidências ao sistema faziam parte do dia a dia dos sujeitos, visto que o padrão estabelecido pela branquitude elitista da época não poderia ser seguido pela maioria da população citadina.

As mulheres trabalhadoras faziam parte desse mundo de tensionamentos entre o espaço relegado ao feminino pela branquitude e o sistema patriarcal vigente, e as necessidades de sobrevivência que faziam com que estas seguissem oferecendo sua força de trabalho nas ruas da cidade. Nesse sentido, apesar das convenções sociais indicarem que as ruas não eram o espaço recomendado para a participação feminina, ao longo dos anos, a circulação de mulheres foi ampliada, permitindo que o mercado de trabalho da cidade fosse absorvendo essas trabalhadoras.

Os jornais documentavam a ampliação de postos de trabalho feminino no município, demarcando as profissões que eram mais executadas por mulheres no período, contudo haviam trabalhadoras que destoavam da maioria e também estabeleciam seu ganha pão a partir de profissões entendidas como masculinas. Nessa perspectiva, as descrições frequentes “dos traços ‘masculinizados’ dessas mulheres são tão insistentes que fica difícil lembrar que essas distinções do trabalho com base no gênero eram invenções sociais recentes à época.”(McClintock, 2010, p. 162)

Outros sujeitos também eram expostos nas páginas dos jornais, alguns eram animalizados e atribuíam a estes uma sexualidade fora do comum, reiterando repetidas vezes sua raça, gênero, classe social e a forma como estes encaravam suas relações amorosas. Nesse contexto, é que as mulheres e homens negros eram associados e representados como destinados a sexualidade lasciva e sem freios.

A sexualidade era uma questão bem complexa no período, visto que deveria ser reprimida pelas mulheres, no entanto deveria ser vivenciada e permitida aos . Perceber esses campos em oposição, ajudam a revelar o axioma do poder patriarcal na época, visto que ao masculino deveria ser permitida a dominação por sobre o feminino, fazendo com isso, ajude a esquematizar “a organização simbólica da divisão social do

trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social” (Bourdieu, 2002, p.33), instituindo a “construção arbitrária do biológico.”(Bourdieu, 2002, p.33)

O feminino deveria atender aos determinantes presentes no sistema de dominação da época, a fim de atender ao regramento social imposto. Contudo, nem todas as mulheres encontravam-se condicionadas às normas sociais, causando não apenas o desconforto as instituições que cobravam a manutenção daquilo que estava colocado como correto e habitual, mas também dos sujeitos que defendiam a manutenção de todo o arcabouço de uma “dita” superioridade vigente.

As mulheres que faziam da rua seu local de trabalho, promoviam não apenas a assunção da ocupação de um espaço até então masculinizado, mas também ajudavam a desenvolver pequenas fissuras no espelho social da época, que uma vez quebrado jamais retornaria ao seu estado original. Nesse contexto, a transgressão às regras fomentam, naquele momento, a possibilidade de ampliação das resistências e fluência da mesma não como atos isolados, mas uma realidade transposta de maneira mais coletiva.

Sobre a vivência nas ruas, o texto publicado no jornal “O Detetive”, com o título “Prostituta”, nos revela as percepções da época para a realidade desses corpos femininos nas ruas da cidade:

“Prostituta
(a uma alma desconsolada)

Prostituta, prostituta, porque choras, porque soluças?...Levanta-te! vê e ouve que teu filhinho também chora!... Ele tem fome, precisa comer; para ser forte, para crescer, para ser homem e um dia serás feliz... Levanta êste rosto orvalhado de pranto, vem ao espelho, enxuga os teus olhos e vê nestas duas pérolas azuis, que brotam de tualma, um brilho diferente semelhante ao das estrelas do Céu... Vamos, levanta-te! Sê forte, seca as tuas lágrimas e marcha!... É bem negra, é bem escura a noite de tua vida, mas a tua manhã chegará, e não tarda, pois já brilha nos olhos do teu filho. Sacrifica-te no trabalho, lava com as lágrimas de teu corpo, o suor de tua carne, a mancha negra de teu pecado!...Educa teu filho. Sacrifica-te no trabalho, lava com as lágrimas de teu corpo, o suor de tua carne, a mancha negra de teu pecado!...Educa teu filho, mostra ao mundo inteiro que só se é grande e nobre pela inteligência, pela virtude e pelo conhecimento que se tem, e não pela posição social. Amostra que um pigmeu pode ser um gigante. Não deixes se transformar num criminoso aquele que bem pode ser um herói...Sabes ler? Não! És uma cega...é por isso que choras. Vens comigo. Eu serei teu guia; Emprestar-te-ei os meus olhos, e com eles verás tanta coisa que ficarás assombrada...Levar-te-ei ao paraíso dos livros; e lá encontrarás com Freud, Fleury, Delma, Dupré e tantos outros...Eles te contarão muitas histórias bonitas, modernas, mais lindas de que

aquelas que tua mãe te contava, com todo carinho, a pé de teu leito, para adormeceres... Mostrar-te-ão as mil e uma maravilhas do conhecimento humano e todos os mistérios da vida. E tu ficarás sabendo, prostituta, que este mundo não é uma casa de santos, como nos ensinaram, no tempo de creança; e que és uma mulher igual as outras, e melhor que muitas... Verás que é tão humano ser o que és que deixarás de chorar.

Vem!... Abrir-te-ei as portas da Bíblia, esse livro tão pequeno e tão grande que regula um universo inteiro!... Apresentar-te-ei Madalena, aquela colega tua, tão fraca como tu, que se curou pelo amor e pela regeneração... Nada está perdido, prostituta; no Céu ainda há lugar para outras Madalenas.

Prostituta, prostituta, porque choras, porque soluças?...acha-te acaso, indigna de viver?... Não/estás enganada; é precisa que vivas pois o mundo também te pertence. Porque és justa, tão justa que condena o teu próprio erro...E os justos tem mais direito de viver!

Vamos, levanta-te! sé forte! seca as tuas lágrimas e sorri, bem alto! gargalha com toda força de teus débeis pulmões e canta ao invés de chorar. Não deixes que mais ninguém venha te surpreender nessa atitude humilhante de mulher vencida... Há pecados bem maiores de que a prostituição, prostituta: É não amar a Deus, não ter moral e desprezar o próximo!...

Vamos, marcha! e sê feliz!

PAUMART” (O Detetive, 1950)⁵⁹

O discurso acerca da moralidade é uma marca muito forte no período estudado e atinge todos os meios sociais influenciados pela elite branca e católica presentes no país. Nesse contexto, a prostituição deveria ser “combatida” de maneira muito intensa, até ser eliminada por completo os rastros do “pecado” existentes nos “corpos” e nas “almas” “das praticantes de tais atos degradantes.

No texto, a personagem principal, a prostituta, é colocada o tempo todo em uma posição de sofrimento, visto que parece ter algum tipo de arrependimento por ter que exercer sua profissão. Essa necessidade de tratar o sexo fora do casamento como um pecado, principalmente se este está associado a atividade realizada por mulheres, demonstra quão forte era a dominação do corpo feminino no período.

A prostituta precisa se lamentar de necessitar deste trabalho para sobreviver e ser resiliente, pois tem que servir de exemplo para seu filho. A partir disso, não resta outra saída a personagem que não seja mudar de emprego, pois este nunca trará a felicidade esperada, visto que o regramento moral da época está sendo questionado, representando uma real ameaça às convenções do período.

⁵⁹ O Detetive de 12 de março de 1950. Acervo Particular.

No texto “Prostituta”, divulgado no jornal acima citado, nota-se as relações que norteiam a moralidade, a partir da consideração feita pelo autor em que o sexo para a personagem é colocado como “pecado da carne”. Em nenhum momento o homem que se utiliza da prostituta é situado como pecador, pelo contrário, a única que aparece como “sofredora” dos pecados que cometeu é a mulher.

O autor do texto, notadamente um defensor da modernidade, profere seu texto falando da personagem e sua sofrida condição a fim de que isso também possa representá-lo como um homem do seu tempo, capaz de se preocupar com a condição social e moral das outras pessoas. Contudo, fica patente que suas palavras, na verdade, devem não apenas guiar a personagem ao caminho de regeneração moral, mas também demonstrar que o altruísmo deve ser uma qualidade do homem moderno.

O discurso proferido no texto é de que ainda há salvação para a personagem, essa será condicionada a partir da transformação de seu filho em um “homem de bem” e na “transformação” de seus “pecados” pelo “poder” do “amor e da regeneração”, tal como fez Madalena, a pecadora que virou Santa. Nesse sentido, a imagem que se tem de mulher ainda está ligada às construções de que essa teria uma habilidade nata para cometer o pecado, mas que tudo poderia ser superado a partir da aceitação dos preceitos morais e católicos presentes na Bíblia.

A condição materna da prostituta, transposta pelo discurso “generalizante” do jornal santoantoniense, em nada se difere das demais imagens de mães que circulam nos jornais da época. Disposta a se “sacrificar” pelo seu filho, a prostituta como qualquer outra mãe constitui uma imagem de mulher “sofredora” e disposta as mais diferentes provações em favor da felicidade do seu filho.

Essas normas, tão bem fundamentadas a partir de dispositivos legais e morais da época, refletem uma visão conservadora de gênero que limitava a autonomia e liberdade das mulheres. Redefinir o papel da mulher na sociedade exigiu desafios significativos, evidenciando a resistência histórica de algumas representantes que enfrentaram desafios significativos para buscar perspectivas melhores.

O controle dos corpos tinha um papel essencial para o Estado, pois os sujeitos oriundos deste “adestramento” social poderiam representar uma sociedade mais obediente e disposta a dar continuidade às estruturas de poder baseadas nas desigualdades de gênero, raça e classe. Porém, esses corpos diversos desafiavam as normas preestabelecidas e ao ocuparem as ruas do Brasil, esses sujeitos não apenas

reivindicam visibilidade, mas também desempenham um papel vital na reivindicação de uma sociedade diferente.

No bojo desta arena ao qual o Estado encontrava-se em um espaço diferente das perspectivas individuais dos sujeitos, o dispositivo familiar exercia um mecanismo fundamental de controle, visto que este poderia servir de “suporte às grandes ‘manobras’”, responsáveis pelo “controle de natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais.” (Foucault, 1985, p.111) Nesse contexto, as instituições acabam emergindo como fundamentais para regulação e marginalização dos corpos em favor da hegemonia branca heteronormativa.

Apesar de todo o arcabouço de controle, é crucial notar que, mesmo nas épocas mais conservadoras, havia vozes dissonantes que desafiavam as normas na cidade de Santo Antônio de Jesus e ainda que de forma muito tímida, estas vozes estavam presentes nos veículos de imprensa da cidade. Os jornais de Santo Antônio de Jesus, apresentavam textos muitos conservadores, mas no meio destes percebe-se alguns poucos que são a representação de novidades e dissidências que incomodavam as instituições da época.

Considerações finais

A heterogeneidade das experiências vivenciadas no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus, identificadas a partir da documentação utilizada, sobretudo a que se encontra presente nos jornais locais, permite vislumbrar um processo, notadamente complexo, marcado por continuidades, permanências e rupturas no cotidiano dos moradores da cidade. Nesse contexto, as mudanças estruturais urbanas são o ponto de partida para alavancar algumas transformações sociais dos sujeitos presentes na urbe.

Diferentemente daquele iniciado nas capitais, o processo de modernização ocorrido em Santo Antônio de Jesus, possuía uma temporalidade e ritmo próprio, indicando que apesar da influência dos grandes centros, as cidades do interior tinham especificidades determinantes e cruciais para entender o dinamismo empreendido pelos sujeitos em favor de suas transformações. Sendo assim, diante dos elementos que refletiam um novo ordenamento estrutural e social na cidade, a duração ao qual o desenvolvimento acontecia representava o pulsar das necessidades dos sujeitos a partir das imbricações provenientes das invenções e novas tecnologias que fascinavam a humanidade do período.

Os jornais do período, muito mais do que apenas difusores de notícias, deveriam funcionar como um espaço pedagógico de transposição das ideias que circulavam em torno de uma nova perspectiva civilizatória, indicando, a partir dos caminhos virtuosos da moral e dos bons costumes quais ações seriam condicionadas como princípios vitais para o bom funcionamento daquela sociedade. Nesse contexto, toda e qualquer notícia deveria ser pautada pelas concepções modernas que surgiram no amálgama de um passado histórico e escravagista que se pretendia esquecer e entre a novidade desse sujeito que começava a se formar.

A necessidade emergente de transformação dos sujeitos, apontava para um ideal civilizatório que visava construir um padrão de homem ao qual as atitudes e ações praticadas, pudessem edificar uma sociedade nova, escamoteando o passado herdado pelos velhos tempos da Colônia. Esse ideal de homem moderno foi atravessado pelas concepções de raça e classe da época acabou instituindo quais sujeitos seriam os proclamadores da sociedade que se pretendia formar e quais aqueles que continuariam marginalizados e excluídos deste movimento.

O feminino, durante o período estudado deveria assumir uma postura subordinada e muito dependente desse novo homem que emergia, em uma sociedade que sofisticava o seu preconceito de raça, classe e gênero a partir de uma postura de superioridade, indicando tacitamente quais os sujeitos que seriam aceitos ou excluídos. Embora existisse uma imposição muito direta à postura que deveria ser assumida pelo feminino da época, este construía sua forma de atuação não apenas se baseando na subalternidade esperada, mas também na perspectiva de transgressão da ordem imposta.

A branquitude e o patriarcado funcionavam de maneira a impor suas normas que dinamicamente rondavam as tentativas de subversão desse feminino ao arcabouço que regulamentava a vida em sociedade daquele momento. Nesse sentido, as instituições que envolviam o estado e religião se imbricavam a partir dos princípios que norteavam as convenções sociais da época, direcionando de que maneira os sujeitos poderiam ou não se comportar e de como isso impactaria o social da época.

Em Santo Antonio de Jesus, o feminino era representado nos jornais locais em forte consonância e atendimento a essas normas e valores que compunham tanto o controle individual dos corpos quanto os reguladores sociais coletivos. Sendo assim, a medida que as narrativas dos jornais se constituíam em informativos, notícias, histórias e poesias, fica perceptível a intencionalidade de demonstrar de que forma se esperava que as mulheres se comportassem diante da sociedade que se descortinava no “espetáculo” da modernidade.

A virgindade, o casamento e a maternidade eram colocados como única caminho possível a ser percorrido pela mulher da época, visto que qualquer tentativa de se desviar deste, poderia representar um sinal de aproximação das práticas de mulheres tidas como não civilizadas e que estariam fora deste processo de transformação ao qual a sociedade daquele momento estava vivenciando. Com isso, os textos dos jornais conseguiam desenhar um padrão de mulher que seria esperado para atuar ao lado, do também delimitado, homem moderno, sinalizando, sem nenhum incômodo, a raça e a classe ao qual estes deveriam pertencer.

A família e a formação desta deveria ser o foco do feminino no período, pois a mulher caberia os cuidados diretos e o atendimento das necessidades mais básicas desta instituição, a fim de cumprir com a função supostamente destinada a seu gênero. Já ao homem caberia prover economicamente e atender, a partir de sua proteção, as

necessidades daqueles que estariam subordinados à sua existência, em resumo, mulheres de filhos.

Contudo, é importante ressaltar que a dinâmica empreendida pelos sujeitos que vivenciavam a realidade em questão era muito mais complexa do que este rascunho de padronização dos sujeitos, tão desejado. A agência da cotidianidade fazia com que feminino e masculino resistissem a manutenção de práticas e hábitos novos, adaptando múltiplas estratégias, quase sempre sutis, de negociação que visavam subverter a seu favor algumas imposições do projeto modernizador delimitado que se pretendia implantar.

Em outra medida, sem o leve ardil da sutileza, movimentos sociais surgiam e se organizavam em favor de que mudanças pudessem ser representativas a alguns grupos. Nesse contexto, é que o movimento feminista vai concentrar sua luta em torno da conquista e da participação feminina no processo de escolha de seus representantes políticos, a fim de este passo pudesse configurar uma possibilidade real de transformação e olhar mais apurado sobre as necessidades pautadas pelo feminino da época.

Em uma cidade do interior, como Santo Antonio de Jesus, não é possível afirmar com tanta veemência a existência de um movimento feminista tão forte e organizado, mas é possível perceber as delicadas ressonâncias deste nos jornais da época. Deste modo, é possível perceber com muita clareza o medo que representava as instituições da época a propagação e defesa de um novo modelo de mulher, colocando em risco a posição de superioridade proporcionada pela combinação perversa das normas da branquitude e do patriarcado.

Posteriormente, com o sucesso da conquista do voto feminino, a possibilidade de formatação de uma lei que pudesse versar sobre a dissolubilidade do casamento passa a ser defendida com muita disposição pelo movimento feminista e alguns apoiadores de suas pautas. Contudo, o pavor de destruição da instituição família e com ela o controle mais direto sobre os corpos dos sujeitos, faz com que todo o complexo arcabouço do estado se reorganize em favor de resistir a essas investidas do movimento feminista.

Nos jornais de Santo Antônio de Jesus é possível verificar os primeiros ecos da discussão em torno do divórcio, que envolvia de maneira muito fervorosa representações da Igreja Católica e alguns políticos. Porém, a resistência muito forte da Igreja e sua forte influência do Estado conseguem postergar a discussão e fazem

com que o projeto não tenha uma definição em 1951, alargando os prazos e situações aos anos posteriores.

É preciso reconhecer que apesar de algumas tentativas de burla das normatizações impostas e dos atravessamentos experimentados a partir das lutas e conquistas do movimento feminista durante o período estudado, que as mudanças esperadas não ocorreram, visto que cada avanço era acompanhado de retrocessos que seguiam vigentes. Apesar disso, é inegável que o peso simbólico das poucas conquistas e de alguns assuntos terem entrado em pauta foi muito significativo para os anos que se seguiram e para os novos movimentos que foram alavancados.

Entre as mudanças e permanências ocorridas no período, a constatação é que o espaço da urbe era da diversidade de sujeitos, de corpos e de incômodos relativos à gama de situações vivenciadas por estes. A existência e resistência desses corpos dissidentes em continuar suas vidas em um período marcado pela exclusão como um projeto progressista de sociedade, demonstra que apesar das perseguições e sofrimentos, haviam estratégias e negociações cotidianas que permitiam uma continuidade de existência destes sujeitos.

Por fim, resta dizer que este estudo partilha de uma percepção de que mesmo com toda uma representação nos jornais, que condicionavam os sujeitos a um caminho muito específico para a sociedade, que pretendia atender as perspectivas de uma “modernidade” e “civilidade”, estes também tinham suas pretensões de realização de suas histórias e empreendiam uma dinâmica de negociação em meio às muitas imposições, a fim de continuarem resistindo e existindo. Portanto, as possíveis leituras e compreensões aqui apresentadas tomam o dinamismo dos encontros, fossem eles presenciais na cidade ou também condicionados as transposições literárias dos jornais, como principal forma de tentar entender o panorama existencial presente naquele momento histórico.

Os resultados apontados a partir da pesquisa apresentada no referido texto em questão, são transitórios, assim como a vida, a dinâmica dos sujeitos e as transformações das cidades. Nesse sentido, abrem caminho para novos estudos sociológicos e historiográficos que arrisquem investigações aprofundadas sobre os discursos proferidos pelos sujeitos, façam-se escritos ou orais e que possam levantar outros significados a serem decifrados, delineando assim as próximas possibilidades de interpretação acerca das complexidades vividas pelos sujeitos de Santo Antonio de

Jesus, seus recônditos e suas subjetividades, sejam elas circunscritas em seu corpo etéreo ou na ambiência física da cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças. A Catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: BH: Horizontes históricos / organizadora: Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira de Mello – Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. Rompendo vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/f64eb898-1022-4b90-a80c-978504c6d819>
Acesso em: 20/02/2024

ALVES, Isaías. Matas do sertão de baixo. Reper Editora, 1967.

ARCHANJO, Daniela Resende. Um debate sem embate: a discussão sobre o divórcio no Congresso Nacional (Brasil, 1951-1977). 226 p. Tese (doutorado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/14064/daniela_archanjo.pdf?sequence=1 Acesso em: 20/02/2024

AZEVEDO, Thales. As regras de namoro à antiga. São Paulo: Ática, 1986.

BANDINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BESSE, Susan K. Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da USP, 1999.

BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Campanema. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discussivos do sexo. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições e crocodilo, 2020.

_____. Discurso de ódio: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

_____. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Ivone Maria. O Feminismo Brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf
Acesso em: 20/02/2024

CAMPOS, Raquel Discini. Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre prática e representações. Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). Tradução: Sheila Schvartzman. Cadernos Pagu (4), Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP: 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>
Acesso em: 19/02/2024

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução Bruna Barros. São Paulo: BOITEMPO, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". Estudos Feministas, 10 (1): 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 20/02/2024

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. O diabo na água benta ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL PRIORE, Mary História do cotidiano e da vida privada in: Domínios da história: ensaios, teoria e metodologia. (Orgs.) Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas. RJ, 1997.

FAGUNDES, M. D. O “defensor das causas das mulheres”: os projetos de Lei do Divórcio, de Nelson Carneiro (1951-1977). *Antíteses*, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 543–574, 2021. DOI: 10.5433/1984-3356.2021v14n28p543. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/42876>. Acesso em: 19/02/2024.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem pariu e bateu, que balance!: mundos femininos, maternidade e pobreza - Salvador, 1890-1940. Salvador: Edufba. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1988.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. “Fazendo Fita”: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897/1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 2002.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. A história da sexualidade III: o cuidado de si. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. A Ordem do Discurso – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

_____. Sexualidade e Poder. In: Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GANDELMAN, Luciana M. Gênero e História: parâmetros curriculares, funcionalismo biológico e teorias feministas. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade de Recife (décadas de 30 e 40) Recife: Cepe, 1998.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LEITE, Márcia Maria Silva Barreiros. Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se – ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador – 1912 – 1916. (Mestrado) História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

LENE, Hérica; LOPES, Rafael. Memórias do jornalismo na Bahia: censura, conflitos e o surgimento da Associação Bahiana de Imprensa na década de 1930. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.4, n.2, jul. /2015 - dez. /2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4187> Acesso: 15/06/2023

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. São Paulo: Papiros, 1986.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 297-322 – 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Gg5FFkPxf9R5qwV94bNJzCJ/abstract/?lang=pt> acesso: 01/02/2022

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Suzana Moura. A branquitude das classes médias: discurso moral e segregação social. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

_____. Espaços de branquitude: segregação racial entre classes médias em Salvador Bahia. Revista de Ciências Sociais. v.9, nº 1, p 253-282, jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/36942> Acesso: 01/02/2022

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando Corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel de (orgs.). O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MILLS, Charles W. O contrato racial: edição comemorativa de 25 anos. Tradução: Teófilo Reis, Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MUNANGA, Kabengele. mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e REIS, Leticia V. de Sousa (orgs.). Negras Imagens. São Paulo: Edusp, 1996.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 195-214 – 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/QtTFCqrgjrBqZKSRhGSPVdm/abstract/?lang=pt> Acesso: 19/02/2024

NEEDEL, Jeffrey D. Needell. Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX. Salvador, UNEB, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. Minha história das mulheres. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos. (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. São Paulo: Contexto, 2014.

PRIORE, Mary Del. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

QUADROS, Edilma de Souza Oliveira. Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus: 1950-1970. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) –Universidade do Estado da Bahia, 2009.

QUEIROZ, Fernando Pinto. A Capela do Padre Matheus. Feira de Santana – Ba: Sagra, 1995.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

SAHLINS, Marshal. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTANA, Charles D Almeida. Fatura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. In: Revista Ensaio e Pesquisa, Projeto nº 86, 1986.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antônio de Jesus. Editora UNEB, 2002.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta 2020.

SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. Ed. Contexto. São Paulo: 2006.

SILVA, Priscila Elizabete. Conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: Raça e racionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Tradução Donaldson M. Garshagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 1999.

SOHIET, Raquel. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Uma cultura dos contatos: sexualidades e erotismo em duas obras de Gilberto Freyre. Revista Bagoas. n.07. p. 309-329. 2012.

SOUSA, Fábio Gutemberg Bezerra de. Na casa... e na rua: cartografias de mulheres na cidade (Campina Grande 1930-1945). Cadernos Pagu nº 24 janeiro/junho de 2005.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930 – 1945) In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/W6nhjSscjKhFSY5hQWKWKzH/abstract/?lang=pt> Acesso: 19/02/2024

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

STOLER, Ann Laura. “Colonial Studies and The History of Sexuality”. In Race and the Education of Desire: Foucault’s History of Sexuality and the Colonial Order of Things. Durham, NC: Duke University Press, 1995. STOLER, Ann Laura. “Estudos Coloniais e a História da Sexualidade”. Cadernos de Gênero e Diversidade. Tradução de Suzana Maia e Irma Viana. 2021.

THEODORO, Mário. A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2022.

VALADÃO, Hélio. Santo Antônio de Jesus, sua gente e suas origens e biografia de Rômulo Almeida. Santo Antônio de Jesus, 2005.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira Vasconcelos. Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1960-1990). Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10546>
Acesso: 19/02/2024

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Traduzido por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

WITTING, Monique. O pensamento hetero e outros ensaios. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.